Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/01/2016 a 31/01/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Orçamento para ações de defesa agropecuária em Estados diminui. Valor Econômico. 04/01/2016. 6

MP prorroga prazo para cobrança de produtor do NE. Vandson Lima - Valor Econômico. 04/01/2016. 6

A desigualdade social chega a níveis alarmantes. Antonio Luiz M. C. Costa. Carta Capital, 05/01/2016. 7

Uma agenda prioritária de defesa dos direitos sociais para 2016. Jacques Távora Alfonsin. Site do MST. 05/01/2016. 13

Na Bahia, Juventude Sem Terra realiza sua primeira Assembleia Estadual. Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST, 05/01/2016. 16

90% dos brasileiros culpam Samarco por tragédia em Mariana. Brasil de Fato. Site do MST, 06/01/2016. 16

MP que prorroga dívidas favorecerá quase 1 milhão de contratos no NE. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 06/01/2016. 17

Seca derruba produtividade da soja em MT. Mariana Caetano – Valor Econômico. 06/01/2016. 19

Etanol teve alta de 29% nos postos em 2015. Fabiana Batista – Valor Econômico. 06/01/2016. 21

Governo suspende cobranças judiciais de produtores rurais do NE. CNA. 07/01/2016. 22

Sem Terra realizam o 28º Encontro Estadual do MST na Bahia. Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST, 08/01/2016. 22

El Niño mais severo em 18 anos deixou estragos pelo campo. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 08/01/2016. 23

"A saída da crise é com o povo na rua", afirma Stédile. Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST, 11/01/2016. 26

Liderança do MAB em Rondônia está desaparecida. Página do MAB. Site do MST, 12/01/2016. 27

Com luta e rebeldia, Sem Terra debate os desafios do Movimento para o próximo período. Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST, 12/01/2016. 29

PF indicia Samarco e Vale por tragédia em Mariana. Site do MST, 12/01/2016. 30

Ativistas da União Nacional de Camponeses de Moçambique sofrem tentativa de agressão durante reunião do projeto ProSavana – Comissão Pastoral da Terra. 13/01/2016 32

Brasil responderá na Comissão Interamericana por violações de direitos humanos em Belo Monte – Comissão Pastoral da Terra. 13/01/2016 35

Demanda por etanol recuou em dezembro. Fabiana Batista – Valor Econômico. 13/01/2016. 37

Contexto. Valor Econômico. 14/01/2016. 37

Responsabilidade pela situação também é de produtor e da indústria, afirma diretor. Bettina Barros - Valor Econômico. 14/01/2016. 38

Escassez de funcionários põe em risco banco de germoplasma de café do IAC. Bettina Barros – Valor Econômico. 14/01/2016. 39

Sem Terra debatem o novo estágio da luta pela terra. Site do MST, 15/01/2016. 41

MST realiza seu 17º encontro estadual no Rio Grande do Sul. Cátia de Medeiros. Site do MST, 15/01/2016. 42

Consumo de café teve leve alta em 2015. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 15/01/2016. 42

Cai o ritmo da demanda por crédito na atual safra. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 15/01/2016. 44

Chuvas melhoram condições das lavouras de sequeio na Bahia. CNA. 18/01/2016. 45

Clima derruba oferta de cebola e tomate. Camila Souza Ramos - Valor Econômico. 18/01/2016. 46

Na África, a solução para a crise do chocolate. Alexandra Wexler - Valor Econômico. 18/01/2016. 48

Rio Doce: "O impacto ainda está acontecendo". Patrícia Fachin. Site do MST, 19/01/2016. 51

Safra de maçãs do Sul sofre com chuvas. Bettina Barros - Valor Econômico. 19/01/2016. 56

Ministra reforça continuidade das ações de convivência com o Semiárido. Site do MDS, 20/01/2016. 58

Encontro estadual reúne mil trabalhadores sem terra no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 20/01/2016. 59

Chuvas prejudicam safra de soja em MS. Mariana Caetano – Valor Econômico. 20/01/2016. 61

Assistência técnica muda panorama e impulsiona produção. Site do MDA, 20/01/2016. 63

'Bombardeio' de nuvens no sul da Bahia. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 20/01/2016. 65

Trabalho infantil e exploração na República Democrática do Congo alimentam a produção mundial de baterias – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 21/01/2016 66

Estudos ajudam no direcionamento de políticas. Tássia Navarro. Site do MDA, 22/01/2016. 70

Incra/GO financiará implantação de panificadoras. Site do MDS, 25/01/2016. 73

No Brasil, soja e café conilon estão entre os prejudicados. Mariana Caetano e Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 25/01/2016. 74

Arrendamentos de terminais portuários no Pará vão reverter quadro de estagnação da expansão portuária. CNA. 25/01/2016. 75

País deve ter escassez de arroz e feijão. Fabiana Batista – Valor Econômico. 25/01/2016. 77

Onze unidades tiveram falência decretada. Fabiana Batista – Valor Econômico. 26/01/2016. 78

Aumento da produção e do consumo interno de frango são esperados em 2016. CNA. 26/01/2016. 80

País tem 79 usinas em recuperação judicial. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 26/01/2016. 81

Câmbio afeta receita líquida da divisão agrícola da DuPont. Valor Econômico. 26/01/2016. 83

Condições climáticas influenciam alta nos preços das hortaliças no atacado. CONAB. 26/01/2016. 83

A concentração de renda é maior do que se imaginava. Marcos de Aguiar Villas-Bôas. Carta Capital, 26/01/2016. 85

Clima deverá ter impacto restrito sobre preço de soja. Mariana Caetano – Valor Econômico. 26/01/2016. 87

Brasil doará mil toneladas de arroz para a Faixa de Gaza. CONAB. 27/01/2016. 89

Demanda por seguro rural deve cair, dizem produtores. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 27/01/2016. 90

Avançam vistorias em áreas atingidas por lama. Site do MDA, 28/01/2016. 92

Investigações fazem JBS perder R$ 25 bi em valor de mercado. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 28/01/2016. 95

Satélites ajudam fazendeiros a monitorar rebanhos. Rachel Pannett – Valor Econômico. 28/01/2016. 96

Insegurança Jurídica preocupa Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA. CNA. 28/01/2016. 99

Leilão de venda de feijão comercializa 807 toneladas do produto. CONAB. 28/01/2016. 101

Aumenta número de casos de trabalho escravo na Bahia. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 28/01/2016 102

Alckmin: é dever da União fiscalizar cooperativa suspeita de fraude. Fernando Taquari Valor Econômico. 28/01/2016. 104

I Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos será em maio. Site do MDS, 29/01/2016. 105

Alckmin isenta gestão de fraude na merenda escolar. Fernando Taquari – Valor Econômico. 29/01/2016. 107

Com tendência de alta, etanol deverá perder mais mercado para a gasolina. Fabiana Batista – Valor Econômico. 29/01/2016. 108

Ministério da Agricultura já repassou R$ 2,9 bi do Funcafé para bancos. Valor Econômico. 29/01/2016. 109

Orçamento para ações de defesa agropecuária em Estados diminui. Valor Econômico. 04/01/2016.

O Ministério da Agricultura informou hoje que o orçamento destinado a repasses para ações de defesa agropecuária em 15 Estados entre 2016 e 2017 será de R$ 24 milhões. Só em 2015, o orçamento inicial contou com R$ 80 milhões, mas ainda não foi divulgado o valor efetivamente aplicado. Os recursos são utilizados no combate e erradicação de doenças como a febre aftosa ou pragas como as moscas das frutas, entre outras finalidades.

A parcela de 2016, que não foi revelada, foi aprovada pelo Congresso em 17 de dezembro, na última sessão de votações do ano passado, mas a decisão ainda tem de ser sancionada pela presidente Dilma. Mesmo assim, não há garantia de que o ministério de fato contará com esses recursos, uma vez que as verbas orçamentárias sempre são sujeitas a contingenciamentos.

Ainda de acordo com o ministério, os Estados que serão contemplados pelos recursos são Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Piauí, Roraima, Rio Grande do Sul e Tocantins. Segundo o secretário de Defesa Agropecuária do ministério, Luís Eduardo Rangel, as outras 12 unidades da Federação não fizeram convênios por já desenvolverem ações próprias na área de defesa.

No ano passado, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, chegou a anunciar inclusive uma medida alternativa para garantir que todos os estados brasileiros e o Distrito Federal pudessem se habilitar a receber esses recursos, uma vez que 22 deles estavam inadimplentes com a União. Na ocasião, em estratégia acertada com o Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda, essas dívidas foram suspensas temporariamente por três dias para a celebração dos convênios.

MP prorroga prazo para cobrança de produtor do NE. Vandson Lima - Valor Econômico. 04/01/2016.

O governo federal editou, no último dia do ano, a Medida Provisória 707 suspendendo até 31 de dezembro de 2016 o encaminhamento das operações de crédito rural para

inscrição em dívida ativa e para cobrança judicial de produtores do Nordeste. Trata-se de suspensão de prazos para cumprimento de obrigação, o que não configura perdão de dívidas. A MP foi editada após pequenos produtores da região reivindicarem o alongamento de dívidas que somam até R$ 20 bilhões, alegando dificuldades por conta da seca.

De acordo com o Ministério da Fazenda, "a persistente seca que atinge muitos municípios da área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) desde 2011 tem dificultado a obtenção de renda da atividade agropecuária na região". Assim, o objetivo da MP é "permitir que os agricultores tenham tempo adicional para melhorar sua condição financeira, sem, contudo, terem suas dívidas enviadas para cobrança judicial ou inscritas na Dívida Ativa da União, o que dificultaria ainda mais a sua permanência na atividade".

A desigualdade social chega a níveis alarmantes. Antonio Luiz M. C. Costa. Carta Capital, 05/01/2016.

A concentração de riqueza no mundo é hoje semelhante à da Inglaterra de charles Dickens ou da França de Victor Hugo

Há mais gente, menos posses e mais dívidas na base da pirâmide

Em 2013, com *O Capital no Século XXI*, Thomas Piketty alertou para o crescimento contínuo dadesigualdade de riqueza desde a década de 1970, contrária à tendência dos 60 anos anteriores e muito mais acentuada e socialmente relevante que a desigualdade de renda, mais fácil de pesquisar e na qual se concentrava a maioria dos estudos anteriores.

Na Europa, a parcela detida pelo décimo superior subiu de 60% em 1970 para 64% em 2010 e a do centésimo superior de 21% para 24%. Nos EUA, o décimo superior subiu de 64% para 72% e o centésimo superior de 28% para 34%. Na falta de políticas ativas contra a desigualdade (como, por exemplo, impostos progressivos sobre o capital), esses países retornarão em meados do século XXI a um patamar de desigualdade semelhante àquele do fim do século XIX e início do XX.

Nesse período, o 1% mais rico (“classes dominantes”, na terminologia de Piketty) detinha metade de toda a riqueza, o décimo superior (“classes superiores”, sendo os não

incluídos no primeiro 1% referidos como “classes abastadas”) , quase 90%, enquanto o 50% mais pobre (“classes populares” na terminologia do economista) ficava com meros 5%. A nostalgia chama esses tempos e de*belle époque*, mas poucos, mesmo nos países mais ricos, puderam usufruir de sua beleza.

O ano de 2010 foi também aquele no qual o banco Credit Suisse publicou o seu primeiro*Global Wealth Report* (*Relatório da Riqueza Global*). Naquele ano, os 50% mais pobres dos 4,44 bilhões de adultos possuíam pouco menos de 2% dos ativos mundiais estimados em 194,5 trilhões de dólares, “embora a riqueza esteja crescendo rapidamente para alguns membros deste segmento”, acrescentava esperançosamente o relatório. Os 10% superiores possuíam 83% da riqueza mundial e o centésimo superior, 43%. A riqueza média equivalia a 43,8 mil dólares líquidos. Era preciso possuir 4 mil para deixar de pertencer aos 50% mais pobres, 72 mil para chegar aos 10% mais ricos e 588 mil para o centésimo superior.

Cinco anos depois, o relatório de 2015, publicado em 13 de outubro, mostra que a concentração de renda mundial alcançou níveis tão críticos quanto o do mundo industrializado antes da Primeira Guerra Mundial. Apesar do relativo otimismo de 2010, a metade mais pobre dos 4,8 bilhões de adultos ficou ainda mais depauperada: agora possui menos de 1% da riqueza planetária estimada em 250,1 trilhões de dólares, enquanto o décimo mais alto controla quase 90% (87,7%, para ser exato) e o centésimo no topo, exatos 50%. A riqueza média líquida subiu para 52,4 mil, um aumento nominal de 19,6% que se reduz a 9,3% se descontados 9,5% de inflação do dólar nos Estados Unidos em cinco anos, mas os níveis de corte passaram para 3,21 mil (27% mais baixo em termos reais), 68,8 mil (13% mais baixo) e 759,9 mil (18% mais alto), respectivamente.

Percebeu-se há algum tempo, em vários países, como a limitada recuperação da economia após a crise de 2008 fluiu para os bolsos dos privilegiados, enquanto as classes média e popular ficaram ainda mais pobres pela estagnação (ou mesmo redução) dos salários reais, o aumento do desemprego e o maior endividamento. Na Espanha, por exemplo, o número de milionários em dólares (pelo critério do Capgemini e Royal Bank of Canada, que ao contrário do Credit Suisse, não inclui residência e bens de consumo) cresceu de 127,1 mil em 2008 para 178 mil em 2014, enquanto a renda *per capita* caiu de 35,6 mil para 30,3 mil, o desemprego subiu de 11% para 26% e a dívida pública saltou de 39,4% para 99,3% do PIB.

Nos EUA, o 1% mais rico absorveu 95% do crescimento após a crise financeira e o empobrecimento da camada inferior reflete-se até na mortalidade. Em 1960, os 20% de homens com 50 anos mais pobres podiam esperar viver até os 76,6 anos, enquanto, em 2010, esse número caiu para 76,1. No caso das mulheres, a queda foi de 82,3 para 78,3. Enquanto isso, a expectativa de vida para os 20% mais ricos atingiu 88,8 anos para homens e 91,9 para mulheres.

Na União Europeia, a renda combinada dos dez mais ricos, 217 bilhões de euros, superou o valor total das medidas de estímulo de 2008 a 2010, cerca de 200 bilhões. A novidade do relatório está em oferecer, em números, um panorama sintético dos resultados desse processo na escala do planeta.

O efeito do crescimento das dívidas na riqueza líquida foi tão importante que resultou no paradoxo de que agora há entre os 10% mais pobres (inclusive os de patrimônio negativo) mais europeus e norte-americanos do que chineses. Nem todos esses vivem na miséria. Alguns, principalmente nos EUA, são jovens cujo patrimônio foi zerado por crédito educativo, hipoteca ou cartão de crédito, mas têm diploma, um padrão de consumo decente e o sonho de um dia chegar ao topo, mas a precariedade da sua situação ficará evidente se tiverem de enfrentar uma crise ou uma doença inesperada.

Parte do aumento recente da desigualdade está relacionada à valorização do dólar perante a outras moedas do mundo. Quem não vive nos Estados Unidos ou em países de câmbio fixo ficou, só por isso, mais pobre em dólares. Em muitos países, esse efeito é neutralizado ou amenizado pela queda do custo de vida local em moeda estadunidense. Mas quando se refere às relações internacionais de poder e riqueza, esse empobrecimento é real, como constata qualquer brasileiro ao viajar para o exterior, pagar por serviços de internet ou, se está no topo da escala, ao negociar com bancos como o Credit Suisse.

Para usar a terminologia do banco suíço, o número de adultos na “base da pirâmide” (com menos de 10 mil dólares líquidos) cresceu de 3,038 bilhões (68%) para 3,386 bilhões (71%), sua irrisória fatia no bolo da riqueza mundial caiu de 4,2% para 3% e sua riqueza média, ou melhor, pobreza média, caiu de 2,7 mil para 2,2 mil, um tombo de 26% em termos reais.

A camada do meio (10 mil a 100 mil dólares) diminuiu de 1,045 bilhão (24%) para 1,003 bilhão (21%), sua parcela caiu de 16,5% para 12,5% e sua riqueza média passou de 30,7 mil para 31,2 mil, ilusão monetária sobre uma queda real de 7,2%. Em 2000, 3,6% dessa camada vivia na China, em 2010, pouco menos de um terço e hoje, 36%.

Os não milionários da camada superior (100 mil a 1 milhão de dólares) perderam em termos relativos. Seu contingente passou de 334 milhões (7,5%) para 349 milhões (7,4%) e sua participação na riqueza mundial diminuiu de 43,7% para 39,4%. Em tese, não têm do que se queixar: em termos absolutos, sua riqueza média passou de 254 mil para 282 mil dólares, com leve aumento real de 1,3%.

Compare-se, porém, com o que aconteceu com os milionários: seu número aumentou de 24,2 milhões (0,5%) para 34 milhões (0,7%) e sua riqueza passou de 2,86 milhões para 3,32 milhões, o que significa um aumento real de 6,1%. Sua fatia, já grande, aumentou de 35,6% para 45,2% e passou a ser a maior de todas. A parte do Leão, por qualquer critério. O perfil geográfico desse grupo também se concentrou. Cinco anos atrás, 41% viviam nos EUA, hoje são 46%. Os únicos outros países com ganho perceptível de participação foram o Reino Unido, que ao passar de 5% para 7% tomou o segundo lugar por muito tempo ocupado pelo Japão, a China (de 3% para 4%), a Suíça (de 1% para 2%) e a Suécia (idem). Alguns caíram muito, inclusive Japão (de 10% para 6%), França (de 9% para 5%) e Itália (de 6% para 3%).

O relatório não faz uma estimativa independente do número de bilionários, mas, segundo a revista *Forbes*, ele aumentou de 1.011 com uma riqueza total de 3,6 trilhões para 1.826 com um valor agregado de 7,05 trilhões. Em 2010, esse grupo possuía praticamente o mesmo que a metade mais pobre da humanidade. Cinco anos depois, açambarca mais que o triplo. Basta juntar num ônibus os 85 mais ricos (com 13,4 bilhões ou mais, incluídos os brasileiros Jorge Paulo Lemann e Joseph Safra), para usar a imagem do Nobel de Economia Joseph Stiglitz, para igualar a metade de baixo da pirâmide, 3,7 bilhões de seres humanos (2,4 bilhões das quais adultos), cujos patrimônios somados igualam os mesmos 2,1 trilhões de dólares.

O relatório de 2015 do Credit Suisse inclui também pela primeira vez um estudo da "classe média global" com critérios não diretamente comparáveis ao da pirâmide acima. Esta foi definida como possuidora de riqueza líquida de 50 mil a 500 mil dólares nos EUA em meados de 2015 e valores equivalentes em outros países segundo o poder

aquisitivo local do dólar conforme a estimativa adotada pela instituição – por exemplo, de 13,7 mil a 137 mil dólares na Índia, 28 mil a 280 mil no Brasil ou na China e 72,9 mil a 729 mil na Suíça, de forma a obliterar o efeito da variação cambial. Em todo o mundo, 664 milhões se encaixam nessa definição, com um patrimônio total de 80,7 trilhões (32% do total mundial), média de 121,5 mil *per capita*. Acima deles estão 96 milhões, com 150 trilhões (60% do total), 1,56 milhão por proprietário. As duas camadas juntas detêm, portanto, 92% de todos os bens do mundo.

É só nos países ricos que esse conceito de "classe média" se aproxima daquilo que Piketty entende pelo termo, ou seja, aqueles cujas posses estão acima da mediana, mas abaixo dos 10% superiores. Nos menos desiguais (Austrália, Cingapura, Bélgica, Itália e Japão) chega a constituir 60% da população ou mais. Mas no contexto mundial soma só 13,9% da população (com outros 2% no topo) e é na realidade mais comparável às "classes abastadas" de Piketty. Isso é verdade também para quase todos os países pobres e emergentes. Qualificam-se como "classe média" 3% dos indianos, 4% dos argentinos, 8,1% dos brasileiros, 10,7% dos chineses e 17,1% dos mexicanos. No Brasil, em especial, essa "classe média" abrange quase toda a camada conhecida pelos pesquisadores de mercado como A2 (3,6%) e a metade superior da B1 (9,6%), ou seja, é a maior parte do que chamaríamos de "elites". Acima dela, só a classe dominante no sentido estrito, 0,6% dos brasileiros (a camada A1 conta com 0,5%).

Apesar disso, hoje é a China o país com o maior número de indivíduos na "classe média": nada menos de 109 milhões, ante 92 milhões nos EUA. Onze outros países têm mais de 10 milhões: Japão, com 62 milhões; França, Itália, Alemanha, Índia, Espanha e Reino Unido, com 20 milhões a 30 milhões; Austrália, Brasil, Canadá e Coreia do Sul, com 10 milhões a 17 milhões.

Que ninguém se engane: essa "classe média" é uma elite em termos planetários, vive com conforto, tem em geral uma educação superior e é muito relevante como consumidora, talvez também como contribuinte. Porém, do ponto de vista do poder econômico e político e do interesse de grupos financeiros internacionais, são os 29,8 milhões de milionários, no mínimo, que contam. Aqueles com 5 milhões a 10 milhões de dólares são 2,5 milhões e com 10 milhões a 50 milhões, 1,3 milhão, mas o foco visível do interesse do Credit Suisse está nos ultrarricos com mais de 50 milhões, que cresceram de 81 mil em 2010 para 124 mil em 2015 ou 0,0026% dos cidadãos do mundo. Destes, 59 mil vivem nos EUA (48%), 30 mil na Europa (24%), 9,6 mil (9%) na

China e Hong Kong e 1,5 mil (1%) no Brasil. A Suíça tem 3,8 mil nessa categoria, mais que a França (3,7 mil).

Esses multimilionários são o equivalente aproximado, quanto ao seu número relativo, à classe senatorial da Roma antiga (600 senadores, mais os filhos adultos, em uma população de 60 milhões) ou à alta nobreza titulada nas grandes monarquias europeias do século XVIII (algumas centenas em populações de dezenas de milhões). Os meros milionários podem ser equiparados à classe curial da antiga Roma (mercadores, conselheiros e funcionários municipais) ou à pequena nobreza não titulada da Europa pré-revolucionária, ambas perto de 1% da população da época.

Conforme Piketty, as grandes novidades do século XX, atribuídas por ele aos choques políticos e econômicos das duas guerras mundiais, foram a redução da participação da classe dominante na riqueza, para cerca de 20% do total em vez dos 50% tradicionais até 1913, e o surgimento de uma verdadeira classe média, formada por algo como 40% da população e 35% ou 40% da riqueza. Sua parcela é constituída fundamentalmente de residência e bens de consumo e poupanças, representando pouco poder econômico, mas uma razoável segurança. Nas sociedades mais antigas, os 90% inferiores formavam uma massa pouco diferenciada e possuíam 10% ou menos da riqueza social.

O relatório do Credit Suisse mostra uma sociedade global cada vez mais próxima desses padrões antigos e medievais, e mais distantes daqueles atingidos pelos países mais desenvolvidos nos anos do pós-Guerra. Desde o início da era neoliberal, a riqueza acumula-se cada vez mais no topo, enquanto as maiorias empobrecem em termos relativos e até absolutos. As crises mostraram-se, sobretudo, oportunidades de radicalizar esse processo: para conter as falências em massa que agravariam a crise, valores imensos são mobilizados pelos Estados para financiar os poderosos, cuja incompetência é premiada também com cortes de impostos, salários e direitos trabalhistas, enquanto as massas pagam a conta com um salário congelado ou reduzido e impostos mais altos, quando não perdem o emprego e se endividam ainda mais.

O crescimento de alguns países emergentes, principalmente a China, foi o único fator importante a contrariar essa tendência geral, ao incorporar camadas maiores da população à “classe média” mundial (apesar de, no caso chinês, isso também aumentar sua desigualdade interna em relação às massas camponesas). Mas esse fator está em desaceleração, ao passo que as pressões para privilegiar ainda mais os ricos e lhes dar

maior liberdade de ação estão em alta em quase toda parte e as crises em formação só tendem a reforçá-las.

Uma agenda prioritária de defesa dos direitos sociais para 2016. Jacques Távora Alfonsin. Site do MST. 05/01/2016.

"Quem defende direitos humanos fundamentais tem muito o que fazer neste novo ano de 2016. Se ficar só comparando a chamada correlação de forças políticas, não vai se mexer", escreve Alfonsin

A “agenda latino-americana 2016" renova uma publicação de todos os anos da Comissão dominicana de justiça e paz do Brasil, escolheu como tema deste ano “Desigualdade e propriedade”.

Em meio aos espaços destinados a previsão e registro de compromissos diários das/os suas/seus leitoras/es, como toda a agenda faz, artigos de conhecidas/os pensadoras/es, de diversas áreas do conhecimento, no Brasil e no mundo, abordam o tema sob o conhecido método de ver, julgar e agir.

Dos nove artigos sobre o ver, o que mais impressiona são os dados estatísticos relacionados com a desigualdade social em todos os países.

Frei José Fernandes Alves analisando a situação brasileira, com base em um documento da CNBB (Pensando o Brasil: a desigualdade social no Brasil. Vol. 2, Brasilia. Edições CNBB, 2015), revela:

“Quinze famílias mais ricas do país detêm um patrimônio equivalente a 270 bilhões de reais, o que representa o dobro dos recursos destinados a 40 milhões de pessoas atendidas pelo programa Bolsa Família, com um investimento de 127,3 bilhões, nos últimos 11 anos.”

Comparando-se esses números com os do Portal Brasil, disponíveis também na internet, esses 40 milhões integram quase 14 milhões de famílias pobres ou miseráveis, e isso, é bom que se diga, num país que, nas últimas décadas, até diminuiu o grau de desigualdade social aqui ainda persistindo.

Quem são essas pessoas? No artigo “A pobreza na América Latina”, assinado na mesma Agenda por Guillermo Fernández Maillo e Monica G. Morán, elas são identificadas pelo próprio Banco Mundial?

“O Banco Mundial, em 2005, definiu o limite de 1,5 dólares por dia para a pobreza extrema e 2 dólares por dia para o risco de pobreza, convertidos para a moeda e os preços locais, ajustando esse limite à moeda correspondente e considerando os bens de primeira necessidade em cada país.

A linha de pobreza de 1dólar corresponde à média das linhas nacionais de pobreza adotadas pelos países com baixos níveis de renda per capita do mundo.” (grifos do autor e da autora).

Prosseguir-se acreditando que uma injustiça social a esse grau de necessidade e carência, deva-se ao próprio ser humano vivendo em condição subumana, constitui-se em juízo suficiente não só para conservá-la como para incrementá-la.

Quem defende direitos humanos fundamentais sociais, portanto, tem muito o que fazer neste novo ano de 2016. Se ficar só comparando a chamada correlação de forças políticas, de defesa e de luta contrária a esses direitos, não vai se mexer.

Só vai reforçar a legião das/os desanimadas/os ou até indiferentes diante do drama vivido por quantas famílias extremamente pobres continuam vítimas das extremamente ricas.

Não faltará quem cobre de uma afirmação dessas a acusação de ser injusta com gente rica, na velha e desmoralizada tese de que toda a sua opulência é fruto do direito de propriedade sobre o dinheiro que ganhou, ganha e ganhará, resultante do seu exclusivo mérito e trabalho.

A desigualdade social, a pobreza e a miséria consequentes, não passariam de uma fatalidade devida à capacidade empreendedora de poucas pessoas frente à incapacidade da maioria.

Não importa o quanto contribuiu para todo esse acúmulo de riqueza o direito sucessório, a exploração do trabalho alheio, quase sempre superexplorado e desvalorizado, a apropriação da mais valia daí resultante, o poder de barganha de vantagens administrativas e ou tributárias, conquistadas por leis previamente garantidas pelo financiamento de campanhas eleitorais em favor de legisladoras/es cúmplices, a sonegação de impostos, a compra de atos normativos na administração pública, a peita de sentenças, editoriais, silêncios oportunos sobre negócios capazes de violar direitos alheios, o estardalhaço moralista de gritos de escândalo ao mínimo risco da própria

segurança de privilégios inconstitucionais, o cartel e o dumping, o envenenamento e o esgotamento da vida na e da terra, entre outras muitas formas de preservação da injusta e vergonhosa desigualdade.

Taxa Tobin ou imposto sobre grandes fortunas, nem pensar. O fato de Bancos ganharem mais dinheiro durante crises econômicas, como a do presente brasileiro, segundo economistas de visão mais crítica e aguda, idem.

Em matéria de terra, então, um espaço comprovadamente limitado mas necessário para todas/os, não dá mais para a propriedade privada absolver-se de sua concentração criminosa contra a vida de quem está privado também, mas, aí, do acesso à ela.

Na contracapa desta agenda Latino Americana 2016, Dom Pedro Casaldaliga e José Maria Vigil oferecem resposta àquele tipo de argumentação que não consegue lavar a jato as muitas mazelas inerentes ao próprio sistema socioeconômico brasileiro que a operação policial de mesmo nome tenta limpar.

O problema é de todas/os, não exclusivamente nosso:

“85 pessoas têm uma riqueza equivalene ao patrimônio da metade mais pobre da humanidade. E neste ano de 2016, o 1% mais rico da população superará seu próprio recorde patrimonial, ultrapassando a barreira psicológica de 50% da riqueza do mundo.

Sua fatia continuará crescendo! A que percentagem do bolo teremos que reduzir a riqueza extrema para que despertemos e decidamos acabar com esta situação indigna da humanidade? Quando tomaremos consciência de que somos a esmagadora maioria, os 99%.”

Se o ver e o julgar ficaram bem sintetizados aí, a defesa dos direitos humanos fundamentais sociais melhor se desenhou, inspirada na urgente necessidade de agir:

“É hora de despertar e mudar as regras. As três últimas décadas demonstraram que esta situação é insustentável; e está nos levando à exploração social e à crise planetária. É urgente um trabalho de conscientização, de pensamento crítico, de resistência. É urgente quebrar o feitiço dessa hegemonia, infringi-lo com práticas cidadãs alternativas e sermos coerentes com uma participação política responsável, para caminhar rumo a uma sociedade igualitária e justa, que tanto a Humanidade e o planeta merecemos. Utopia pela qual vale a pena lutar e sonhar!”

* Jacques Távora Alfonsin é procurador aposentado do estado do Rio Grande do Sul e membro da ONG Acesso, Cidadania e Direitos Humanos.

Na Bahia, Juventude Sem Terra realiza sua primeira Assembleia Estadual. Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST, 05/01/2016.

A atividade acontecerá durante o 28º Encontro Estadual do MST, que mobilizará cerca de 1.500 trabalhadores rurais Sem Terra de dez regiões do estado.

No próximo domingo (10), mais de 500 jovens Sem Terra assentados e acampados do extremo sul da Bahia, estarão reunidos no Parque de Exposição, em Salvador, para realizar a 1º Assembleia Estadual da Juventude Sem Terra.

Com objetivo de apontar e construir linhas de ação para o próximo período de luta em defesa da Reforma Agrária Popular, a assembleia pretende reunir diversas organizações populares que protagonizam a participação da juventude na Bahia.

A atividade acontecerá durante o 28º Encontro Estadual do MST, que mobilizará cerca de 1.500 trabalhadores rurais Sem Terra de dez regiões do estado.

Para a coordenação do evento, a assembleia será mais um espaço auto organizado que pretende envolver, formar e impulsionar a participação da juventude Sem Terra no processo de organização do MST.

"Nossa assembleia vem cheia de energia e com muita força para reafirmar o compromisso de permanecer lutando contra o latifúndio, a violência e a este modelo de exploração da classe trabalhadora", destaca a juventude.

90% dos brasileiros culpam Samarco por tragédia em Mariana. Brasil de Fato. Site do MST, 06/01/2016.

Levantamento nacional aponta que opinião popular responsabiliza mineradora, controlada pela Vale e pela BHP; Dois meses já se passaram desde o rompimento da barragem.

Nesta terça-feira (5), completam-se dois meses do rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG). Ainda não há levantamento definitivo sobre os impactos sociais gerados pela tragédia, mas, para a população brasileira há pelo menos um consenso: a principal responsável.

Segundo levantamento nacional realizado pela Hello Research, 89% dos brasileiros culpam a Samarco. As informações são do jornal O Tempo.

De acordo com a pesquisa, 89% dos entrevistados culpam a empresa, que é controlada pela Vale e pela BHP Billiton, como principal responsável pela tragédia.

A mineradora, porém, não esta sozinha. Falhas na fiscalização do governo estadual têm culpa para 73% dos entrevistados, enquanto o governo federal também é culpado para 62%.

“Chama a atenção que, mesmo em um momento político complicado, o governo federal não foi tão apontado pela população.

Os números mostram que está bem enraizada na mentalidade do país a responsabilidade da Samarco, o que mostra que também sabemos responsabilizar os serviços privados”, avaliou Dênis Bertoncello, diretor da Hello Research, em entrevista ao Tempo.

A pesquisa ouviu a opinião de 1.200 pessoas em todo o país em dezembro de 2015 e tem margem de erro de três pontos percentuais. Procurada pelo jornal mineiro, a Samarco não comentou a avaliação.

Repercussão internacional

O jornal britânico The Guardian, em matéria da retrospectiva de 2015, colocou a tragédia em Mariana como um dos “cinco escândalos corporativos” que “definiram” o ano.

A publicação inglesa lembrou ainda que a mineradora Vale tentou se esquivar da responsabilização, afirmando que a Samarco é “uma companhia independente”, opinião que não foi aceita pela Justiça. Além disso, o Guardian alertou seus leitores sobre a ausência de novidades no caso, ainda que tenha sido o maior da história brasileira. O estado de Minas Gerais, nos últimos dez anos, sofreu cinco rupturas de barragens.

MP que prorroga dívidas favorecerá quase 1 milhão de contratos no NE. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 06/01/2016.

BRASÍLIA - A Medida Provisória 707, editada no último dia do ano passado pelo governo, vai prorrogar por um ano o prazo para pagamento de dívidas envolvendo 950

mil contratos de crédito rural celebrados por produtores rurais com o Banco do Nordeste até 2010, afirmou o Ministério da Agricultura.

O alongamento do prazo contempla agricultores da área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que abrange 1.989 municípios dos nove Estados nordestinos e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

De acordo com o ministério, esses financiamentos totalizam R$ 12 bilhões contratados por agricultores junto ao Banco do Nordeste e se encontram irregulares por problemas de inadimplência. Entretanto, com a MP, que ainda será apreciada pelo Congresso, os tomadores não poderão ser executados pelo banco até 31 de dezembro de 2016, data final para que sejam quitados ou renegociados esses empréstimos.

Há mais de um mês, agricultores e pecuaristas do semiárido nordestino reivindicam o alongamento dessas e de outras dívidas com crédito rural que somam ao todo R$ 20 bilhões, agravadas pela forte seca que vitimou rebanhos e levou a perdas de produção agrícola nos últimos quatro anos, como mostrou o Valor na semana passada.

"Nem os bancos nem o governo querem que os produtores sejam executados. Queremos solucionar o problema porque os agricultores estão inadimplentes devido à incapacidade de pagamento causada pela queda da produção", disse o secretário de Política Agrícola do ministério, André Nassar, em nota. "Se o produtor acaba sendo executado, ele é alijado, tem que dar todas as suas garantias para pagar a dívida e acaba deixando de ser produtor", acrescentou.

Ainda segundo o ministério, a MP também contempla a ampliação de prazo para que os produtores ganhem mais tempo para quitar ou renegociar operações de crédito para custeio, investimento e comercialização de até R$ 100 mil contratadas até 31 de dezembro de 2006 na área da Sudene. Também estão incluídos os contratos de até R$ 200 mil com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE e FNO), fechados até essa mesma data.

As renegociações específicas de cada linha ou programa de crédito mantidos com subsídios do Tesouro Nacional, contudo, precisam ser aprovadas posteriormente por meio de resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Entre os que pedem a prorrogação dos prazos estão produtores de milho, feijão, mandioca, hortaliças, mel e frutas de mais de mil municípios que decretaram

calamidade pública em 2011 por causa da seca e que já vinham sendo contemplados desde então com condições especiais para quitarem suas dívidas. Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco são os Estados que mais têm sofrido com perdas na pecuária e na produção agrícola.

Seca derruba produtividade da soja em MT. Mariana Caetano – Valor Econômico. 06/01/2016.

As primeiras áreas da safra 2015/16 de soja começaram a ser colhidas em Mato Grosso e os resultados iniciais são decepcionantes. Com a falta de chuvas e as altas temperaturas dos últimos meses, as lavouras da oleaginosa de ciclo precoce estão contabilizando produtividades, em alguns casos, até 70% abaixo da média esperada para o Estado, maior produtor nacional de grãos. Ainda assim, persiste a expectativa dos agricultores de que as chuvas mais recentes possam minimizar as perdas por hectare até o fim da temporada.

"O prejuízo foi maior em áreas plantadas entre setembro e outubro, que pegaram a seca no estágio reprodutivo da planta. As perdas nessa fase são praticamente irreversíveis", explica Endrigo Dalcin, presidente da Aprosoja-MT, associação que representa os produtores locais.

A soja precoce, que da semeadura à colheita leva até 100 dias, tem aumentado sua fatia em Mato Grosso porque amplia a janela para o cultivo da segunda safra de milho (a safrinha), feito na sequência. Atualmente, essas variedades de ciclo mais curto representam entre 30% e 35% do plantio de soja no Estado.

A situação é mais grave nas regiões médio-norte e leste de Mato Grosso, onde a estiagem foi exacerbada pelo fenômeno climático El Niño. Mesmo que a área colhida até o momento seja "insignificante", conforme Dalcin, os primeiros números de produtividade são um termômetro importante do que está por vir.

No início de dezembro, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) reduziu em mais de um milhão de toneladas sua previsão para a safra 2015/16 de soja no Estado, a 28,03 milhões de toneladas - o equivalente a quase 30% da produção nacional. "E essa projeção poderá cair novamente", adianta Dalcin. Se confirmado o número, será a primeira queda na produção de soja em Mato Grosso desde o ciclo 2006/07.

Nos últimos 15 dias, as chuvas retornaram ao Estado, mas não em volume suficiente para aplacar os danos causados pelas precipitações irregulares desde o início desta safra, que levaram umidade a algumas plantações mas deixaram outras sem um pingo d'água por semanas.

"Algumas lavouras estão com produtividade de 15 sacas por hectare", afirma Antonio Galvan, presidente do Sindicato Rural de Sinop. O Imea previa no mês passado uma média de 51 sacas por hectare na região, mas o número deve ser atualizado nos próximos dias. Mesmo os plantios com pivô de irrigação sofreram com a elevada insolação, que deixou a terra com até 60ºC de temperatura e reduziu o rendimento das primeiras colheitas abaixo das 50 sacas, quando deveriam passar de 60 sacas.

Em Sorriso, maior município produtor de soja do país, a expectativa é de uma quebra de 25% a 30% na produção, para 1,5 milhão de toneladas. Conforme Laercio Lenz, presidente do sindicato rural da cidade, as primeiras colheitas registram rendimento de 30 a 40 sacas por hectare, mas há áreas piores, com expectativa de menos de 10 sacas.

Em Lucas do Rio Verde, mesmo quem plantou soja de ciclo mais longo também enfrenta perdas. "Ficamos de 30 a 40 dias sem chuvas. Soja de 50 sacas [por hectare], não ouvi nenhuma nessa safra ainda", conta Carlos Alberto Simon, também à frente do sindicato rural local. Há problemas semelhantes em Nova Mutum, cidade próxima.

A disparidade nesta safra mato-grossense é tão grande que há lavouras que nem chegaram a ser plantadas no leste do Estado, em municípios como Nova Xavantina, Gaúcha do Norte, Canarana e Querência. Outras, precisaram ser replantadas.

Mesmo fora da janela ideal, muitos agricultores ainda cogitam apostar na oleaginosa, conforme o presidente da Aprosoja-MT. "Isso porque ou já fizeram contratos de entrega futura [do grão] e têm de cumprir, ou porque têm financiamentos de custeio com bancos e precisam do dinheiro", conta Dalcin. O Imea calcula que mais de 55% da safra 2015/16 de soja já foi vendida. "Mas alguns produtores mais afoitos negociaram 70% a 80%", afirma Galvan, de Sinop.

Nas regiões oeste e sul, onde o clima foi menos perverso, as projeções são menos desapontadoras. "Não tivemos problemas com seca, apenas a chuva atrasou", diz Jorge Schuster, que cultiva soja em 200 hectares em Primavera do Leste, onde a colheita ainda não começou.

A depender do clima e da agressividade das doenças em janeiro - especialmente do fungo da ferrugem da soja, que tende a ganhar força com a maior umidade dos últimos dias -, ele acredita que o rendimento no município possa superar as 50 sacas por hectare. A expectativa na região é que a colheita ganhe ritmo em meados de fevereiro.

Etanol teve alta de 29% nos postos em 2015. Fabiana Batista – Valor Econômico. 06/01/2016.

Os reajustes da gasolina feitos pela Petrobras neste ano e a forte migração do consumidor para o etanol hidratado, que é usado diretamente no tanque dos veículos, fortaleceram os preços do biocombustível em 2015. O resultado é que, nos postos de todo o país, o hidratado subiu mais que a gasolina ao longo do último ano.

Conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em dezembro passado, o preço médio do etanol hidratado nos postos de combustíveis do Brasil foi de R$ 2,659 o litro, 29% acima dos R$ 2,061 registrados na média de janeiro do mesmo ano. O concorrente fóssil subiu bem menos em igual comparação. O preço médio do litro da gasolina C (que contém 25% de anidro) para o consumidor final atingiu R$ 3,633 em dezembro, 20% acima da média mensal de janeiro de 2015, de R$ 3,032.

Com isso, ao fim de 2015 estava mais vantajoso para o consumidor brasileiro abastecer com gasolina em vez de etanol. Isso porque, em dezembro, o preço médio do hidratado equivaleu a 73% do da gasolina C. Só é vantajoso usar etanol quando essa relação equivale a menos de 70%, conforme o parâmetro mais aceito pelo mercado. Quando o ano de 2015 começou, em janeiro, essa paridade estava em 67,9%.

No Estado de São Paulo, maior centro consumidor de combustíveis do país, o preço médio do hidratado ao consumidor em dezembro foi de R$ 2,551 por litro, 31,8% acima dos R$ 1,935 da média de janeiro de 2015. Já o preço médio da gasolina nos postos paulistas se valorizou 20% em igual comparação, para R$ 3,504 o litro.

Por conta dessa relação desfavorável, inclusive em São Paulo, o consumo do biocombustível vem caindo. Em novembro, as usinas do Centro-Sul venderam 300 milhões de litros a menos do que em outubro, segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Os dados de dezembro ainda não foram divulgados, mas o mercado projeta nova queda.

Governo suspende cobranças judiciais de produtores rurais do NE. CNA. 07/01/2016.

Brasília (7 de janeiro de 2016) - O governo federal suspendeu, até 31 de dezembro deste ano, a inclusão de novas dívidas de crédito rural na Dívida Ativa da União e o encaminhamento de contratos inadimplentes para cobrança judicial de operações contratadas por produtores rurais do Nordeste. A regra vale para os casos previstos nos artigos 8º e 9º da Lei 12.844, de 2013, e contempla empréstimos com todas as fontes oficiais de recursos. A decisão foi publicada no final de 2015, na Medida Provisória (MP) 707, segundo Comunicado Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Sem Terra realizam o 28º Encontro Estadual do MST na Bahia. Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST, 08/01/2016.

Durante os três dias, será aprofundado o debate em torno do atual cenário político, marcando os avanços e o método de organização das lutas.

Começa neste domingo (10), no Parque de Exposição, em Salvador, o 28º Encontro Estadual do MST na Bahia com o objetivo de apontar os principais desafios encontrados na luta em defesa da Reforma Agrária

Mais de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, de dez regiões do estado, estarão reunidos para comemorar os 28 anos de luta, resistência e conquistas do Movimento na Bahia, assim como, resgatar o legado de diversos trabalhadores.

Durante os três dias, será aprofundado o debate em torno do atual cenário político, marcando os avanços e o método de organização das lutas.

Pensando nisto, a massificação, educação, formação e a intensificação da participação efetiva da juventude e das mulheres nos assentamentos, acampamentos e espaços de estudo serão dados como desafios para impulsionar a luta em 2016.

Outro ponto que será debatido é a agroecologia e seu método de produção.

Desafios

De acordo com Evanildo Costa, da direção estadual do MST, temos muitos desafios para o próximo período e um deles é garantir a construção unitária da Frente Brasil

Popular a partir do trabalho coletivo e das lutas que os diversos movimentos sociais, organizados no estado da Bahia, estão realizando.

“Nosso encontro estadual cumpre o objetivo de fortalecer as alianças políticas entre as organizações do campo e da cidade. Visualizando a construção de um projeto popular para o país”, destaca Costa.

Já Elizabeth Rocha, da direção nacional do MST, diz que nestes 32 anos do MST nacionalmente, foi construída, principalmente com a luta de massas, a massificação como centralidade no planejamento e na ação do Movimento.

“Este processo é componente essencial para as lutas do próximo período que estamos construindo e é um grande desafio a ser superado”, enfatiza.

Programação

Será lançada, no segundo dia de atividades, a campanha permanente de luta contra os agrotóxicos, que já vem sendo realizada em algumas regiões do estado.

Este espaço, propõe unificar a bandeira de luta e fortalecer a produção agroecológica nos assentamentos de Reforma Agrária.

Impulsionando a participação da juventude, os trabalhadores pretendem realizar ainda, a 1º Assembleia Estadual da Juventude Sem Terra, no dia 10, e uma Roda de Conversa com os LGBT Sem Terra, no dia 11.

Ambos os espaços são auto organizados e possuem a contribuição dos setores do Movimento.

Além disso, teremos diversas intervenções artísticas e atividades culturais, com poesia, música e dança.

El Niño mais severo em 18 anos deixou estragos pelo campo. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 08/01/2016.

Após o El Niño ter alcançado seu auge em dezembro, já é possível avaliar as perdas que o fenômeno provocou na produção agrícola da África, do sudeste da Ásia e das Américas Central e do Sul. As culturas mais prejudicadas foram o cacau e açúcar, contribuindo para que os preços dessas commodities andassem na contramão das demais matérias-primas e subissem no ano passado.

O El Niño estabeleceu-se em maio de 2015, quando as temperaturas da superfície do Oceano Pacífico tropical ultrapassaram os limites de formação do fenômeno. As águas superficiais continuaram a aquecer até dezembro, fazendo com que o fenômeno fosse o mais forte dos últimos 18 anos.

O evento climático antecipou e fortaleceu os sazonais ventos Harmattan, que saem do deserto do Saara carregados de areia e rumam ao oeste da África, maior polo de cacau do mundo. "Há evidências de que eles estão muito mais fortes do que costumam ser", afirmou Edward George, diretor de pesquisa do Ecobank, em Londres. Por serem secos, os ventos reduzem a umidade disponível para os cacaueiros e prejudicam a produtividade.

A ocorrência dos ventos coincidiu com a redução das entregas de cacau nos portos da Costa do Marfim. No início da safra 2015/16, em outubro, o volume entregue superava em mais de 70% os montantes da safra anterior. Agora, estão 9% abaixo na comparação anual. "E as expectativas são de que as entregas no oeste da África continuarão a enfraquecer até fevereiro", indicou George.

As adversidades climáticas provocadas pelo El Niño no oeste da África tiveram impacto direto na formação de preços no mercado internacional já que a região é a origem de 70% da produção global de cacau. Desde o dia em que os preços atingiram o menor patamar em 2015, em 2 de fevereiro, até o fim do ano, os preços subiram 19,8%, segundo o Valor Data. Em 7 de dezembro, atingiram o maior patamar do ano, a US$ 3.417 a tonelada, o maior valor desde 2011.

Outras regiões da África também foram afetadas pelo El Niño. O fenômeno provocou seca no oeste e sul do continente. Próximo ao chifre da África, a estiagem já é a pior em 20 anos e prejudicou a safra de café arábica e de trigo da Etiópia, a de café robusta em Uganda e a produção de chás no Quênia. Na África do Sul, as lavouras de milho foram afetadas, e acredita-se que o país terá inclusive que importar o grão pela primeira vez desde 2008.

Como Etiópia e África do Sul respondem por 60% da produção africana de cereais e são importantes fornecedores para outros países africanos, as quebras de safra desses países devem reduzir a oferta no continente, segundo o analista do Ecobank.

Para a segurança alimentar, o problema deve ser amenizado porque os preços estão historicamente baixos, uma vez que os estoques globais estão abarrotados. "Mas muitos

países têm problemas para acessar financiamento internacional, e com a desvalorização das moedas locais, os governos não querem gastar suas reservas", reflete George.

No sudeste da Ásia, o El Niño reduziu as chuvas típicas das monções, até meados do segundo semestre, e desde o fim do ano passado tem provocado precipitações fora de época. A seca inicial prejudicou as lavouras de cana-de-açúcar na Índia, segundo maior produtor mundial de açúcar, e na Tailândia, segundo maior exportador mundial do produto, com efeitos negativos tanto para a safra que está sendo colhida (2015/16) como para a próxima, segundo João Paulo Botelho, analista de açúcar da consultoria FCStone.

"Há relatos de que a cana está com a aparência pior do que deveria estar" na Índia, afirmou o analista. O país deve encerrar a colheita em março, um mês antes do normal, com uma produção de 26 milhões de toneladas, recuo de 8% em relação à safra anterior, e caminha para uma produção de 25 milhões de toneladas na próxima, segundo a consultoria.

Na Tailândia, as plantações também foram prejudicadas, mas como houve aumento da área cultivda, a produção deve cair apenas 1,7%, para 11,4 milhões de toneladas, na avaliação da FCStone.

A sequência de seca e chuvas na também afetou as lavouras de arroz da Tailândia, maior exportador global do produto. Conforme o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a safra tailandesa terá uma perda de 12,5%, para 16,4 milhões de toneladas. Porém, o órgão estima que as exportações vão inclusive aumentar, em 11%, para 10,3 milhões de toneladas.

A falta de umidade ainda afetou a produtividade das lavouras de cacau e palma na Indonésia. Porém, no caso da palma houve aumento de área plantada, o que deve compensar as perdas e levar a uma produção de 33 milhões de toneladas de óleo de palma. Já a produção de cacau deve ficar em 320 mil toneladas. O país é o maior produtor global de óleo de palma e terceiro maior da amêndoa.

Quarto maior produtor global de café, a Indonésia teve suas lavouras de arábica ligeiramente afetadas pelas chuvas abaixo da média, mas as de café robusta foram beneficiadas pelo clima durante o florescimento, resultando em um recorde de produção de 10,6 milhões de toneladas de café nesta safra de 2015/16.

O El Niño também deixou suas marcas na América Central. O fenômeno provocou seca na entressafra de cana, prejudicando o desenvolvimento das plantas, e precipitações recentes, atrapalhando a colheita. Como resultado, a safra da Guatemala, maior produtor de açúcar da região, deve cair 4%, para 2,85 milhões de toneladas, estima a FCStone.

Para a produção de café da região próxima ao Caribe, os efeitos foram menores. Nos cálculos do USDA, a seca provocada pelo El Niño na Colômbia teve "impactos mínimos" na safra de café arábica do país (terceiro maior produtor global), já que houve um forte programa de replantio. Tanto que a safra de 2015/16 deve ser a maior desde o início de 1990, de 13,4 milhões de sacas.

Na Oceania, o El Niño afetou a produção de trigo da Austrália e a de leite na Nova Zelândia. A expectativa é de uma queda de até 6% na produção de leite, inicialmente estimada em 21 bilhões na de litros na safra. "Faltou chuva desde setembro de 2015 nas principais regiões de produção", disse Valter Galan, da consultoria MilkPoint. Preços baixos e abate de vacas também explicam a menor produção de leite no país, acrescentou. (Colaborou Alda do Amaral Rocha).

“A saída da crise é com o povo na rua”, afirma Stédile. Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST, 11/01/2016.

O encontro debateu o atual cenário político e construiu estratégias de lutas coletivas em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Que passos precisam ser dados pela classe trabalhadora para avançarmos na luta contra a ofensiva conservadora da direita?

Essa foi uma das perguntas que norteou o debate realizado neste último sábado (09), no Museu da Moeda, localizado no Pelourinho, em Salvador, na plenária dos movimentos sociais.

O encontro debateu o atual cenário político e construiu, junto com os movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda estratégias de lutas coletivas em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Além disso, a plenária fortaleceu a Frente Brasil Popular através da formação e da unidade política. Mais de 200 pessoas estiveram presentes, porém, o protagonismo da

juventude e da pauta feminista na luta de classes garantiu inserir diversas bandeiras de luta na leitura política.

Crises

Iniciando as discussões, João Pedro Stédile do MST ressaltou que o Brasil está vivendo um momento gravíssimo de sua história. “A chamada crise”, afirmou.

Para ele o país vive quatro tipos de crise. A social, em seguida, a crise econômica, depois a política e por fim, uma crise ambiental.

“Na social, a crise se revela a partir da negação, ou no não acesso de direitos conquistados pela classe trabalhadora e como essas influenciam diretamente no fortalecimento das desigualdades sociais. Exemplo disso, são os diversos empasses na educação e na saúde”, destacou.

Liderança do MAB em Rondônia está desaparecida. Página do MAB. Site do MST, 12/01/2016.

Nicinha foi vista a última vez por uma companheira de acampamento, quando estava cozinhando e lavando roupa em seu barraco, por volta do horário de 12 horas do dia 7 de janeiro

Nilce de Souza Magalhães, 58 anos, mais conhecida como ‘Nicinha’, mãe de três filhas, vó de quatro netos, pescadora e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Rondônia, desapareceu esse último dia 7 de janeiro, depois de ser vista pela última vez na barraca de lona onde mora com seu companheiro, Nei, em um acampamento com outras famílias de pescadores atingidos pela Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, na localidade chamada de “Velha Mutum Paraná”, na altura do km 871 da BR 364, sentido Porto Velho-Rio Branco.

Nicinha foi vista a última vez por uma companheira de acampamento, quando estava cozinhando e lavando roupa em seu barraco, por volta do horário de 12 horas do dia 7 de janeiro. Algum tempo depois, a mesma vizinha sentiu um cheiro de queimado e foi até o barraco dela, a comida estava queimando, a máquina batendo e Nilce já não se encontrava no local. Seu companheiro, que estava em Porto Velho voltou quinta-feira pelo período da noite e ao não a encontrar, pensou que Nilce teria ido à comunidade de

Abunã, onde morava com sua família. No sábado foi até Abunã verificar se Nilce realmente estava lá, mas ninguém tinha notícias sobre seu paradeiro, assim como seus parentes em Porto Velho.

Até agora não houve buscas pela polícia, apenas foi encontrado no chão a correntinha que sempre usava em seu pescoço pela Equipe do Corpo de Bombeiros, próximo a sua barraca no chão e quebrada, o que pode indicar que ela foi levada a força do local.

Nicinha é conhecida na região pela luta no Movimento dos Atingidos por Barragens em defesa das populações atingidas denunciando as violações de direitos humanos cometidas pelo consorcio responsável pela Usina de Jirau, Energia Sustentável do Brasil (ESBR). Filha de seringueiros que vieram da cidade de Xapuri, no Estado do Acre, para o Abunã em Rondônia, onde vivia a mais de cinquenta anos até ser atingida pelo empreendimento. Nos primeiros anos da obra a pesca começou a ser seriamente comprometida, tornando a vida dos pescadores extremamente difícil. No ano de 2014 sua comunidade também foi atingida por uma grande cheia potencializada pelo reservatório da hidrelétrica de que alagou as casas das famílias ribeirinhas, destruindo plantações, materiais de trabalhos, entre outros pertences.

Os diversos danos causados pelas hidrelétricas obrigaram Nicinha a se deslocar para "Velha Mutum", junto a outros pescadores para tentar continuar a sobreviver do agroextrativismo, onde não contam com acesso à água potável ou energia elétrica. O local à beira do rio Madeira e da BR 364, se trata de onde antes estava a comunidade de Mutum Paraná, que foi completamente removida para o preenchimento do reservatório da hidrelétrica de Jirau é considerado propriedade privada e os ribeirinhos são tratados como invasores no seu território.

Nilce realizou diversas denúncias ao longo desses anos, participando de audiências e manifestações públicas, entre as quais, apontou os graves impactos gerados à atividade pesqueira no rio Madeira, assim como o não cumprimento das condicionantes da licença do empreendimento que obrigam o consórcio a reparar a situação socioeconômica das famílias de pescadores afetados. As denúncias geraram dois inquéritos civis públicos que estão sendo realizados pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado de Rondônia sobre a não realização do Programa de Apoio à Atividade Pesqueira e outro de caráter criminal, em função de manipulações de dados em

relatórios de monitoramento da atividade pesqueira com o objetivo de não revelar tais impactos.

Também denunciou a existência de diversas áreas de floresta alagadas pelo reservatório da barragem, onde diversas espécies de árvores nativas encontram-se mortas, inclusive aquelas essenciais ao extrativismo como as castanheiras, além da presença de madeiras ilegalmente enterradas, que estão contaminando a água e gerando a emissão de gases efeito estufa. Nicinha luta pelo direito das famílias alagadas de Abunã, de tal forma que participou da última reunião com a hidrelétrica de Jirau, em dezembro de 2015 em Brasília, na qual foi encaminhado que uma comissão de órgãos federais, como IBAMA e Ministério Público Federal, realizará no início desse ano uma vistoria nas áreas atingidas pelo reservatório de Jirau, verificando a situação dos atingidos que precisam ser indenizados e reassentados para áreas seguras.

Com luta e rebeldia, Sem Terra debate os desafios do Movimento para o próximo período. Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST, 12/01/2016.

São esses os companheiros e companheiras que têm nos bonés e bandeiras vermelhas a resposta para os problemas coletivos: a organização popular.

A chuva ainda insistia a cair em Salvador quando cerca de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra despertavam. Mesmo, depois de horas de viagem e meses de preparação e mobilização, aqui estavam neste domingo (10), na abertura do 28º Encontro Estadual do MST.

Não demorou muito e o Sol cuidadosamente pintava a mística de abertura que iluminava a plenária e os rostos daqueles e daquelas que estavam ali para compartilhar experiências, aprender e se organizar.

No palco, as flores decoravam a mesa de debates onde aconteceu a análise do atual cenário político e dos desafios do Movimento. Mas, era na plateia que estavam os frutos. Milhares deles. Era o povo – o fruto de quase 30 anos de luta do MST na Bahia.

Assim foi a mística de abertura, que contou com a representação da luta de classes, com a importância dos símbolos do Movimento e deu voz as pautas de milhares de trabalhadores camponeses e operários.

Para Lucineia Durães, da direção estadual do MST, a mística nos reúne no MST. “É muito forte, porque é a certeza de que nós aqui construiremos uma sociedade melhor”.

“O objetivo de nossos momentos místicos é alimentar a utopia de podermos construir nossa luta a partir do nosso cotidiano, mas também, a partir da nossa ideologia, dos nossos sonhos. É o momento de trazer para hoje o que sonhamos em construir”, explicou.

É tempo de luta

Para João Pedro Stédile da Direção Nacional do MST, se, por um lado, vivemos hoje em tempos de crise – política, social, ambiental e econômica – por outro, é preciso manter acesa a chama da utopia, já que o Movimento tem avançado nas conquistas.“E isso, só com a luta popular conseguiremos vencer os desafios colocados”, destacou.

Já para Paulo César, da direção estadual. “É momento da agricultura camponesa avançar na luta de classe, de massificar os acampamentos, de fazer novas ocupações, trazer essa população rural que está nas periferias da cidade de volta para o campo. É o desafio da massificação”, concluiu.

O encontro segue pelos próximos três dias, debatendo e planejando ações para o ano que começa.

2016 será tempo de mudança – e o sol que já voltava a brilhar ao meio-dia em Salvador era o prenúncio dessa transformação.

PF indicia Samarco e Vale por tragédia em Mariana. Site do MST, 12/01/2016.

Entre os indiciados nesta quarta está o diretor-presidente da Samarco, Ricardo Vescovi.

Mais de dois meses após a tragédia de Mariana, a mineradora Samarco - dona da barragem do Fundão, que se rompeu em novembro do ano passado - foi indiciada, juntamente com seu presidente, Ricardo Vesvoci, no processo que apura crimes ambientais relacionados ao desastre.

A informação foi divulgada pela Polícia Federal na tarde desta quarta-feira. Uma das maiores mineradoras do mundo, a Vale, acionista da Samarco, e a empresa Vogbr, consultoria responsável pela declaração de estabilidade da barragem, também foram indiciadas.

A decisão, segundo a PF, se baseia em condutas previstas na Lei de Crimes Ambientais: "Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora"

Junto com Vescovi, foram indiciados também outras seis pessoas: o coordenador de monitoramento das barragens, a gerente de geotécnica, o gerente geral de projetos e responsável técnico pela barragem Fundão, o gerente geral de operações, o diretor de operações e o engenheiro responsável pela declaração de estabilidade da barragem Fundão em 2015, que atestou a estabilidade das estruturas.

Os indiciados como responsáveis pela maior tragédia ambiental do país, que deixou pelo menos 17 mortos e gerou uma tsunami de lama que atingiu o Rio Doce e chegou ao litoral do Espírito Santo, podem responder por crimes que têm penas previstas de um a cinco anos de prisão.

A polícia informou que novos indiciamentos poderão surgir com o decorrer das investigações. A atuação da PF no caso se deve ao fato de os rejeitos terem atingido o leito do rio Doce, que é um bem da União (já que banha mais de um Estado). Já a investigação sobre as mortes na tragédia é feita pela Polícia Civil de Minas Gerais.

Procurada pela reportagem, a Samarco informou, por meio de nota, que “não concorda com o indiciamento de seus profissionais porque até o presente momento não há uma conclusão pericial técnica das causas do acidente”.

A Vale também afirmou, por meio de nota, que o indiciamento reflete um entendimento pessoal do delegado e ocorre em um momento em que as reais causas do acidente ainda não foram tecnicamente atestadas e são, portanto, desconhecidas.

“Além disso, as suposições da Polícia Federal sobre uma teórica responsabilidade da Vale baseiam-se em premissas que não têm efetivo nexo de causalidade com o acidente, conforme será oportuna e tecnicamente demonstrado pela Vale", afirma o comunicado. Já a VogBR afirmou que não foi comunicada “oficialmente do indiciamento”.

Samarco entrega plano com atraso

A Samarco afirmou que entregou na terça-feira, com um dia de atraso, o plano hipotético em caso de ruptura das barragens de rejeitos de minério Germano e Santarém,

em Mariana, na Região Central. As duas estruturas foram danificadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

A mineradora que alegou ter contratado uma consultoria especializada e só ter recebido o novo plano, chamado de "dam brak", na noite de segunda. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) confirmou a apresentação do documento.

Desde o rompimento da barragem, em 5 de novembro, o IBAMA já emitiu 37 notificações contra a Samarco e a multou em 250 milhões de reais.

O Governo federal ainda coordena um grupo de trabalho para discutir ações locais no sentido de mitigar os efeitos da lama e a União, ao lado dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, cobra 20 bilhões de reais em ação civil pública a título de compensação.

Ativistas da União Nacional de Camponeses de Moçambique sofrem tentativa de agressão durante reunião do projeto ProSavana – Comissão Pastoral da Terra. 13/01/2016

ProSavana é um projeto trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique, que tem propagado que um de seus objetivos é o aumento da produção agrícola em uma determinada região de Moçambique, onde o bioma predominante é a Savana, vegetação tropical semelhante ao Cerrado brasileiro. Todavia, movimentos rurais do país, como a União Nacional de Camponeses (UNAC), têm denunciado outras faces do projeto.

“A UNAC já havia denunciado e repudiado os atos de perseguições, intimidações, aliciamentos e manipulações dos seus ativistas, camponeses e camponesas individuais, lideranças de camponeses, protagonizados por alguns dos membros da equipe de implementação do ProSavana”, afirma.

Iniciado em 2011, tem como fonte de recursos os governos do Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Japão, via Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), e de Moçambique, representado pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). A execução por parte do Brasil é feita pela Embrapa.

Confira a matéria - produzida pela equipe de comunicação da UNAC - sobre o recente encontro para discutir o programa:

Tentativa de espancamento e agressão física aos ativistas Jeremias Vunjanhe e Vicente Adriano, da União Nacional de Camponeses (UNAC) foi protagonizada no dia 11 de Janeiro de 2016 por um dos consultores integrante da equipe da MAJOL Consultoria e Serviços, Lda, contratada pela JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) para perceber as atitudes e pensamentos das organizações da sociedade civil em relação ao ProSavana.

Durante o intervalo do encontro e ainda no interior do salão nobre do Conselho Municipal de Nampula - província situada na região norte de Moçambique - onde ocorria o evento, os dois ativistas sofreram agressões verbais proferidas por João Lameiras, consultor da Majol Consultoria, por sinal um dos facilitadores do encontro.

De forma agressiva e numa cena que somente não resultou num espetáculo de pancadaria devido à pronta intervenção dos seus colegas que o impediram e o retiraram da sala de eventos, João Lameiras insultou os ativistas acusando-os de serem marginais e antidesenvolvimento. Lameras, visivelmente transtornado e fora de si, proferiu ainda outras expressões fortemente insultuosas omitidas neste artigo por uma questão de sensibilidade e respeito com os nossos leitores.

O ato, qualificado de intimidatório pelos visados, aconteceu depois de uma acesa e controversa discussão envolvendo os consultores da MAJOL Consultoria e Serviços, Lda, os dois ativistas, as dezenas de camponeses da UNAC, os representantes da Justiça Ambiental, da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais, das Comissões de Justiça e Paz das Diocese de Nampula e de Nacala, do Observatório do Meio Rural, do Fórum Terra, entre outras organizações que se posicionaram contra o ProSavana e a ideia de constituição de um Comité Consultivo do ProSavana, reafirmando deste modo a "Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana", publicada em 2013.

Apesar de um pedido formal de desculpas apresentado publicamente no encontro por um dos consultores da MAJOL e facilitador principal do encontro, Peter Bechtel, estes atos revelam um padrão normativo de atuação dos implementadores do ProSavna, quando confrontados com opiniões diferentes, sobretudo que desconstroem as mentiras e as inverdades do discurso e da narrativa propagandística do ProSavana, expondo o escamoteamento das reais intenções deste programa que envolve Moçambique, Brasil e Japão, cujo acordo foi assinado no final de 2009.

A UNAC já havia denunciado e repudiado os atos de perseguições, intimidações, aliciamentos e manipulações dos seus ativistas, camponeses e camponesas individuais, lideranças de camponeses, protagonizados por alguns dos membros da equipe de implementação do ProSavana. Em 2014, durante a sua Assembleia-Geral realizada em Nampula, a União Nacional de Camponeses comunicou que não iria tolerar mais estes atos e prometeu processar judicialmente os promotores e protagonistas de tais ações, sejam cidadãos moçambicanos ao serviço do Governo ou cidadãos de nacionalidade estrangeira.

No encontro de Nampula, que terminou ontem, 12, os consultores do ProSavana anunciaram que o programa está decadente e moribundo, tendo ainda reconhecido os graves erros de concepção do mesmo. “O plano diretor não tem qualidades para ser considerado um documento estratégico ou projeto. O documento apresenta generalizações sem questões concretas. Se a sociedade civil decidir parar com o ProSavana, o mesmo pode morrer em menos de um ano”, disse Peter Bechtel, principal facilitador do encontro.

Durante as discussões no decorrer do encontro, a maior parte dos cerca de 60 participantes presentes no mesmo, reafirmaram as criticas e denúncias das graves irregularidades e vícios insanáveis de concepção e implementação do programa ProSavana. Por consenso, os participantes concordaram na urgente necessidade de paralisação do programa do ProSavana e de todas as atividades e projetos em curso no país no âmbito do ProSavana.

“Estamos felizes com o consenso que alcançamos neste encontro sobre a necessidade de paralisação do ProSavana e de todas as suas atividades conforme a UNAC, e mais de 20 organizações e movimentos sociais tem vindo a exigir desde 2013 em ‘Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana’, publicada em 2013”, disse Ana Paula Tauacale, Presidente da UNAC.

Por outro lado, o representante do Observatório do Meio Rural (OMR) disse ser importante “cortar o mal pela raiz e não continuarmos tortos, em alusão aos problemas, vícios e irregularidades de que enferma o programa ProSavana desde a sua concepção até ao presente momento.

Entre as principais conclusões e propostas alternativas, os participantes foram unânimes em reafirmar as principais demandas levantadas na “Carta Aberta para Deter e Reflectir

de Forma Urgente o Programa ProSavana", submetida aos três governos nomeadamente:

"Que o Governo de Moçambique mande instaurar um mecanismo inclusivo e democrático de construção de um diálogo oficial amplo com todos os setores da sociedade moçambicana, particularmente camponeses e camponesas, povos do meio rural, comunidades do Corredor, organizações religiosas e da sociedade civil com o objetivo de definir as suas reais necessidades, aspirações e prioridades da matriz e agenda de desenvolvimento soberano";

"Que todos os recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao Programa ProSavana sejam realocados na definição e implementação de um Plano Nacional de Apoio a Agricultura Familiar sustentável (sistema familiar), defendido há mais de duas décadas pelas famílias camponesas de toda a República de Moçambique, com o objetivo de apoiar e garantir a soberania alimentar de mais de 16 milhões de moçambicanos que têm na agricultura o seu principal meio de vida".

Este encontro entre a MAJOL Consultoria e Serviços, Lda, contratados pela JICA e as organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, acontece numa altura em que circulam notícias de que o ProSavana voltará brevemente ao debate com a visita do vice-ministro do Japão da Terra, Infraestruturas, Transportes e Turismo.

Brasil responderá na Comissão Interamericana por violações de direitos humanos em Belo Monte – Comissão Pastoral da Terra. 13/01/2016

Depois de quatro anos, o órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) decidiu abrir a tramitação do caso e pedir uma resposta ao Estado brasileiro às denúncias de violações de direitos humanos decorrentes do projeto hidrelétrico em construção na Amazônia.

No momento em que se inicia o enchimento dos reservatórios da represa de Belo Monte, o Brasil é chamado a responder perante organismos internacionais sobre as violações de direitos humanos decorrentes do projeto. Em 21 de dezembro de 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) deu início ao caso apresentado contra o Brasil pelas organizações Justiça Global, Sociedade Paraense de Defesa dos

Direitos Humanos (SDDH) e Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA),que representam as pessoas atingidas pela construção da hidrelétrica.

A etapa de revisão inicial estendeu-se por quatro anos, com diversas solicitações de tramitação rápida por parte das organizações peticionárias. A decisão pela abertura da tramitação do caso significa que, enfim, o Estado brasileiro será obrigado a responder às denúncias de violações de direitos humanos decorrentes do projeto Belo Monte.

"Já está na hora de o Brasil responder integralmente a nossas denúncias a respeito da ausência de consulta e consentimento prévio, livre e informado das comunidades indígenas afetadas; da falta de participação e de estudos de impacto ambiental adequados, dos deslocamentos forçados e das violações aos direitos à vida, integridade, saúde e justiça das comunidades indígenas, ribeirinhas e moradores da cidade de Altamira", destacou María José Veramendi Villa, advogada da AIDA.

"A abertura do caso é antes de tudo uma vitória das populações atingidas e movimentos sociais envolvidos, que resistiram durante todos esses anos e permanecem firmes e determinados na busca por justiça e reparação" observa Raphaela Lopes, advogada da Justiça Global.

Em novembro do ano passado, o Instituto Brasileiro do Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) outorgoua licença de operação para a hidrelétrica de Belo Monte. Com isso, permitiu-se o enchimento da represa. Esta licença foi outorgada apesar de a Norte Energia – empresa encarregada do projeto – não ter cumprido com as condicionantes necessárias para garantir a vida, saúde e integridade da população afetada. As comunidades indígenas afetadas pela hidrelétrica estão protegidas por medidas cautelares outorgadas em 2011 pela Comissão, as quais o Estado brasileiro ainda não cumpre.

No início de dezembro, o Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas visitou a cidade de Altamira, a mais próxima da construção da represa e uma das áreas mais afetadas pelo deslocamento e pelos conflitos socioambientais provocados pela construção da hidrelétrica. O GT se reuniu com alguns dos grupos afetados, entre eles membros de comunidades ribeirinhas e povos indígenas, escutando suas denúncias. Após a visita, o Grupo emitiu um pronunciamento no qual exortou ao Governo brasileiro a respeitar os direitos humanos e a não sacrificá-los às custas do desenvolvimento econômico.

O Grupo de Trabalho deve apresentar seu informe final a respeito da visita ao Conselho de Direitos Humanos em junho de 2016. A expectativa é que haja um seguimento adequado a sua visita e que o informe seja contundente e explícito sobre as violações de direitos humanos decorrentes de Belo Monte e o acionamento do Estado brasileiro e das empresas envolvidas.

As organizações que representam as vítimas continuarão trabalhando para que o Brasil responda pelas violações de direitos humanos causadas pela hidrelétrica.

Demanda por etanol recuou em dezembro. Fabiana Batista – Valor Econômico. 13/01/2016.

A demanda por etanol hidratado, que é usado diretamente no tanque dos veículos, voltou a cair pelo segundo mês seguido no mercado doméstico e atingiu o menor nível mensal de toda a safra 2015/16, iniciada em abril.

Conforme dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), as usinas do Centro-Sul venderam às distribuidoras em dezembro 1,404 bilhão de litros de hidratado no mercado doméstico, 3,76% abaixo de novembro. No acumulado da temporada, entre abril e dezembro, as vendas subiram 37%, para 13,884 bilhões de litros.

Os sinais são de que parte da demanda migrou para a gasolina, já que em dezembro as vendas de anidro, que é misturado ao derivado fóssil, subiram. Conforme a Unica, as usinas do Centro-Sul venderam em dezembro passado 935 milhões de litros de anidro no mercado interno, alta de 15,8% sobre novembro.

Contexto. Valor Econômico. 14/01/2016.

Batizada de "AC", em homenagem a Alcides Carvalho, considerado o maior melhorista de café do Brasil, a variedade de café do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) tem apenas 0,1% de cafeína, quase nada se comparada aos grãos tradicionais de arábica (1,2%) e robusta (2,4%). A característica foi encontrada em três exemplares do banco de germoplasma do instituto, e atingiram esse teor mínimo de cafeína por meio de mutações com grãos arábica. A pesquisadora Maria Bernadete Silvarolla analisou perto de 3 mil plantas entre 1999 e 2003. Em 2004, veio a surpresa. Desde então, o desafio tem sido tornar a variedade "AC" comercialmente viável, elevando a sua produtividade.

Enquanto uma boa média é de 20 a 30 sacas de café colhido por hectare, a grão com baixa cafeína rende, no máximo, 10. Um trabalho que pode durar anos.

Responsabilidade pela situação também é de produtor e da indústria, afirma diretor. Bettina Barros - Valor Econômico. 14/01/2016.

A falta de recursos para cuidar do maior germoplasma de café do Brasil não é responsabilidade apenas do Estado. Indústria e cafeicultores também têm participação no quadro de deterioração do banco genético do Instituto Agronômico de Campinas (IAC). A crítica é do diretor do IAC, Sérgio Augusto Morais Carbonell, para quem falta diálogo e organização da cadeia produtiva.

"Há um discurso de todo o segmento dizendo que germoplasma é a coisa mais importante do mundo, mas não se vê aproximação de discurso e ação. Temos 30 projetos de café, mas nenhum envolve manutenção de germoplasma", diz.

"De mil acessos [plantas] no germoplasma, 50 são bons, outros são medianos e muitos são ruins do ponto de vista de uma característica genética desejada. E somos obrigados a manter todos porque o que é ruim hoje, amanhã pode ser bom. Mas o setor produtivo só quer pegar o bom, o que lhe interessa - e rápido. Não há a noção de que é preciso fortalecer a infraestrutura de base para que a parte científica possa agir", afirma o diretor.

Carbonell diz que essa falta de compreensão se explica, em parte, pela falta de uma política para setor, capaz de orientar o que é prioritário e canalizar os aportes. O que há hoje, afirma, são projetos individuais, cada qual com interesses próprios.

Segundo ele, nem o Consórcio Pesquisa Café, montado nos anos 1990 para criar um projeto nacional de pesquisa e desenvolvimento de café, avançou nessa visão de cadeia produtiva. "O que temos hoje? Um fundo, para onde vai parte do dinheiro arrecadado com venda de café, que financia uma carteira de projetos baseados em editais. Mas cada pesquisador faz o que acha importante. Então o consórcio é uma reunião de projetos".

Em 2015, o IAC teve orçamento de R$ 73,7 milhões, montante que tem se mantido no mesmo patamar nos últimos anos. Apenas metade vem do Estado, o resto de parcerias e convênios. Questionada, a Secretaria de Agricultura afirmou que tem cobrado o apoio das entidades do setor para obtenção de recursos para a conservação do germoplasma.

Escassez de funcionários põe em risco banco de germoplasma de café do IAC. Bettina Barros – Valor Econômico. 14/01/2016.

Os olhos esverdeados da cientista brasileira Maria Bernadete Silvarolla ressaltam ainda mais com as bochechas pálidas agora vermelhas de sol. O suor desce pela testa, que ela tenta inutilmente secar com as costas das mãos sujas de terra, sua roupa está tomada por carrapichos, mas esses parecem ser problemas menores.

Uma das principais melhoristas genéticas do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), vinculado à Secretaria de Agricultura de São Paulo, Bernadete exaspera-se ao ver o matagal avançar e asfixiar décadas de pesquisa no cafezal que lhe rendeu a "descoberta" da primeira variedade do grão naturalmente com baixo teor de cafeína. Ela arranca sozinha o mato e amaldiçoa o dia em que seu nome saiu na "Nature", a revista científica mais prestigiada do mundo. "Eu deveria ter tacado herbicida e matado tudo isso naquela época. É um descaso total".

Por falta de dinheiro e a impossibilidade de contratação de funcionários temporários, o IAC vê o seu banco de germoplasma de café - arquivo vivo de todo o material genético do grão - ameaçado pelo mato que cresce mais rápido com as chuvas e o calor do verão. Não há quem faça a roçada do mato.

Com 30 anos dedicados à pesquisa, Bernadete concorda em ser fotografada apenas de costas no cenário desolador do cafezal. A cena escancara a distância entre a realidade e as ambições do governo estadual de transformar São Paulo numa "referência científica".

"Estamos enxugando gelo. Arrancamos mato daqui, à tarde chove e amanhã nasce mato de novo", diz Júlio César Mistro, melhorista de café do IAC como Bernadete.

A escassez de mão de obra torna a situação dramática nos 60 hectares de café da Fazenda Santa Elisa, principal área de pesquisa com o grão, localizada em pleno centro de Campinas. A lei brasileira proíbe órgãos públicos de terceirizar esse tipo de serviço por entender que a tarefa constitui a chamada "atividade-fim" - aquela que caracteriza a atividade principal. "É como se você tivesse R$ 10 mil no banco mas a sua conta está bloqueada", afirma Sérgio Augusto Carbonell, pesquisador que hoje ocupa o cargo de diretor do IAC.

A única forma de ampliar o quadro é através de concurso público. O último foi feito há seis anos para profissionais de apoio e há 12 anos para pesquisadores. Um novo concurso estava previsto para este ano, mas, sem verba, o Estado o cancelou.

O engessamento aparece nas planilhas de estatísticas do órgão. Dos 281 servidores do IAC (desde auxiliar de serviço geral a administrativo, excluindo pesquisadores), somente seis estão alocados na cultura cafeeira. E dos seis, dois revezam a tarefa de capinar uma área total de 60 hectares - 30 do banco de germoplasma e 30 de experimentação com café. "Idealmente", afirma Carbonell, "seriam necessários de dois a três ajudantes de campo por pesquisador. E ainda temos um quadro envelhecido, em que muitos servidores já se aproximam da aposentadoria".

Maior produtor e exportador mundial de café, o Brasil deve muito de sua projeção ao IAC, fundado por D. Pedro II em 1887. Estima-se que 90% do café plantado no país seja de cultivares desenvolvidas pelo instituto.

O banco de germoplasma do IAC é não só o maior no país como o mais diverso. Há exemplares de quase todos os países, somando 5,5 mil acessos - o jargão científico para cada árvore e suas características genéticas únicas. Nenhuma árvore é desprezada: o que parece ruim hoje pode ser a resposta a uma demanda no futuro. Graças a esse grande banco genético, a pesquisadora Bernadete identificou uma variedade com quase nada de cafeína "perdida" entre centenas, no momento em que o café descafeinado virou moda.

Diferentemente de outras culturas, porém, sementes de café não são mantidas em câmaras frias. Elas perdem o vigor após um ano. A única forma de preservar a genética é plantando, o que torna as pesquisas especialmente vulneráveis.

Segundo o IAC, o café continua sendo prioritário. "Só que eu não posso liberar recurso pra capinar sabendo que em três meses o mato vai ter crescido de novo. É queimar dinheiro", diz Carbonell. "Eu também não posso deslocar o meu recurso humano porque não tenho só café. Tenho cana, feijão, trigo, citros, mamona, milho para cuidar".

A esperança, afirma, está em um projeto de lei (PL) do Congresso (77/2015) que traria celeridade e flexibilidade à administração direta com fins de pesquisa e inovação. O PL aguarda sanção presidencial.

Apesar do empenho do instituto, há áreas em que o mato ultrapassa exemplares antigos. Segundo Bernadete, 50% da coleção etíope, origem do café de baixa cafeína, já foi perdida. "O capim compete por água, nutriente e luz".

Há dois meses, os pesquisadores começaram a pulverizar as ruas do cafezal - linhas que separam uma fileira de árvores da outra - com herbicida, mais eficiente que a capinagem. Mas por falta de gente, até essas aplicações são restritas.

Sem Terra debatem o novo estágio da luta pela terra. Site do MST, 15/01/2016.

Os participantes também refletiram sobre a inserção de todos os sem terra neste novo período da luta de classes.

Durante os dias 12 a 14 de janeiro, cerca de cinquenta camponeses e camponesas de todas as regiões do Brasil participaram do Seminário nacional de Luta pela Terra e o MST.

Realizado em Luziânia (GO), a atividade que com análises da conjuntura política e da luta de classes em sua programação, debateu temas como massificação das lutas e Agitprop (Agitação e Propaganda), bem como elementos do atual estágio das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os participantes também refletiram sobre a inserção de todos os sem terra neste novo período da luta de classes.

"Temos que envolver toda nossa militância, principalmente da frente de massas", afirmavam os sem terra.

Estamos em um momento em que a sociedade vivencia uma profunda crise econômica, social, política e ambiental e isso coloca inúmeros desafios para a militância, a classe trabalhadora como um todo.

Para Cida Lopes, militante do estado de Rondônia, o encontro foi uma experiência e fortalecimento para este novo momento histórico.

"O seminário foi importante, pois vem consolidar nossas ações que já estamos fazendo no estado, com o envolvimento das mulheres nas discussões e participação" garantiu a sem terra.

MST realiza seu 17º encontro estadual no Rio Grande do Sul. Cátia de Medeiros. Site do MST, 15/01/2016.

Cerca de mil trabalhadores Sem Terra devem participar das atividades entre os dias 19 e 21, na região Metropolitana de Porto Alegre.

"Avaliar internamente nossas ações e planejar os passos do próximo período". Estes são os principais objetivos do 17º Encontro Estadual do MST do Rio Grande do Sul, apontados por Cedenir de Oliveira, dirigente nacional do movimento pelo estado gaúcho.

O evento será realizado entre os dias 19 e 21 de janeiro, no assentamento Capela, no município de Nova Santa Rita, na região Metropolitana de Porto Alegre. Cerca de mil trabalhadores assentados e acampados participarão das atividades de organização e planejamento.

"O encontro acontece a cada dois anos e nos ajuda no processo de organização do movimento em instância estadual, das cooperativas, centros de formação e atividades de base com a militância que atua nos acampamentos", complementa Oliveira.

Esta edição recebe o nome Edson Lima, em homenagem ao assentado Sem Terra morto em dezembro do ano passado. Ela contará com representações de outros movimentos populares e de lideranças sociais e políticas, como o ex-governador do Estado, Olívio Dutra e o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile.

A programação também é constituída por análise da conjuntura política; lançamento da Jornada Cultural "Alimentação saudável: um direito de todos"; Assembleia das Mulheres do MST; Jornada Socialista: 20 anos Massacre de Eldorado de Carajás; e participação da Escola de Samba Unidos da Vila Isabel, do município de Viamão.

Consumo de café teve leve alta em 2015. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 15/01/2016.

Diferentemente de outros setores de consumo, o de café conseguiu registrar ao menos um ligeiro avanço no país no ano que passou a despeito da crise. A demanda pelo produto no Brasil nos 12 meses entre novembro de 2014 e outubro de 2015 subiu 0,86%, para 20,508 milhões de sacas, conforme o relatório Indicadores do Consumo de

Café no Brasil da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). O consumo per capita de café também teve ligeira alta, segundo o indicador da Abic, e saiu de 4,89 quilos de produto torrado e moído em 2014 para 4,90 quilos no ano passado.

Diante do desempenho do setor, em plena crise, a expectativa da Abic é de novo crescimento moderado este ano, para até 21 milhões de sacas. "Acreditamos que o consumo deve se manter ou ter ligeira alta", disse Nathan Herszkowicz, diretor-executivo da entidade. Para ele, o desempenho "confirma que o café é produto de ampla aceitação, de custo baixo e que, por isso, resiste à crise".

Nem a alta dos preços do café torrado e moído no varejo foi suficiente para derrubar a demanda. O relatório com os indicadores da Abic cita pesquisas na cidade de São Paulo, de janeiro a dezembro de 2015, mostrando que os preços dos cafés "tradicionais" no varejo subiram 16,1%, para R$ 16,17 o quilo, enquanto os dos cafés "gourmet" tiveram alta de 0,3%, para R$ 48,66 o quilo, em média.

De acordo com a Abic, a alta dos preços reflete a valorização da matéria-prima no mercado, principalmente do café conilon, por conta de problemas climáticos, e também do câmbio que estimula as exportações. Citando dados do Informe Estatístico do Ministério da Agricultura, a Abic informou que o preço do conilon subiu 26,8%, para R$ 361,00 por saca em 2015.

Herszkowicz observou que a indústria chegou ao fim de 2015 com seus custos muito pressionados e que a expectativa é que os reajustes nos combustíveis, energia elétrica, gás, câmbio e mão de obra continuem a pressionar os custos neste início de 2016.

A receita da indústria de café torrado e moído também aumentou, conforme as projeções da Abic. As vendas no ano passado são estimadas em R$ 7,4 bilhões acima dos R$ 7 bilhões de 2014. O número se refere a mais de 1,2 mil empresas existentes no país.

O relatório da Abic também destacou o avanço do consumo das chamadas monodoses, seja na forma de cafés expressos, sachês ou cápsulas. Segundo pesquisa da Euromonitor, feita sob encomenda para a Abic, as vendas das cápsulas de café em 2015 alcançaram R$ 1,4 bilhão e a estimativa é de que atinjam R$ 2,96 bilhões em 2019.

Além disso, a pesquisa mostrou que mais de 80% dos lares brasileiros consultado consomem café. Mas a crise no país também gerou, por exemplo, migração para marcas

mais baratas em alguns segmentos da sociedade. Citando dados de pesquisa referentes a 2014, a Abic informou que o café em pó representou 81% do volume total consumido no país e as cápsulas, 0,6%, "com a possibilidade de dobrar até 2019".

Cai o ritmo da demanda por crédito na atual safra. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 15/01/2016.

Seis meses após o lançamento do Plano Safra 2015/16, com R$ 187,7 bilhões em recursos disponibilizados para o crédito rural, a expectativa do Ministério da Agricultura é de que não haja demanda, por parte dos produtores rurais do país, para todo o montante previsto. Isso porque as contratações totais de financiamento pelo agronegócio até agora mostram um ritmo menor.

Nos seis primeiros meses da atual temporada 2015/16, entre julho e dezembro, os desembolsos para a agricultura empresarial atingiram R$ 76,5 bilhões, ligeira alta sobre os R$ 76,3 bilhões de igual período de um ano antes. O montante desembolsado equivale a 40,7% de todo o recurso programado para a atual safra, que se encerra em junho deste ano. No mesmo período do ciclo anterior, 2014/15, os produtores já haviam tomado 49% dos R$ 156,1 bilhões destinados naquela safra.

Enquanto os desembolsos para o custeio agrícola cresceram 20,6% para R$ 51,2 bilhões na primeira metade da atual safra - só os bancos públicos emprestaram R$ 35 bilhões -, o crédito para investimento seguiu a tendência de queda ao longo de todo o atual ciclo e caiu 40%, para R$ 13 bilhões.

Quando se incluem os agricultores familiares entre todos os tomadores de crédito rural, as contratações globais recuaram 2% para R$ 89,5 bilhões, entre julho e dezembro do ano passado.

Por outro lado, os empréstimos para custeio tomados com juros livres, grande aposta do governo para incrementar a oferta de crédito no Plano Safra 2015/16, também aumentaram, mas num ritmo menor do que o projetado pelo ministério: o montante contratado cresceu 43,4% para R$ 7,7 bilhões, o que corresponde a 15% do inicialmente previsto para todo o plano. Em 2014/15, na mesma época, esses desembolsos haviam consumido 23% do programado.

"Nosso ponto de preocupação são os recursos livres. No Plano Safra 2015/16 colocamos R$ 30 bilhões para custeio com recursos a juros livres, mas foram contratados apenas R$ 1,5 bilhão pelos bancos privados até dezembro, por exemplo. Então dificilmente haverá demanda pelos R$ 30 bilhões", afirmou ontem o ministro interino da Agricultura, André Nassar. "Então, ao final da safra, não vamos ter R$ 187,7 bilhões de desembolso", completou.

Quando desenhou o atual Plano Safra, o ministério anunciou um aumento de 20% no volume total de recursos comparados a 2014/15, apostando nos recursos a juros livres, que não contam com subsídio do governo e são mais caros, pois contêm taxas acima da Selic, taxa básica de juros, que está em 14,25% ao ano. Esses financiamentos tinham como base as chamadas Letras de Crédito Agrícola (LCA), títulos financeiros que a partir de 2015/16 tiveram que ser direcionados em parte para o crédito rural, conforme norma do governo.

Contudo, até dezembro, as contratações de crédito com base em LCAs somaram apenas R$ 1,8 bilhão. Para Nassar, os bancos privados, que trabalham mais com esses recursos, ainda não se adaptaram totalmente às novas regras. "Mas o crescimento do crédito para custeio mostra que a agricultura não perdeu a confiança", disse o ministro interino.

Chuvas melhoram condições das lavouras de sequeio na Bahia. CNA. 18/01/2016.

Brasília (18/01/2016) – A seca que tomou conta do Oeste da Bahia, há três anos, prejudicando as lavouras de sequeiro, (aquelas realizadas em regiões de poucas chuvas), parece ter chegado ao fim. Há uma semana, chuvas intensas são registradas na região, elevando os níveis de umidade do solo e garantindo melhores condições de desenvolvimento das culturas de milho, soja e algodão.

Para a presidente do Sindicato Rural de Luis Eduardo Magalhães (BA), Carminha Maria Missio, a região foi muito afetada com a seca nesses anos, acumulando muitos prejuízos para os produtores, pois houve atraso na safra, alongamento dos custeios e aumento de dívidas. “A boa notícia é que em 20 dias esse cenário nebuloso se reverteu e trouxe um pouco de esperança”, comemora.

Apesar da expectativa de mais dias de chuva para o estado, a presidente do Sindicato afirma que os produtores precisarão de ajuda, especialmente com prazo maior para a

renegociação das dívidas. “Foram anos acumulando perdas. Hoje, os produtores têm os custos de três safras acumuladas, o replantio e o aumento de despesas”, salienta.

O diretor da Associação Baiana dos Produtores de Algodão, Celito Breda, também mostra preocupação com as chuvas intensas, que podem aumentar o índice de doenças e pragas, como ferrugem, ervas daninhas, mofo branco e lagarta. “Ainda não estamos reclamando das chuvas. Mas há previsão de mais 15 dias de água intensa no estado. Isso nos preocupa”, observa. “Vamos ter que esperar. Até agora estamos com boas perspectivas”, acrescenta.

Especialistas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizaram em meados de 2015 o projeto Campo Futuro na cidade de Luis Eduardo Magalhães, além do Dia de Mercado, levando informações estratégicas para os produtores. “As ações ajudaram os produtores a ter maior consciência com relação aos custos de produção e as boas práticas agrícolas. Acredito que estas capacitações irão ajudá-los a melhorar o gerenciamento das atividades agrícolas em busca de rentabilidades positivas para esta safra“, finaliza o assessor técnico da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA, Alan Malinski.

Clima derruba oferta de cebola e tomate. Camila Souza Ramos - Valor Econômico. 18/01/2016.

A forte alta dos preços da cebola e do tomate em 2015, que fez dos dois produtos os maiores "vilões" da inflação entre os alimentos no ano que passou, não garante um estímulo à expansão desses cultivos na nova safra, segundo especialistas do setor. Em 2015, a produção das duas culturas recuou no país por causa das chuvas acima da média na região Sul, relacionadas ao fenômeno El Niño. E, neste ano, as preocupações com o clima voltam a tirar o sono dos produtores.

Em Santa Catarina, que responde por um terço da produção nacional de cebola, agricultores receberam em média R$ 1,20 pelo quilo do produto classe 3 desde o começo da colheita, em novembro, até o início de janeiro. Na última semana, o preço já chegou a R$ 2,00 o quilo, o que supera em 88% o preço médio de todo o ciclo passado, segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado (Epagri), ligada à secretaria estadual de agricultura.

A valorização é reflexo da menor produção no Estado em pelo menos dez anos. Como sempre há uma perda de um quinto do volume por causa do armazenamento, a oferta deve ficar em 280 mil toneladas, avalia Daniel Schmitt, agrônomo da Epagri. Essa deve ser a segunda quebra de safra seguida, com redução de 15%, puxada por perdas de produtividade.

O custo de produção, porém, também está em alta nesta safra e deve ficar em R$ 0,74 para cada quilo de cebola produzida, 23% a mais que no ciclo anterior, estima o agrônomo. Se forem descontados os bulbos perdidos por causa das chuvas, o custo das cebolas ofertadas salta para R$ 1,48 o quilo.

No Rio Grande do Sul e no Paraná, onde a colheita também terminou recentemente, a produção deve ficar em 100 mil toneladas em cada Estado, segundo Schmitt. Dessa forma, a produção total do Sul não passará das 480 mil toneladas, bem abaixo da média de 700 mil toneladas. "A diferença equivale a dois meses do consumo brasileiro", compara.

As adversidades em Santa Catarina favorecem agricultores de Goiás, que respondem por 8% da oferta nacional e devem aumentar a área plantada, diz Douglas Silveira, agrônomo da cooperativa Coopacer, associada ao Instituto Brasileiro de Horticultura (Ibrahort).

Essa expansão pode pressionar as cotações na região do Cerrado quando chegar a colheita. "O ano passado foi de excelentes preços, mas os produtores de Minas Gerais estão cautelosos com um aumento de área em Goiás", afirma Silveira. Os dois Estados produzem cebola na mesma época, com plantio em abril, mas os agricultores mineiros não pretendem ampliar a área semeada.

Na cultura de tomate, o excesso de chuvas em São Paulo e Minas Gerais, que respondem por 35% da oferta nacional, também afetou a produtividade, o que se reflete em preços elevados até este início de ano. Segundo Simone Mello, do departamento de produção vegetal da Esalq/USP, os agricultores do país estão recebendo R$ 50 por uma caixa de 25 quilos, o dobro do que receberam no início de 2015. Essa alta mais do que compensou a quebra de safra, estimada pela pesquisadora em 18%, para 3,5 milhões de toneladas.

A valorização do tomate no campo também foi muito maior que a alta do custo de produção, que subiu 7,6% no ano e ficou, em média, em R$ 18,86 a caixa do país.

No entanto, as perspectivas para o cultivo de tomate neste ano são até mais incertas que para a cebola. O centro de estudos sinalizou em relatório que a área cultivada com o fruto deve ficar inalterada ou cair em algumas regiões pontuais, já que muitos produtores estão cautelosos com o clima.

Na África, a solução para a crise do chocolate. Alexandra Wexler - Valor Econômico. 18/01/2016.

The Wall Street Journal, de Abankrom, Gana

Yaa Amedudzi viaja pelas estradas poeirentas de Gana graças a um programa de US$ 1 bilhão criado pelos principais produtores de chocolate do mundo para solucionar o problema mais importuno do setor.

Embora a demanda por chocolate esteja mais forte do que nunca, com mais consumidores da China e Índia comprando barras e bombons, itens anteriormente considerados de luxo, a produção de cacau está caindo. Em Gana, por exemplo, segundo maior produtor mundial, a produção caiu 18% no ano passado. Os preços subiram quase 40% desde o início de 2012.

"[Os produtores] precisam mudar a forma de cultivo", diz Amekudzi, gestora das iniciativas de sustentabilidade de cacau em Gana da Mondelez, a fabricante dos chocolates Cadbury e dos biscoitos Oreo. Ela dá conselhos aos produtores sobre as melhores formas de separar as mudas, aplicar fertilizantes e podar as árvores para ajudá-los a impulsionar a produtividade em queda das plantações.

Instruções similares a produtores na vizinha Costa do Marfim, a maior produtora mundial de cacau, têm ajudado a gerar safras recordes, informam as empresas. Mas a produtividade média atual representa apenas 35% do que poderia ser obtido em Gana e na Costa do Marfim se boas práticas agrícolas fossem utilizadas.

O problema preocupa tanto a indústria que dez dos maiores produtores de chocolate e processadores de cacau do mundo concordaram, em 2014, em compartilhar entre eles uma série de dados confidenciais sobre práticas e produtividade agrícola.

Amekudzi tem um papel importante no próximo passo do processo. Ela visita frequentemente quase 450 vilarejos de Gana para treinar produtores e se reunir com líderes comunitários.

Ela é responsável por cerca de 25% dos US$ 400 milhões alocados pela Mondelez para o programa de sustentabilidade de cacau até 2022. Gastos com programas deste tipo estão incluídos no investimento de US$ 1 bilhão anunciado por dez grandes produtores de chocolate e processadores de cacau.

"Acredito que teremos sucesso", diz Bill Guyton, ex-presidente da Fundação Mundial do Cacau, associação que está ajudando a coordenar o compartilhamento de informação.

A demanda global por chocolate cresceu 0,6%, para o recorde de 7,1 milhões de toneladas em 2015, impulsionada por um salto de 5,9% na Ásia, segundo a empresa de pesquisa Euromonitor International. Já a produção de cacau caiu 3,9%, para 4,2 milhões de toneladas, segundo a Organização Internacional do Cacau. Os dois totais diferem porque o chocolate não é feito apenas de cacau, entre os outros ingredientes estão o açúcar e, frequentemente, o leite.

Na safra 2014/15 encerrada em setembro, a produção de cacau de Gana caiu 18% em relação à safra anterior, para 740 mil toneladas, segundo estimativa da OIC, devido a pragas, secas e mudanças na política do governo. A safra da Costa do Marfim cresceu 2,8%, para 1,8 milhão de toneladas.

O Brasil, sexto maior produtor mundial de cacau, produziu 229 mil toneladas em 2014/15, segundo estimativa da OIC. Walter Tegani, secretário-executivo da Associação da Indústria de Processadores de Cacau (AIPC), no entanto, acredita que a produção brasileira atual possa ficar abaixo dos 210 milhões de toneladas devido à forte seca que vem atingindo a Bahia, maior produtor nacional, com 55% do total. Segundo Ubiracy Fonseca, vice-presidente do setor de Chocolate da Abicab, associação que que representa a indústria, a demanda brasileira consome quase toda produção de cacau local. Nos últimos anos, no entanto, o consumo de chocolate vem caindo no país, devendo recuar entre 8% e 10% em 2015, segundo analistas.

Na safra mundial atual, os analistas esperam que a produção de Costa do Marfim e Gana, que são responsáveis por cerca de 60% do cacau produzido mundialmente, caia devido a problemas como a idade elevada de muitos cacaueiros, clima desfavorável e pragas.

Enquanto os preços de quase todas as commodities caíram em 2015, o cacau subiu 10%. Ele teve o melhor desempenho do índice de commodities S&P GSCI. Embora os preços tenham recuado no início do ano, a alta no longo prazo levou empresas como Hershey,

Nestlé SA e Lindt & Sprüngli AG a elevar os preços de chocolate desde o início de 2014.

Os produtores na Costa do Marfim e Gana recebem um preço fixo do governo por suas sementes de cacau, o que desestimula o aumento do plantio. Além disso, os cacaueiros levam de dois a quatro anos para florescer, então a produção não pode crescer rapidamente para satisfazer um salto na demanda.

O mundo não vai ficar sem chocolate, um cenário extremo citado em alguns artigos como o "chocopalípse". O mercado global até encerrou a última safra com um ligeiro superávit. O volume de cacau transformado em pó e outros produtos semiacabados caiu mais que a produção devido ao enfraquecimento macroeconômico geral e à desvalorização de moedas nos mercados emergentes, onde os consumidores são mais sensíveis a preços.

Ainda sim, os fabricantes acreditam que mudanças generalizadas nas práticas agrícolas são necessárias para que o setor acompanhe o crescimento da demanda mundial no longo prazo. As empresas de chocolate afirmam que os produtores podem facilmente produzir 1.500 quilos de cacau por hectare com o conhecimento, mudas e fertilizantes corretos. A produção média é hoje de cerca de 500 quilos por hectare.

A maioria dos cacaueiros da África Ocidental já passou da idade de pico de produção entre 10 a 20 anos há muito tempo. O governo de Gana estima que 40% dos pés de cacau do país são improdutivos devido à idade ou pragas. Produtores e autoridades do setor dizem que a fraca produtividade é agravada por escassez de mão de obra com a migração para as cidades.

A produção de cacau de Gana também foi afetada quando o governo mudou seu programa de subsídio, que incluía o pagamento de preços maiores aos produtores para que eles pudessem comprar fertilizantes e mudas, que anteriormente eram distribuídas pelo governo. A mudança fracassou. Muitos produtores embolsaram o dinheiro em vez de investir em suas fazendas. O governo decidiu voltar atrás no ano passado.

E ainda existe outra ameaça sombria: a mudança climática. A Costa do Marfim e Gana foram assoladas por chuvas abaixo da média do início da safra atual. E agora o fenômeno climático El Niño, que tem produzido a seca mais severa em cerca de 30 anos na maior parte da África, ameaça ainda mais a produção. "Mesmo se eles continuarem a melhorar a infraestrutura e a investir mais e mais dinheiro no sistema, nós ainda vamos

estar lidando com a Mãe Natureza", diz Hector Galvan, estrategista sênior da corretora RJO Futures, unidade da R.J. O'Brien & Associates LLC.

As fabricantes globais de chocolate também batalham contra o uso de trabalho infantil. No ano passado, um estudo da Universidade de Tulane encomendado pelo governo americano concluiu que o número de crianças que trabalham em fazendas de cacau da Costa do Marfim e Gana em condições de risco subiu 18% entre 2008 e 2014. Os dois países, em grande parte, proibiram o uso de trabalho infantil, mas admitem que é difícil monitorar. "O trabalho infantil é um problema complexo, e não há soluções rápidas ou fáceis", diz Darrell High, gerente da divisão de cacau da Nestlé.

A Nestlé fornece material escolar, obtém certidões de nascimento para que as crianças possam se matricular em escolas e ajuda agricultores a desenvolver outras atividades geradoras de renda, como o cultivo e venda de outros alimentos.

"Temos que quebrar o ciclo, melhorar a produtividade e os rendimentos e inspirar a próxima geração a se tornar produtores de cacau", diz Amekudzi, da Mondelez. "Sem a próxima geração de agricultores, não haverá cacau". (Colaborou Eduardo Magossi.)

Rio Doce: ''O impacto ainda está acontecendo''. Patrícia Fachin. Site do MST, 19/01/2016.

Em entrevista, pesquisador afirma que impacto na cabeceira do Rio é muito grande e provavelmente vai demorar muitos anos para recuperá-la.

“Como a lama é muito fina, ela fica em suspensão durante muito tempo, ou seja, não sedimenta, formando uma grande mancha em suspensão. Isso faz com que ela seja facilmente transportada pelas correntes marinhas, de modo que não podemos descartar a possibilidade de a lama encontrada em Abrolhos ser a da barragem da Samarco”, afirma André Cordeiro Alves dos Santos, membro do Grupo Independente de Avaliação do Impacto Ambiental - GIAI, formado por pesquisadores voluntários que estão analisando os impactos da lama no Rio Doce, e um dos autores do Relatório Parcial Expedição Rio Doce.*

As análises preliminares da água do Rio Doce depois do rompimento da barragem da Samarco, demonstram que os maiores impactos aconteceram na cabeceira do Rio, “porque a lama que estava barrada foi se depositando na beira do Rio e destruiu alguns

povoados e matas ciliares numa distância de até 100 quilômetros da barragem", o biólogo.

Segundo o pesquisador, "o impacto na cabeceira do Rio é muito grande" e provavelmente vai demorar muitos anos para recuperá-la.

De acordo com Santos, na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line, apesar de o rompimento da barragem ter acontecido há mais de dois meses, "o impacto ainda está acontecendo, porque a barragem não foi vedada e os resíduos ainda estão descendo pelo Rio".

Nesta época de chuvas abundantes, que se estende até abril, explica, "todo o material que ficou depositado na margem da cabeceira do Rio, vai começar a ir em direção à foz. Então, percebe-se um impacto contínuo que não terminou ainda, o que dificulta muito encontrar formas de resolver a situação. Se o impacto tivesse sido pontual em apenas uma parte do Rio, seria possível prever em quanto tempo o Rio seria recuperado, mas o problema é que o impacto ainda existe".

O biólogo e especialista em Engenharia Ambiental acentua ainda que a partir de abril, quando as chuvas diminuírem, "uma das preocupações" será a de saber "como o Rio vai se comportar com o volume grande de rejeitos a partir dos períodos de seca, em que diminui a quantidade de água. Nesse período, essas substâncias tendem a se concentrar e isso gera prejuízos maiores, posteriormente, para a biota".

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que pontos do Rio Doce foram feitas as coletas para analisar a qualidade da água e produzir o Relatório Parcial Expedição Rio Doce, depois do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco?

André Cordeiro Alves dos Santos - O Grupo Independente de Avaliação do Impacto Ambiental – GIAIA, responsável pelo Relatório Parcial Expedição Rio Doce, é um grupo de pesquisadores de várias universidades, que trabalham de forma voluntária para analisar os impactos do desastre de Mariana. Fizemos coletas em todo o Rio Doce, desde a cabeceira, onde aconteceu o acidente, até a sua foz, na região de Regência, no Espirito Santo.

Foram analisados 17 pontos no Rio e mais alguns afluentes. Essas amostras estão sendo processas em vários laboratórios diferentes, porque cada pesquisador se comprometeu em fazer uma parte da análise.

Algumas análises já estão prontas, e conforme elas vão sendo concluídas, vamos liberando os relatórios parciais. Outras análises, por conta do custo e do tempo, ainda estão sendo feitas e, portanto, teremos mais alguns resultados no final do mês de janeiro.

Quais as primeiras conclusões parciais do Relatório? O que as análises feitas até então indicam sobre a situação do Rio Doce? À época do acidente, falou-se da impossibilidade de recuperá-lo. Isso tende a se confirmar?

O rio sofreu um impacto muito grande. Um deles aconteceu próximo à cabeceira, onde aconteceu o desastre da Samarco, porque a lama que estava barrada foi se depositando na beira do Rio e destruiu alguns povoados e matas ciliares numa distância de até 100 quilômetros da barragem. Mais para baixo do rio, próximo ao Espírito Santo, predomina a quantidade de material em suspensão no rio, que são partículas de lama e de minério de ferro que estão descendo em direção ao mar.

O impacto na cabeceira do rio é muito grande e provavelmente vai demorar muitos anos para recuperá-lo, se conseguirmos recuperá-lo. Na direção da foz, o Rio tem capacidade de se recuperar numa velocidade um pouco maior. Contudo, o problema é que o impacto ainda está acontecendo, porque a barragem não foi vedada e os resíduos ainda estão descendo pelo Rio.

Nesta época de chuvas abundantes naquela região, todo o material que ficou depositado na margem da cabeceira do rio, vai começar a ir em direção à foz. Então, percebe-se um impacto contínuo que não terminou ainda, o que dificulta muito encontrar formas de resolver a situação. Se o impacto tivesse sido pontual em apenas uma parte do rio, seria possível prever em quanto tempo o rio seria recuperado, mas o problema é que o impacto ainda existe.

Como em qualquer rio, no período de chuva, os volumes de água são muito grandes, e nos períodos de seca, que começa em abril, as chuvas diminuem. Uma das preocupações agora é saber como o rio vai se comportar com esse volume grande de rejeitos a partir dos períodos de seca, em que diminui a quantidade de água. Nesse período, essas

substâncias tendem a se concentrar e isso gera prejuízos maiores, posteriormente, para a biota.

Por que os rejeitos da barragem não foram contidos? Isso poderia ter sido feito?

Acho que sim, mas não tenho conhecimento de barragens em termos de engenharia para poder oferecer uma análise. Além disso, as informações que temos da Samarco são muito poucas: não se tem informações sobre a capacidade do reservatório nem sobre as causas de ele ter extravasado. O dique provisório feito pela Samarco parece que também se rompeu, talvez por conta desse período de chuva. A última informação que tive é que a empresa não garante que irá conseguir barrar os rejeitos até o final do mês de fevereiro. Então, como o impacto está acontecendo, fica difícil prever qualquer recuperação no Rio.

O maior impacto se concentra no Rio Doce, mas o problema é que em muitas cidades da região, as pessoas dependem do rio não só para o abastecimento de água, mas para o trabalho dos pescadores e areeiros. As pessoas que vivem nos dois lados da bacia vão sentir os impactos dessa tragédia por um longo tempo. Talvez as pessoas ainda não tenham noção dessa tragédia, mas quem visita a região, fica assustado.

Segundo o Relatório Parcial Expedição Rio Doce, o Manganês, o Arsênio, o Chumbo estão acima do permitido pela legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Quais os impactos dessa alteração?

Esses metais são tóxicos porque em concentrações altas, podem causar impactos à saúde. Fizemos uma única amostragem, mas é claro que uma única amostragem não consegue prever se a contaminação é constante ou não, se esse material está liberado do sedimento para ir para o abastecimento público ou não. Na verdade, a análise é mais um indicativo de alerta para que haja um monitoramento constante para ver como isso irá se comportar no futuro.

A região do Rio Doce já tem, historicamente, problemas de contaminação da água por conta da mineração. Então, a contaminação no Rio não é uma novidade, mas estamos

preocupados com o aumento da contaminação a partir do momento do desastre da Samarco.

Como o senhor avalia o processo de realização das análises da qualidade da água e do impacto hidrológico e ambiental de modo geral, quando um acidente dessa magnitude acontece? O Brasil tem tecnologias e recursos necessários para fazer esse tipo de análise rapidamente? Quais as dificuldades nesse sentido?

Já existia monitoramento na bacia do Rio Doce, tanto que o controle da poluição orgânica é feito pelo Comitê de Bacia e pelos órgãos de controle do estado de Minas Gerais. Mas no Brasil ainda temos muita deficiência tanto em pontos de coleta quanto em quantidades de análise. Não se trata de um problema de tecnologia, porque temos centros de pesquisa tanto em Minas Gerais quanto em São Paulo e em outras regiões do país, mas o problema é que deslocar uma equipe a campo, fazer a coleta desse material, transportá-lo de modo refrigerado e fazer as análises, custa caro, ou seja, não é um processo barato.

“Talvez as pessoas ainda não tenham noção dessa tragédia, mas quem visita a região, fica assustado”

A maior parte dos estados não investe para fazer esse tipo de monitoramento; portanto, é um problema de investimento. Quando acontece um acidente igual a esse, as pessoas começam a prestar a atenção e a se perguntarem por que os monitoramentos nunca foram feitos. Eles não são feitos porque não são prioridade.

Esperamos que a partir de agora os estados se certifiquem de fazer monitoramentos constantes, porque uma das nossas dificuldades ao fazer o monitoramento do Rio Doce foi em relação à situação em que o Rio se encontrava antes, porque tem pouca informação sobre a condição original do Rio, o que dificulta as análises sobre a possibilidade de recuperá-lo ou não.

No caso específico desse acidente, há outra particularidade: a maior parte dos nossos métodos de avaliação e de monitoramento leva em conta o esgoto doméstico, mas no caso desse acidente, não se trata de analisar matéria orgânica, mas matéria inorgânica, ou seja, é outro tipo de elemento que vazou, e os nossos padrões de qualidade não são

voltados para esse tipo de elemento, porque esse tipo de análise nunca foi uma prioridade.

Há uma especulação sobre se a lama encontrada em Abrolhos pode ser da barragem de rejeitos da Samarco. O senhor tem algumas informações adicionais a esse respeito? Quais as possibilidades?

Estou acompanhando essa questão pelos jornais e não fizemos coletas na região marinha, mas pretendemos, numa segunda etapa de coleta, fazer algumas coletas na região marinha. É possível que a lama em Abrolhos seja da barragem da Samarco, porque as correntes marinhas naquela região tanto levam para a água para o Sul quanto para o Norte, para a Bahia. Então, não dá para descartar a possiblidade de a lama ser da barragem da Samarco.

O que vi na região de Regência, no Espirito Santo, é que como a lama é muito fina, ela fica em suspensão durante muito tempo, ou seja, não sedimenta, formando uma grande mancha em suspensão. Isso faz com que ela seja facilmente transportada pelas correntes marinhas, de modo que não podemos descartar a possibilidade de a lama encontrada em Abrolhos ser a da barragem da Samarco.

Deseja acrescentar algo?

Gostaria de informar que GIAIA é um grupo de pesquisadores voluntários, e os custos que estamos tendo com as análises da água do Rio Doce estão sendo pagos com as verbas que os laboratórios dispõem, justamente para dar uma garantia maior para a população da região sobre a atual qualidade da água, porque a quantidade de informação disponível ainda é muito baixa.

Safra de maçãs do Sul sofre com chuvas. Bettina Barros - Valor Econômico. 19/01/2016.

Pelo terceiro ano consecutivo, os produtores de maçãs do Sul do país deverão registrar uma colheita menor devido a condições climáticas consideradas ruins para a cultura. A

combinação de excesso de chuva, geada e pouco calor prejudicou o desenvolvimento dos frutos, o que acarretará em maçãs menores nas gôndolas neste ano.

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), a tendência para a atual safra 2015/16 é chegar perto do resultado do ciclo anterior. "As chuvas na primavera frustraram a expectativa de capacidade de produção", diz Moisés de Albuquerque, diretor-executivo da entidade. "Esperamos algo como o volume de 2014/15, mas com viés de baixa".

A segunda estimativa da ABPM aponta para entre 1,08 milhão e 1,130 milhão de toneladas da fruta, contra 1,144 milhão na safra anterior. Em 2013/14, o setor colheu 1,165 milhão de toneladas.

"É muito discutível dizer que houve quebra na safra, e de que proporção ela será. Ainda estamos na fase inicial da colheita, mas já é possível dizer que o calibre [tamanho] será menor", diz o produtor Pierre Nicolas Pérès, baseado no polo catarinense de Fraiburgo.

Leandro Bortoluz, produtor do polo gaúcho de Vacaria, diz que houve uma forte geada na região no dia 12 de setembro - em plena época de florada das macieiras. "Foi algo fora do esperado e queimou muita flor". Segundo os produtores, as chuvas ainda atrapalharam o trabalho das abelhas, os principais polinizadores da maçã, e elevaram em 30% as aplicações de fungicidas nesta safra devido ao aparecimento maior pragas.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) alerta para outro fator de preocupação: a possibilidade de ingresso da maçã chinesa no mercado brasileiro. De acordo com a entidade, trata-se de uma ameaça mercadológica e fitossanitária. "A China convive com pragas que já foram erradicadas no Brasil e pratica preços muito baixos porque mantém subsídios ao produtor - o que é condenado pela Organização Mundial do Comércio".

A colheita da maçã está apenas no início e será encerrada em meados de maio. No país, as variedades mais importantes são Fuji e Gala - esta última representa 70% das vendas. Os produtores afirmam sentir dificuldades em introduzir novas opções no mercado devido à resistência do varejo e do consumidor.

Ministra reforça continuidade das ações de convivência com o Semiárido. Site do MDS, 20/01/2016.

Tereza Campello destacou que cisternas garantiram água de qualidade para 4 milhões de pessoas

Brasília – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, celebrou, nesta quarta-feira (20), a melhoria de vida da população rural do Semiárido com as cisternas. “Estamos executando o maior programa de readaptação ao clima do mundo, seja do ponto de vista da população atingida ou do território. Conseguimos levar água para 4 milhões de pessoas no Semiárido, um território que equivale a quase duas Franças”.

Durante encontro com gestores e representantes dos governos estaduais, de consórcios e da sociedade civil, a ministra apresentou um balanço do Programa Cisternas. Em 2015, foram construídas 125,7 mil novas cisternas para o consumo humano, o que totaliza mais de 1,2 milhão de unidades desde 2003. Outras 158 mil tecnologias sociais de apoio à produção foram construídas entre 2011 e 2015. Além disso, 1,7 mil escolas rurais já estão utilizando cisternas de 52 mil litros para garantir a água para o consumo e para preparar a alimentação dos alunos.

“Depois de um período de estiagem de cinco anos, caiu uma chuva inesperada e conseguimos encher as nossas cisternas, garantindo que a população tenha água potável para beber e cozinhar pelos próximos oito meses”, afirmou.

A ministra ressaltou também que ainda há muito a fazer. “Precisamos continuar construindo cisternas de primeira água [para o consumo humano] para quem ainda não tem. Temos que avançar na construção da cisterna de segunda água [para produção] e em territórios fora do Semiárido”, disse. “A falta de água é a expressão mais dramática da pobreza”.

Ela explicou ainda como o acesso à água e as ações de convivência do sertanejo com o Semiárido contribuíram para a redução da pobreza extrema no país. “A meta de extrema pobreza das Nações Unidas para 2030 é de chegar a 3%. Nós já estamos abaixo disso graças a políticas como o Programa Água Para Todos, o Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], o PAA [Programa de Aquisição de

Alimentos], o Seguro Safra. Mas não podemos achar que chegamos a 2,5% e acabou o nosso trabalho", afirmou.

Amazônia – Tereza Campello também destacou o Projeto Sanear Amazônia, executado em parceria com o Memorial Chico Mendes, e que vai garantir água de qualidade para 2,8 mil famílias na região Amazônica. "Na região Norte, também estamos captando água da chuva e entregando uma estrutura básica de saneamento para garantir uma maior qualidade de vida para a população das reservas extrativistas", explicou. O Sanear Amazônia está construindo tecnologias sociais em oito reservas extrativistas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará.

Encontro estadual reúne mil trabalhadores sem terra no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 20/01/2016.

Evento tem como objetivo avaliar os últimos dois anos e planejar o próximo período.

Como símbolo de compromisso e gesto de unidade, a entrega de bonés do MST para cerca de mil assentados e acampados, que participam do 17º Encontro Estadual do MST do Rio Grande do Sul, marcou a abertura do evento na manhã desta terça-feira (19).

As atividades de confraternização, avaliação e planejamento acontecem até quinta-feira (21) no Assentamento Capela, em Nova Santa Rita, na região Metropolitana de Porto Alegre.

A mística que antecedeu o ato de abertura envolveu jovens, adultos e crianças, resgatou a história do MST e suas conquistas, bem como os desafios que o Movimento tem pela frente na construção da Reforma Agrária Popular, da soberania alimentar e de uma sociedade socialista.

De acordo o dirigente do MST, Emerson Giacomelli, o encontro estadual começou a ser organizado no segundo semestre de 2015, com reuniões entre setores e em assentamentos e acampamentos nas regiões do estado.

"É uma alegria muito grande receber nosso encontro estadual aqui em Capela, um assentamento que é fruto de muita luta e organização. É momento de confraternizar com os companheiros, planejar e fazer uma síntese do que foi o movimento nos últimos dois anos", apontou.

Giacomelli também afirmou que o último período foi marcado por "uma conjuntura política extremamente difícil", com poucas famílias assentadas no país, e definiu a construção da Frente Brasil Popular (FBP) um momento "histórico" para a unidade e os anseios da classe trabalhadora.

"A atual conjuntura nos impõe uma tarefa muito importante, a qual exige capacidade política de avaliação e planejamento. O MST possui peso e referência e temos que ajudar outras forças populares a se organizar para que a classe trabalhadora tenha força de mobilização e não seja derrotada politicamente", argumentou Giacomelli.

Representando a Via Campesina, Marcelo Leal, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), destacou a luta dos camponeses por direitos, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e de um projeto popular para o país. Segundo ele, "os camponeses sempre participaram das lutas sociais no campo e na cidade, mas sempre estiveram às margens do poder".

"Nós somos os mais fiéis aliados aos trabalhadores urbanos, e não a burguesia que sempre trai a luta", disse.

Leal explicou ainda que os grandes financiadores de campanhas eleitorais no Brasil estão vinculados ao agronegócio, o que desafia o MST e outros movimentos camponeses a efetivar a Reforma Agrária Popular no País por meio da organização e da luta, com redistribuição de terra e soberania alimentar com a agroecologia.

A prefeita de Nova Santa Rita, Margarete Ferretti (PT) declarou que o município se sente orgulhoso de ter em seu território quatro assentamentos do MST – Capela, Sinos, Santa Rita de Cássia II e Itapuí –, todos produzindo orgânicos para o auto sustento de mais de 330 famílias Sem Terra e comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e em feiras.

"Temos alegria de dizer que os nossos assentamentos produzem alimentos sem agrotóxicos, que os Sem Terra estão organizados, discutindo e planejando a sua produção, trabalhando dia e noite para dar uma vida mais digna a esta localidade", frisou Margarete.

Já a militante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) e representante da Frente Brasil Popular no encontro, Suelen Aires, falou sobre as últimas ações da Frente

que envolvem desde a defesa da democracia e dos direitos socais já conquistados pela classe trabalhadora até a soberania nacional.

“Entre os nossos objetivos para o próximo período está a busca de uma política econômica com desenvolvimento sustentável, porque não nos sentimos contemplados com aquela que nos foi apresentada. Também queremos ampliar os espaços democráticos, com debates sobre a alimentação saudável, a questão energética e o petróleo”, finalizou Suelen.

Conjuntura política e agrária

Durante a tarde, o ex-governador do RS, Olívio Dutra fez um relato de motivação à luta e apoio às bandeiras erguidas pelos trabalhadores sem terra. Os assentados e acampados também participaram de plenárias sobre a atual conjuntura política, com o coordenador nacional do MST, João Pedro Stedile; e o integrante da Frente Brasil Popular, Milton Viário, da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos (FTM) do RS.

Ainda ocorreram explanações sobre as consequências do uso de agrotóxicos, com o engenheiro agrônomo e presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Leonardo Melgarejo; e conjuntura agrária, com o dirigente nacional do MPA, Frei Sérgio.

Os sem terra também mostraram seu gingado com a Escola de Samba Unidos de Vila Isabel, do município de Viamão, que apresentou seu samba-enredo deste Carnaval, uma homenagem à agricultura familiar, a produção de alimentos saudáveis e Adão Pretto (in memoriam).

Chuvas prejudicam safra de soja em MS. Mariana Caetano – Valor Econômico. 20/01/2016.

Enquanto o impacto da seca sobre a produção de grãos preocupa nas regiões central e norte do país, mais ao sul é o excesso de chuvas que causa apreensão. No Paraná e Rio Grande do Sul, os produtores ainda avaliam a extensão dos danos, aparentemente pontuais. Já em Mato Grosso do Sul, a situação é um pouco mais grave e perdas de produtividade já são dadas como certas.

"Estimamos, de forma geral, uma perda de 5% a 10% da produção no sul do Estado pelo alagamento de áreas", diz Christiano Bortolotto, presidente da Aprosoja/MS,

associação que representa os produtores locais. Com essa contribuição negativa, a produção total da oleaginosa deve somar 7,26 milhões de toneladas, 2% aquém da perspectiva inicial de 7,4 milhões.

Mato Grosso do Sul é o quinto maior produtor de soja do Brasil, e deve ser responsável por 7,5% da oferta nacional da oleaginosa na atual safra 2015/16. Apesar dessa colaboração relativamente pequena, a combinação de possíveis quebras em outros Estados deixa o mercado em alerta.

Agricultores do norte de Mato Grosso do Sul enfrentaram problemas com o atraso de chuvas no plantio de 2015/16, a partir de meados de setembro, mas depois as precipitações se normalizaram. Já os do sul tiveram um início de safra mais tranquilo, mas nos últimos 100 dias as chuvas foram volumosas demais. A região está sob a influência do El Niño, fenômeno climático que leva mais umidade ao Sul do país.

"Tínhamos a expectativa de uma produtividade média de 51 sacas por hectare, mas já baixamos para 50, mesmo nível da safra passada", afirma o representante da Aprosoja/MS. A associação calcula que 1,37 milhão de hectares (cerca de 57% da área plantada com a commodity no Estado) tenham sido comprometidos. Desse total, em uma avaliação prévia, ao menos 130 mil hectares podem apresentar perda total, em um prejuízo estimado em 390 mil toneladas e quase R$ 470 milhões. Entretanto, como a previsão de rendimento no norte do Estado melhorou, houve uma certa compensação na estimativa para a safra total, que não recuou significativamente.

As cidades de Amambai, Aral Moreira, Ponta Porã e Laguna Carapã são as mais afetadas e também as que estão dando a partida na colheita em Mato Grosso do Sul. Há relatos de lavouras em ponto de colheita, mas onde os trabalhos não começaram por falta de infraestrutura de transporte da safra, principalmente devido ao atoleiro.

"Os próximos dias serão determinantes. Caso se confirme o sol previsto até sábado, muita estrada será recuperada e a colheita avançará. Cerca de 10% da área total do Estado deve ser colhida nos próximos cinco dias", diz Bortolotto.

No Paraná, segundo maior produtor de soja do país, atrás de Mato Grosso, a situação das estradas também preocupa. "O que a gente tem é falta de estradas, já que muitas pontes foram destruídas com a chuva forte", diz Narciso Pissinati, presidente do sindicato rural de Londrina, no norte paranaense.

Conforme Pissinati, 19 pontes que servem ao município sofreram danos, das quais seis "desapareceram debaixo d'água", e o governo municipal tem intensificado os trabalhos nos últimos dias para recuperar essas vias. Parte dos produtores pode até ter de percorrer um trajeto maior para entregar a produção, mas a expectativa é que as estradas estejam reparadas até o pico da colheita, em meados de fevereiro.

Em relatório divulgado ontem, o Departamento de Economia Rural do Paraná (Deral) informou que 1% da área plantada com soja está colhida, aquém dos 4% de um ano atrás. O clima colaborou para o plantio no fim de 2015, mas nas últimas duas semanas chuvas fortes atingiram as lavouras. "Mesmo assim, não acho que haverá um problema grande de produção. Se tiver alguma perda, será algo em torno de 5% ou 6%", diz Pissinati.

No Rio Grande do Sul, a colheita de soja ainda não começou e, por ora, não há relatos de perdas expressivas devido às chuvas, de acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Emater/RS). "Tem um ou outro produtor [com problemas], mas nada significativo. Semana passada não choveu e também não deve chover nesta", diz o agrônomo Alencar Rugeri.

Por outro lado, a elevada umidade fez explodir as notificações do fungo da ferrugem asiática no Rio Grande do Sul e no Paraná: 109 e 121 registros, respectivamente, conforme o Consórcio Antiferrugem, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os dois Estados representam em 2015/16 quase 80% dos casos da doença, que contribui para a queda de produtividade da soja.

Assistência técnica muda panorama e impulsiona produção. Site do MDA, 20/01/2016.

Da propriedade de Olivan Lima Peres, localizada em Planaltina (DF), todo mês, saem cerca de mil caixas de pimentão para abastecer escolas e hospitais do Distrito Federal. Por meio dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Alimentação Escolar (Pnae), o produtor, que é referência na região, comercializa 90% de sua produção. Mas nem sempre foi assim.

Segundo o produtor, o sucesso não seria tão grande sem o apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). “Costumo dizer que sem a assistência técnica, nossa produção

não funcionaria tão bem. Nós nos falamos todos os dias, para saber sobre a produtividade da terra, controle de praga e quais alimentos devo plantar para alternar a produção durante o ano. Ou eles vêm aqui ou eu vou lá", conta Olivan.

Há 20 anos em Planaltina (DF), Olivan começou a receber auxílio do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em 2015, quando tudo mudou. Além do rodízio de produção, foi por meio da Emater/DF que o agricultor familiar conheceu o Programa Mais Alimentos. A tecnologia impulsionou a produção de Olivan.

"Aumentamos a produtividade em 50%, bem como a qualidade do produto. E foi a Emater que me indicou o produto e até insistiu para eu acessar o crédito. Depois disso, as portas se abriram para mim", afirma o produtor, que pretende acessar novamente o programa para adquirir um trator de menor porte.

O extensionista que mais assiste Olivan é o agrônomo Revan Geraldo Soares. Ele passa todos os dias nas casas da região. Na propriedade de Olivan, o agente de Ater ajuda na alternância da produção. "Em época de chuva, a gente dá prioridade para pimentão. Já na época de seca, ele entra com outra cultura, que pode ser o milho e o repolho, que é pra fazer a rotação e não ter doenças da mesma família, que vão prejudicar não só a produção como também a terra", afirma.

Intercâmbio de experiências

Revan conta que não é só ele que ajuda o Olivan. O intercâmbio, a troca de experiências, é fundamental, segundo o agrônomo. "Como ele vai muito para feiras, faz muito cursos, ele me ensina muito, também. Mas tem produtor que você vai, oferece, mas eles não aceitam", salienta.

Olivan concorda e critica os produtores que não aceitam a assistência técnica. "Um dos maiores erros do produtor é não aprender todo dia. Toda vez que ele vem aqui, eu aprendo com ele e ele comigo. É uma troca de experiências que faz todo mundo crescer", observa ao realçar que o erro do produtor é achar que não precisa de auxílio técnico.

'Bombardeio' de nuvens no sul da Bahia. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 20/01/2016.

As chuvas que estavam previstas para a semana passada no sul da Bahia vieram em um volume abaixo do esperado pelo produtores de cacau, que estão investindo em um projeto para induzir artificialmente precipitações na região e reduzir os efeitos da estiagem sobre as lavouras.

Desde o início do mês até a tarde de ontem, a precipitação acumulada em Ilhéus, principal polo de cacau do país, foi de 63,4 milímetros, segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

As chuvas ganharam força nos últimos dias, mas o volume ainda é considerado "pouco" diante da estiagem que vem desde outubro, diz Pedro Spinola, um dos produtores envolvidos na iniciativa.

Algumas precipitações foram induzidas por uma empresa que realiza a nucleação de nuvens, técnica que consiste em bombardear água em nuvens já formadas para provocar chuvas que não ocorreriam naturalmente.

Desde quando o projeto começou, em 14 de dezembro, até o último dia 11, foram induzidas 11 precipitações em 20 nuvens. Por enquanto, Spinola afirma que o resultado foi "fraco", já que a nucleação depende da formação e do tipo dessas nuvens.

A Secretaria de Agricultura da Bahia prevê algumas chuvas em Ilhéus até o fim de semana e um aumento mais expressivo nos volumes a partir de segunda-feira.

Mesmo assim, os produtores estão negociando com a indústria uma renovação do contrato para o serviço de nucleação de nuvens. No primeiro contrato, o investimento foi um pouco acima de R$ 200 mil, dividido entre produtores e a Associação da Indústria Processadora de Cacau (AIPC).

Um retorno das precipitações pode promover o florescimento das árvores para a safra temporã, colhida a partir de maio, melhorando as perspectivas para a produção. Porém, como faltaram chuvas recentemente, a colheita deve atrasar, avalia Thomas Hartmann, analista da TH Consultoria.

Já a safra principal, que está sendo colhida, não deve se recuperar mesmo com a ocorrência de chuvas. Para Hartmann, a safra pode não alcançar 1 milhão de sacas. Na safra principal de 2014/15, a colheita foi de 1,092 milhão de sacas.

Trabalho infantil e exploração na República Democrática do Congo alimentam a produção mundial de baterias – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 21/01/2016

Grandes empresas mundiais de tecnologia como a Apple, a Samsung e a Sony não estão tomando as medidas mais básicas necessárias para garantir que o cobalto minerado na República Democrática do Congo, através de trabalho infantil e uma brutal exploração, não seja usado nos seus produtos, revela a Anistia Internacional e a Afrewatch em novo relatório.

"This is what we die for: Human rights abuses in the Democratic Republic of the Congo power the global trade in cobalt" (Morremos para isto: violações de direitos humanos na República Democrática do Congo alimentam o comércio mundial de cobalto) – publicado esta terça-feira, 19 de janeiro – mapeia o comércio global de cobalto, mineral usado nas baterias de lítio, desde a sua extração nas minas onde crianças, até com sete anos, e adultos trabalham em condições extremamente perigosas.

"As vitrines vistosas nas lojas e o marketing das tecnologias de ponta são um contraste bastante gritante às imagens de crianças carregando sacos de pedras e de mineiros, enfiadas em túneis apertados, permanentemente em risco de sofrerem danos nos pulmões",
Mark Dummett, perito da Anistia Internacional em empresas e direitos humanos

"Milhões de pessoas no mundo inteiro gozam dos benefícios das novas tecnologias mas raramente se questionam como é que são feitas. É mais do que chegado o momento das grandes marcas assumirem responsabilidades sobre a mineração das matérias-primas que fazem parte dos seus lucrativos produtos", prossegue.

Este novo relatório documenta a forma como os negociantes de minérios compram cobalto de áreas onde o trabalho infantil é frequente e o vendem à Congo Dongfang Mining (CDM), uma empresa congolesa subsidiária da gigante mineira chinesa Zhejiang Huayou Cobalt Ltd (Huayou Cobalt).

A investigação da Anistia Internacional contém documentos de pesquisadores no setor que demonstram como a Huayou Cobalt e a subsidiária CDM processam o cobalto antes de o venderem a três fabricantes de componentes de baterias na China e na Coreia do

Sul. E estes, por sua vez, fornecem fabricantes de baterias que dizem vender os seus produtos a grandes empresas de tecnologia e do setor automóvel como a Apple, a Microsoft, a Samsung, a Sony, a Daimler e a Volkswagen.

A organização de direitos humanos contatou 16 multinacionais listadas como clientes dos fabricantes de baterias que são fornecidos com o minério que é processado pela Huayou Cobalt. Uma das empresas admitiu esta ligação; quatro disseram não terem dados para atestar se estão comprando cobalto minado na República Democrática do Congo ou processado pela Huayou Cobalt; seis afirmaram estar investigando estas alegações. Cinco outras negaram trabalhar com cobalto fornecido pela Huayou Cobalt, apesar de serem identificadas como clientes nos documentos empresariais dos fabricantes de baterias incluídos nesta cadeia de produção. E duas das multinacionais visadas na investigação negaram mesmo comprarem seja o que for que contenha cobalto proveniente da República Democrática do Congo.

Nenhuma das empresas contatadas prestou detalhes suficientes para ser feita uma análise independente à proveniência do cobalto que é usado nos seus produtos.

“É um enorme paradoxo da era digital que algumas das mais ricas e mais inovadoras empresas do mundo possam comercializar aparelhos incrivelmente sofisticados sem lhes ser exigido que demonstrem de onde vêm as matérias-primas com que são fabricados os seus componentes”, nota o diretor-executivo da organização não-governamental AfreWatch-Africa Resources Watch, Emmanuel Umpula.

“Os abusos nas minas continuam sem que ninguém os veja e sem que ninguém pense neles, porque no atual mercado mundial os consumidores não fazem ideia nenhuma sobre as condições de trabalho nas minas, nas fábricas e nas linhas de montagem. A nossa investigação descobriu que os negociantes estão a comprar cobalto sem fazerem quaisquer perguntas sobre como e onde foi extraído”, prossegue.

Minas letais e trabalho infantil

A República Democrática do Congo produz pelo menos 50% do cobalto mundial. E um dos maiores processadores do minério no país é a CDM, subsidiária da gigante chinesa Huayou Cobalt, a qual obtém na República Democrática do Congo mais de 40% do cobalto que processa.

Os mineiros que trabalham nas regiões onde a CDM compra cobalto vivem com o risco de danos de saúde a longo prazo e um elevadíssimo risco de acidentes mortais. Pelo menos 80 mineiros morreram debaixo da terra no sul da República Democrática do Congo apenas entre setembro de 2014 e dezembro de 2015. E o número real de fatalidades é desconhecido uma vez que muitos acidentes não são sequer registados e os corpos ficam soterrados nos escombros das minas.

Os pesquisadores da Anistia Internacional descobriram também que a larga maioria dos mineiros trabalham muitas horas todos os dias na mineração ou lavagem de cobalto sem o mais básico equipamento de proteção, como luvas, roupas de trabalho ou máscaras que os salvaguardem de doenças dos pulmões ou da pele.

Várias crianças testemunharam à equipe da Anistia Internacional que chegam a trabalhar 12 horas seguidas nas minas, transportando cargas pesadas, para ganharem entre um e dois dólares por dia. De acordo com a Unicef, quase 40.000 crianças trabalhavam em 2014 nas minas no Sul da República Democrática do Congo, muitas delas na extração de cobalto.

Paul é um rapaz órfão de 14 anos que começou a trabalhar nas minas aos 12. Contou aos investigadores da organização de direitos humanos que o tempo prolongado passado debaixo de terra o deixa permanentemente doente. “Cheguei a passar 24 horas seguidas nos túneis. Entrava de manhã e só saía na manhã seguinte… Tinha de fazer as necessidades lá em baixo. A minha mãe adotiva queria mandar-me para a escola, mas o meu pai adotivo era contra; ele explorou-me obrigando-me a trabalhar na mina”.

O perito da Anistia Internacional em Empresas e Direitos Humanos Mark Dummett sublinha que “os perigos para a saúde e segurança fazem da mineração uma das piores formas de trabalho infantil”. “Empresas cujos lucros globais ascendem a 125 mil milhões de dólares não podem com credibilidade argumentar que não têm forma de confirmar de onde provêm os minerais que constituem partes essenciais dos seus produtos”, sustenta.

“A extração das matérias-primas que fazem trabalhar um carro elétrico ou um telemóvel deve constituir uma fonte de prosperidade para os mineiros da República Democrática do Congo. Mas a realidade é que é uma vida esgotante, com condições de miséria e em troca de quase dinheiro nenhum. As grandes marcas mundiais têm o poder de mudar isto”, exorta Mark Dummett.

No rasto da cadeia de fornecimentos: a vergonha das empresas

Os pesquisadores da Anistia Internacional e da Afrewatch entrevistaram 87 mineiros de cobalto no ativo e retirados, 17 dos quais crianças, de cinco explorações mineiras no Sul da República Democrática do Congo, em abril e maio de 2015. Foram igualmente entrevistados 18 negociantes de cobalto e monitorizadas as rotas de veículos das empresas mineiras e de negociantes conforme o minério é transportado desde as minas até aos mercados onde empresas maiores compram o cobalto. A maior de todas elas é a congolesa CDM, subsidiária da gigante chinesa Huayou Cobalt.

A Huayou Cobalt fornece cobalto a três fabricantes de componentes de baterias de lítio: as chinesas Ningbo Shanshan e Tianjin Bamo, e a L&F Materials da Coreia do Sul. Estes três fabricantes de componentes de baterias compraram cobalto no valor de mais de 90 milhões de dólares à Huayou Cobalt em 2013.

Nesta investigação foram contatadas 16 empresas multinacionais de produtos de consumo identificadas como clientes diretos ou indiretos daqueles três fabricantes de componentes de baterias. Nenhuma contatara por si mesma a Huayou Cobalt nem tentara rastrear a origem do cobalto usado nos seus produtos antes de a Anistia Internacional as abordar.

Este relatório mostra que as empresas ao longo da cadeia de fornecimento de cobalto não estão a avaliar adequadamente os riscos de direitos humanos que existem no sector.

Atualmente não há regulação do mercado global de cobalto. O minério não é referido na lista dos “minérios [de zonas] de conflito” que consta das regras do sector nos Estados Unidos, a qual menciona o ouro, tântalo, estanho e volfrâmio que são minerados na República Democrática do Congo.

“Muitas destas multinacionais sustentam ter uma política de tolerância zero ao trabalho infantil. Mas isto não vale sequer o papel em que está escrito quando na verdade as empresas não investigam os seus fornecedores. Aquilo que dizem não é credível”, critica Mark Dummett.

Este perito da Anistia Internacional lembra que “sem leis que exijam às empresas monitorizar e divulgar publicamente a informação sobre a origem das matérias-primas que usam, assim como da sua cadeia de fornecedores, é possível continuarem a lucrar

com abusos de direitos humanos". "Os governos têm de pôr fim a esta falta de transparência, que permite às empresas lucrarem com a miséria", insta.

A Anistia Internacional e a Afrewatch exortam as multinacionais que usam baterias de lítio nos seus produtos a tomarem as medidas adequadas em matéria de direitos humanos, a investigarem se o cobalto que utilizam é extraído em condições de perigo ou através de trabalho infantil, e a serem mais transparentes sobre os seus fornecedores.

Estas organizações chamam também a China às suas responsabilidades, no sentido de ser exigido às empresas chinesas de exploração mineira que operam em outros países que investiguem as suas cadeias de fornecedores e deem solução aos abusos de direitos humanos detectados nas suas operações.

A Anistia Internacional e a Afrewatch defendem, em particular, que a Huayou Cobalt deve tornar público quem está envolvido na mineração e no comércio do cobalto que compra e processa, assim como onde o minério é extraído, e assegurar que não está a adquirir cobalto extraído com trabalho infantil ou em condições de risco.

"As empresas não podem simplesmente pôr fim a uma relação de negócios com um fornecedor ou embargar o cobalto proveniente da República Democrática do Congo quando sejam detetados riscos de direitos humanos na cadeia de fornecimentos. O que têm de fazer é tomar medidas de resolução do mal sofrido pelas pessoas cujos direitos humanos foram violados", remata Mark Dummett.

Estudos ajudam no direcionamento de políticas. Tássia Navarro. Site do MDA, 22/01/2016.

Conhecer melhor o meio rural é fundamental para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e reforma agrária e, com isso, qualificar as ações de geração de renda, promover a qualidade de vida das pessoas do campo, assegurar a produção de alimentos saudáveis e garantir a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros.

Para estudar todos esses avanços existe o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para entender melhor o funcionamento do órgão, confira a entrevista com o diretor do Nead, Roberto Wagner.

O que é o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead)?

O Nead foi criado para produzir informação e conhecimento na área da agricultura familiar e da reforma agrária, principalmente em um arranjo em que as universidades são coparticipantes neste processo.

O tema da agricultura familiar é muito vasto, bem complexo. Existem várias subáreas das ciências agrárias e as políticas demandam muito desse conhecimento para serem bem estruturadas.

A ideia da produção de estudos e pesquisas é servir como insumo para desenho e construção de políticas públicas. Então, hoje, o Nead está dentro da Secretaria Executiva, como uma área de produção de conhecimento e gestão da informação para a agricultura familiar e reforma agrária. Esse é um papel muito importante, o papel de inteligência da informação e do conhecimento para qualificar políticas.

Promovemos muitos debates trazendo grandes pesquisadores do país. Nessas discussões, trazemos reflexões mais atualizadas para o próprio MDA, o que certamente influencia na maneira como se operam os programas do Ministério.

Por que o Nead é importante para a agricultura familiar e reforma agrária?

A dinâmica do mundo rural é muito influenciada pela conjuntura política, econômica e social. Ter informações a respeito de como essa dinâmica está acontecendo no campo é fundamental para redesenhar políticas públicas que atendam as mudanças que vêm ocorrendo. Existe uma relação muito importante entre o rural e o urbano.

O ministro Patrus Ananias tem falado muito que o que acontece no rural influencia muito no urbano e vice-versa. Hoje, dadas as mudanças das áreas urbanas e rurais, existem pessoas mudando para as áreas rurais, procurando um caminho reverso do que existia anos atrás, por causa da evolução dessas áreas. E os estudos produzidos pelo Nead nos dão uma luz de como devemos remodelar as políticas, isso é fundamental a essas dinâmicas.

Como o Nead atua?

Atuamos por meio de muitas parcerias com universidades e pesquisadores, com quem trabalha no campo. Incluímos muito o conhecimento dos movimentos sociais, para trazer a sabedoria do campo para dentro do Ministério. O Diálogos da Terra, por exemplo, é um fórum que o Nead organiza nesse sentido, de trazer o conhecimento do

campo para dentro do MDA. Não é só o conhecimento acadêmico que nos interessa. Queremos também saber da vivência das pessoas, que têm seus interlocutores que participam conosco.

Começamos uma nova fase do Nead este mês, com uma estrutura para avaliação e monitoramento das políticas públicas. Vamos, não só trazer o conhecimento, influenciar nos desenhos das políticas para melhorar seus resultados, como agora acompanhar isso. Também atuamos muito com publicações, que é uma das formas de disseminação do conhecimento, de reunir e transmitir o conhecimento. Temos várias publicações de movimentos sociais, experiências de líderes camponeses, histórias da luta camponesa. Ainda temos o Sentimentos da Terra, um caminhão que resgata a história da reforma agrária, das lutas camponesas. Ele percorre o país para levar essa história para as pessoas, divulgar e resgatar a história esquecida do campo, a trajetória de evolução do meio rural.

Como funciona a parceria com as universidades?

Ela se encaixa dentro da temática atual do Ministério. As universidades, em geral, têm muito trabalho, muita massa crítica nessa área da reforma agrária, agricultura familiar e de produção de alimentos. É interessante o diálogo dessa produção nas universidades com aquilo que trabalhamos no Ministério. As universidades também nos oferecem propostas. As pesquisas que elas desenvolvem e que estão dentro dos critérios de aderência às nossas políticas, divulgamos. Por isso, os estudos que temos em nossos livros têm a contribuição de vários pesquisadores. Para os temas que queremos desenvolver, nós solicitamos às universidades a produção de artigos sobre aquele assunto específico.

Quantas publicações o Nead tem?

O Nead tem mais de 130 publicações ao longo desses anos. São tantas publicações que algumas delas já estão esgotadas, não encontramos mais em formato impresso, mas estão disponíveis na Internet para *download* gratuito.

Hoje em dia, estamos priorizando a publicação em formato *e-book*, para ampliar o alcance, devido à modernização, ao uso dos *tablets*. Para os documentos que são muito importantes, produzimos poucas tiragens. Os livros são enviados a bibliotecas de centros de pesquisa, universidades e movimentos sociais.

Para onde vão as publicações do Nead?

As nossas publicações são muito procuradas e muito conhecidas pelo meio acadêmico das ciências sociais e agrárias. Enviamos também para centros de pesquisa, bibliotecas de órgãos governamentais, de universidades, dependendo do número de tiragens. Recebemos também pedidos de envio por e-mail. As pessoas procuram o Nead atrás de determinadas publicações para ajudar na elaboração de pesquisas, monografias e teses.

Incra/GO financiará implantação de panificadoras. Site do MDS, 25/01/2016.

A Superintendência Regional do Incra em Goiás (Incra/GO) finalizou licitação para a compra de equipamentos destinados à implantação de panificadoras em assentamentos da reforma agrária. Para receber os maquinários, as associações ou cooperativas de assentados devem protocolar as propostas, de acordo com oManual da Ação Terra Sol – anexos 2, 3 e 5, na Sala da Cidadania, em Goiânia. Os documentos devem ser remetidos ao superintendente regional da autarquia, Jorge Tadeu Jatobá Correia.

Pelo edital, o Incra/GO poderá selecionar até sete kits com 17 equipamentos para panificadoras cada um. Esses kits serão constituídos de balança para pesagem de produtos, mesas, estantes, batedeiras, fogões, fornos e freezeres (veja aqui a lista completa de equipamentos). Para aquisição dos ítens, o Incra/GO deverá investir cerca de R$ 250 mil na ação.

De acordo com o analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra/GO, Henrique Amorim, o objetivo desta ação é dinamizar a economia dentro dos assentamentos ao agregar valor à produção primária, observando a realidade existente. Ele informou que há estudos para realizar aquisições futuras de tanques de resfriamento para leite, equipamentos para processamento de vegetais e de mel, entre outros.

Em Goiás, há assentados produzindo panificados, geleias, doces e laticínios para entregar para programas do Governo Federal, como Pnae e PAA.

Quem pode participar

As entidades interessadas em implantar panificadoras precisam estar legalmente constituídas como associações ou cooperativas e a proposta deve ser elaborada por um responsável técnico, que pode ser prestador de serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) contratado pelo Incra/GO. Também é necessário ter estrutura predial

disponível para instalação da panificadora no núcleo coletivo (mesmo que seja necessária adequação, reforma ou ampliação); ter plano de atendimento às regras de vigilância sanitária, de instalação e de funcionamento vigentes; ter foco em comercialização para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras exigências.

Terra Sol

O Terra Sol é um programa do Incra que apoia a implantação e o desenvolvimento de agroindústrias em áreas da reforma agrária.

No Brasil, soja e café conilon estão entre os prejudicados. Mariana Caetano e Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 25/01/2016.

A ocorrência do El Niño alterou o regime de chuvas em importantes áreas agrícolas do Brasil nos últimos meses e provocou danos a diversas culturas. A soja, cuja colheita está em curso, é uma delas. Nas regiões central e Norte do Brasil, a falta de chuvas nos últimos meses atrasou o plantio e reduziu o potencial produtivo da soja em Mato Grosso e no "Matopiba" (confluência entre os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Os primeiros relatos de colheita são decepcionantes. Em algumas regiões de Mato Grosso, a produtividade da soja está até 70% abaixo da média esperada para o Estado. O Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) cortou em 1,25 milhão de toneladas sua previsão para a safra do grão, para 27,8 milhões de toneladas.

Mais ao sul, o problema é a umidade. O excesso de chuvas nos últimos meses alagou áreas de soja em Mato Grosso do Sul, onde se prevê uma perda de 5% a 10% da produção no sul do Estado. A Aprosoja/MS acredita que 130 mil hectares já podem estar perdidos, com um prejuízo estimado em 390 mil toneladas.

No Paraná, vice-líder na produção de soja no Brasil, não há relatos de danos significativos no rendimento das lavouras, mas teme-se que os atoleiros nas estradas dificultem o escoamento do grão.

O excesso de precipitações no Sul e no Sudeste também atrapalhou a colheita de cana-de-açúcar e prejudicou a concentração de açúcar na planta (ATR). Com isso, a produção de açúcar da safra 2015/16 desde o início da moagem até o fim de dezembro no Centro-

Sul está 4% menor do que na safra anterior, somando 30,5 milhões de toneladas, segundo a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

As chuvas em excesso nos Estados do Sul também contribuíram para reduzir a produção local de leite, observa Valter Galan, analista da MilkPoint.

No norte de Minas Gerais e no Espírito Santo, polo produtor de café conilon (robusta) do Brasil, o problema foi a seca. "Essa região costuma ter chuvas razoáveis entre outubro e janeiro, no ápice da importância do cuidado. Se as chuvas de verão não acontecem, os efeitos são negativos", disse Tiago Ferreira, analista de café da consultoria FCStone.

Conforme estudo da consultoria Pharos Risk Commodities Management, o mês mais chuvoso da safra de conilon foi dezembro, com menos de 20 milímetros no mês, enquanto a média em cinco anos para dezembro é de 40 milímetros de chuva.

Mas o El Niño não foi de todo negativo para a produção agrícola brasileira. As lavouras de café arábica foram favorecidas pelo clima no Sudeste, que teve chuvas com volume e intervalo adequados, segundo Ferreira, da FCStone. Esse ambiente beneficiou as floradas e o desenvolvimento e levou a Conab a estimar um aumento de até 24,4% na colheita de arábica na safra 2016/17, para 39,87 milhões de sacas. (Colaborou Alda do Amaral Rocha).

Arrendamentos de terminais portuários no Pará vão reverter quadro de estagnação da expansão portuária. CNA. 25/01/2016.

Brasília (25/01/2016) – Os leilões para arrendamento de terminais portuários no Pará, anunciados na sexta-feira (22/01) pelo ministro dos Portos, Helder Barbalho, podem representar um marco histórico para escoar a produção agropecuária pelo Norte do país e reverter o quadro de estagnação da expansão dos portos brasileiros.

Na avaliação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a medida vai ajudar a desafogar os portos do Sul e Sudeste e dará início ao processo de operacionalização do Terminal de Outeiro, no Porto de Belém, que tende a ser o maior para a exportação de grãos, podendo ultrapassar a movimentação de 15 milhões de toneladas de soja e milho nos próximos cinco anos.

O governo anunciou quatro leilões, no dia 31 de março, na sede da BM&Bovespa, em São Paulo. Além das áreas para o terminal de Outeiro, serão feitos dois leilões para terminais do Porto de Santarém e um para Vila do Conde, ambos no estado do Pará, com o objetivo de movimentar grãos e minério de ferro. “Foi um feito histórico para reverter o quadro de estagnação da expansão portuária no país”, disse o consultor de Logística e Infraestrutura da CNA, Luiz Antônio Fayet.

Para ele, essa iniciativa pode colocar o Sistema Portuário Belém/Guajará, onde ficam os terminais de Outeiro e Vila do Conde, entre os maiores entrepostos de exportação de soja e milho do mundo. “Com essa decisão, demos um passo importante para recuperar o tempo perdido. Podemos dizer que agora estamos dando início à reabertura dos portos brasileiros”, celebrou.

Segundo a CNA, um dos estados mais beneficiados será Mato Grosso, que terá redução de custos logísticos na ordem de US$ 40 a US$ 50 por tonelada no transporte da produção da porteira da fazenda até os portos de exportação. Essa redução nos custos do frete poderá dar um adicional de renda de 10% no caso da soja e de 20% para o milho.

A Confederação enfatiza, ainda, que a expansão dos portos do Pará, que compõem o corredor do Arco Norte, é uma demanda antiga do setor agropecuário, na qual a CNA, juntamente com os integrantes da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CTLOG/MAPA), vem trabalhando desde 2010.

Além da ampliação da capacidade operacional dos portos do Pará, a CNA defende, também, a conclusão de obras nos corredores de acesso envolvendo outros modais de transporte (rodovias, ferrovias e hidrovias) para facilitar o escoamento pelos terminais do Arco Norte. Este corredor, que engloba as regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste, responde por quase 60% da produção brasileira de soja e milho. Entretanto, apenas 15% deste total são exportados pelos portos dessas regiões, enquanto 85% desta safra seguem para os terminais do Sul e Sudeste, percorrendo distâncias de mais de dois mil quilômetros.

País deve ter escassez de arroz e feijão. Fabiana Batista – Valor Econômico. 25/01/2016.

O prato mais popular do brasileiro já está mais caro e a tendência é de que suba ainda mais. As chuvas acima da média na região Sul do país, maior produtora dos dois grãos, provocou uma forte quebra de ambas as culturas. No caso do arroz, o país precisará quase dobrar a importação este ano, num momento desfavorável do câmbio para esse tipo de operação. Mas a situação do feijão é mais crítica. Não há como importar o tipo carioca, mais consumido no país, pois sua produção é restrita no mundo ao Brasil. A previsão é que haja um "apagão" de feijão no país.

O Instituto Brasileiro do Feijão (Ibrafe), entidade que reúne a cadeia produtiva do grão, prevê que haverá escassez do produto no Brasil numa janela de dois meses, entre 20 de fevereiro e 20 abril. Só após esse período, começa a entrar a oferta da segunda safra. Assim, a expectativa, segundo o Ibrafe, é de preços recordes nesse intervalo.

Agora em janeiro, pico da colheita, em vez de cair, o preço da saca (60 quilos) do feijão no Paraná subiu 30% - do patamar de R$ 170 para R$ 220, conforme o Ibrafe. "Não dá para arriscar a que níveis as cotações vão chegar", afirmou o presidente do Ibrafe, Marcelo Eduardo Lüders.

Nos supermercados, o produto já subiu. O feijão carioca, mais consumido com 70% da preferência nacional, ficou em janeiro 20% mais caro nas gôndolas, segundo Rodrigo Gross, gerente geral da Josapar, uma das maiores beneficiadoras de alimentos do país, dona marca Tio João. Ele disse que, no caso do feijão preto, o repasse foi de 10%.

"A escassez será muito grande e, num momento como esse, a indústria é obrigada a repassar o aumento", afirmou Gross. Como não há de onde importar o feijão carioca, a tendência é que a oferta restrita deixe os preços muito elevados, abrindo espaço para outros tipos de feijão, segundo o executivo.

O problema é que choveu muito durante todo a safra do Paraná, o maior produtor nacional. Em vez de 326 mil toneladas, como previu a Conab no levantamento de janeiro, a colheita do feijão paranaense não deve passar de 285 mil toneladas, quebra de 13%, segundo o Ibrafe.

Ao menos 90% das áreas paranaenses de feijão já foram colhidas e o produto, comercializado. Em Minas Gerais e Goiás, respectivamente o segundo e terceiro maiores produtores nacionais de feijão, também deve haver perdas. A seca no início do ciclo e as chuvas agora na colheita estão reduzindo a produtividade. Há relatos até de abandono de área por alguns produtores em regiões do Triângulo Mineiro, conforme a Safras & Mercado.

No caso do arroz, os preços ao produtor já estão nos maiores patamares em 12 meses. As cotações estão se recuperando desde setembro, na esteira de uma maior valorização do dólar. O que acontece é que o arroz brasileiro tem um mercado externo consolidado e, quando o dólar sobe em relação ao real, o produto nacional fica mais competitivo na exportação, "enxugando" a oferta interna, disse o analista da Safras & Mercado, Élcio Bento.

O inesperado é que as chuvas reduziram a produtividade do arroz que será colhido agora a partir de fevereiro e, a previsão, é de que o abastecimento interno fique apertado. Com isso, nas projeções da Safras, o país terá de importar ao menos 1 milhão de toneladas de arroz para atender sua demanda, 82% mais que as 550 mil do ciclo 2015/16. " A tendência dos preços é altista. Na última semana, a exportação remunerou o equivalente a R$ 45 por saca. No mercado gaúcho, o produto foi negociado a R$ 42. Deve haver uma equiparação", acrescentou Bento.

Onze unidades tiveram falência decretada. Fabiana Batista – Valor Econômico. 26/01/2016.

Não há levantamentos oficiais, mas o mercado estima que, desde 2008, onze unidades em recuperação judicial tenham tido a falência decretada pela Justiça por não estarem conseguindo manter a operação e cumprir o plano de pagamento dos credores. São elas a Companhia Albertina, de São Paulo, as cinco usinas da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA), do grupo J. Pessoa e as cinco unidades do grupo alagoano João Lyra.

A usina Campestre, de Penápolis (SP), também saiu da recuperação judicial, mas seu destino foi diferente. Em 2013, a empresa foi vendida para pagar os credores, e seus ativos (indústria e contratos de cana) foram transferidos para o comprador, o grupo paulista Clealco.

Mas foi preciso afastar a gestão anterior, da família fundadora, para reestabelecer a credibilidade, lembra José Carlos Fernandes de Alcântara, à época nomeado gestor judicial da Campestre. "A situação era de caos absoluto. Não havia estoques, nem caixa. A usina estava desmontada, os empregados sem salários há seis meses e os fornecedores de cana em fuga", relembra Alcântara.

Ao fim de quatro safras, o plano de recuperação não foi todo cumprido, mas a operação da usina foi reestabelecida, os salários e o pagamento dos fornecedores de cana colocados em dia, recorda ele. "Isso permitiu manter o ativo interessante para comprador", afirma Alcântara.

A permanência da gestão antiga à frente das recuperandas é um dos pontos que contribuíram para o insucesso das recuperações judiciais no país, na visão do Pedro Mévio Coutinho, da PMC Administradores Judiciais. O afastamento é previsto em lei mas, na prática, é pouco usado por credores e administradores judiciais. "Como acreditar que a mesma gestão que, em muitos casos, levou a empresa à crise, terá a habilidade para retirá-la de uma situação ainda mais delicada, que é a recuperação?", questiona Coutinho.

Advogado de um terço das usinas em recuperação judicial no país, Joel Thomaz Bastos, do escritório Dias Carneiro Advogados, reconhece que a gestão de usinas virou algo muito mais sofisticado nos últimos anos e que há, sim, gestões desastrosas. Mas ele atribui a dificuldade desse setor às políticas de controle de preços dos combustíveis do país e às sucessivas quebras de safra causada por intempéries. "Quando uma usina pede recuperação, você pode afirmar que foi a gestão. Mas quando quase 80 recorrem a essa saída é porque o problema é setorial", avalia.

Criada por lei para durar dois anos, a recuperação judicial, no caso de usinas, vem se arrastando por anos. Embora a falência e a venda de ativos tenham sido a saída em alguns casos, na prática, a maior parte das empresas vem descumprindo o plano, sem ter falência decretada.

"Foi instituída uma 'terceira opção' que é fazer outras assembleias, para apresentar outros planos de pagamento. São saídas que o mercado tem encontrado. Algumas com justificativas, outras não", aponta Coutinho.

Aumento da produção e do consumo interno de frango são esperados em 2016. CNA. 26/01/2016.

Brasília (26/01/2016) – Apesar do momento favorável às exportações por conta da valorização do dólar, o setor avícola brasileiro tem boas perspectivas também para o mercado interno em 2016, com aumento da produção e do consumo. Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo de carne de frango deve passar de 9,34 milhões para 9,6 milhões de toneladas, enquanto a oferta do produto deve subir de 13 milhões para 13,5 milhões de toneladas.

A análise está no Boletim Ativos da Avicultura, elaborado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). "Além da possibilidade de preços ainda elevados da carne bovina, com as projeções de baixo crescimento da economia brasileira, o consumo de proteínas mais em conta, como o frango, tende a se sobressair", explica o levantamento.

O boletim alerta, no entanto, para o aumento dos custos de produção, que já ocorreu em 2015, que também será impactado pela questão cambial, embora a valorização dos preços da carne tenha compensado a elevação dos custos. Este será um dos desafios neste ano, especialmente na parte de nutrição animal, pois os preços do milho e do farelo de soja, principais componentes das rações, devem subir. A alta da moeda norte-americana também deve encarecer outros itens importados utilizados na produção. Devem pesar, ainda, nos custos de produção, a energia elétrica e a mão de obra.

O estudo constatou alta dos custos de produção da avicultura integrada em 2015, na qual produtor e indústria firmam parceria em contrato para criação de animais e fornecimento de matéria-prima para a indústria. Entre as regiões analisadas pelo levantamento feito pela CNA e Cepea, o Custo Operacional Efetivo (COE), que engloba as despesas no dia a dia da atividade, subiu até 11% de janeiro a novembro, como ocorreu em Mato Grosso.

Um dos itens que mais pesou foi a energia elétrica, que teve aumento de até 59% em São Paulo no mesmo período. O combustível também influenciou o aumento do COE, principalmente em território paulista, com elevação de 21,66%. Em Minas Gerais, os gastos com a aquisição de maravalha, insumo utilizado na cama de frango, suplemento

usado na alimentação animal, subiram mais de 20%. Em Mato Grosso, o uso do gás para aquecimento das aves nas granjas teve valorização de 31%.

Exportações - Os embarques de carne de frango para outros países, que atingiram recorde em 2015, devem continuar favorecidos pelo câmbio. Segundo o USDA, as exportações do Brasil devem crescer 3,7% neste ano na comparação com o ano passado, totalizando 3,88 milhões de toneladas. Segundo o estudo, as exportações de carne de frango no ano passado foram beneficiadas pelo câmbio e pelos casos de influenza aviaria nos Estados Unidos, principal concorrente do Brasil neste mercado.

O Brasil também pode enfrentar maior concorrência no mercado internacional. Os americanos, recuperados dos problemas com a influenza aviaria neste ano, devem aumentar sua oferta de carne de frango. “Além disso, é preciso ficar atento a novas configurações políticas entre as nações, como é o caso do Tratado Transpacífico, acordo comercial firmado em outubro entre o Japão, Estados Unidos e mais dez países, que deve facilitar as transações entre eles, inclusive de carnes”, afirma o boletim.

País tem 79 usinas em recuperação judicial. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 26/01/2016.

O setor de cana-de-açúcar, que desde 2008 enfrenta dificuldades financeiras, teve em 2015 o maior número de usinas (unidades de processamento) entrando em recuperação judicial em um único ano. Foram ao todo 13, ante uma média anual de 11 nos últimos seis anos. O que chama a atenção é o perfil das novas empresas nessa situação, a maioria de médio e grande portes. Além disso, pela primeira vez, passaram a integrar a lista duas multinacionais. O passivo delas também é significativo. Juntas, as 13 unidades têm dívidas bancárias perto de R$ 8 bilhões.

Com essa leva de usinas do ano passado, chegou a 79 o número de unidades que entraram em recuperação judicial no país desde 2008. A fatia representa perto de 23% do total de 350 unidades existentes no Brasil. O mercado, no entanto, não espera que mais usinas entrem para essa lista em 2016. A escalada dos preços do etanol e do açúcar no país, em curso desde setembro passado, deve ajudar o caixa das empresas ainda endividadas. "Além disso, o pior já passou. As que estavam em situação mais complicada já pediram proteção judicial. Agora, estamos vendo mais renegociações

extrajudiciais de usinas", avaliou o advogado Domício dos Santos Neto, do Santos Neto Advogados, escritório mais atuante na defesa de credores.

As que entraram em recuperação em 2015 têm um perfil diferente do visto até então. Pela primeira vez, duas multinacionais integram essa lista. São elas o Grupo Renuka, controlado pela indiana Shree Renuka Sugars e a Abengoa Bioenergia, da gigante espanhola Abengoa. Até então, eram empresas mais tradicionais do setor que vinham recorrendo à recuperação judicial, e que, em muitos casos, traziam percalços financeiros do passado, agravados com a crise financeira de 2008.

Os ativos sucroalcooleiros das duas multinacionais têm também uma envergadura de maior porte. O Grupo Renuka controla no Brasil quatro usinas, duas em São Paulo e duas no Paraná, que somam capacidade para moer 11 milhões de toneladas de cana por safra. A Abengoa Bioenergia tem duas unidades em São Paulo com condições de processar juntas 7 milhões de toneladas.

No grupo de 2015 também figura a Tonon Bioenergia, que tem no seu capital o fundo de private equity FIP Terra Viva, gerido pela DGF Investimentos. Somada, a capacidade das três usinas da Tonon é de 8 milhões de tonelada por safra. A extensão da crise do setor, que dura mais de cinco anos, surpreendeu a companhia, que vinha fazendo investimentos em ampliação e já detinha um elevado endividamento em dólar. Quando a moeda americana começou a subir de forma mais intensa em relação ao real - saindo do patamar de R$ 2,20, no início de 2015, para níveis acima de R$ 3,90, ao fim de 2015 - a empresa se viu incapaz de fazer frente aos compromissos com credores, a maior parte "bondholders" (detentores de bonds).

O câmbio também deteriorou a situação já complicada do Grupo Renuka, com endividamento de R$ 3,3 bilhões no Brasil. A companhia negociava o pagamento extra-judicialmente há mais de um ano. Mas a falta de um acordo no decorrer desse período levou os credores a desistirem da negociação e partir para execuções de garantias, pressionando a empresa a pedir recuperação.

A Abengoa enfrenta percalços desde que entrou no setor no Brasil. As duas usinas que comprou em 2007 foram objeto de arbitragem, agora em fase de validação pela Justiça brasileira, pois a espanhola alegou que o ativo tinha uma capacidade menor que a acertada em contrato. Desde que adquiriu as unidades até 2014, a empresa registrou um prejuízo acumulado superior a R$ 700 milhões com o negócio.

Mas a entrada em recuperação judicial da Abengoa Bioenergia veio na esteira do pedido feito pela matriz, na Espanha, em novembro do ano passado. A subsidiária já registrava antes disso, no entanto, atraso no pagamento de fornecedores que agora tentam arrestar bens da empresa para quitar dívidas. Os débitos bancários da Abengoa Bioenergia em dezembro de 2014, último balanço disponível, eram de R$ 900 milhões.

No ano passado, também entraram em recuperação judicial empresas com perfil mais tradicional, como o grupo Unialco, com duas usinas, uma em São Paulo e outra em Mato Grosso do Sul. Desse mesmo Estado, integra a lista a Energética Santa Helena. De Goiás, entrou em recuperação a usina Rio Verde.

Câmbio afeta receita líquida da divisão agrícola da DuPont. Valor Econômico. 26/01/2016.

SÃO PAULO - A divisão agrícola da DuPont divulgou nesta manhã receita líquida de US$ 1,55 bilhão no quatro trimestre de 2015, queda de 11% frente ao mesmo período de 2014, e de US$ 9,79 bilhões em todo o ano passado, também uma queda de 13% em relação a 2014. Segundo a companhia, o resultado pior foi altamente influenciado pelo impacto cambial negativo em alguns mercados.

De acordo com a companhia, que no ano passado anunciou a sua fusão com a Dow Chemical, as atuais condições difíceis da agricultura mundial deverão persistir em 2016, com a desaceleração de mercados emergentes, o que representará um desafio para as vendas neste ano.

Segundo Ed Breen, chairman e CEO da DuPont, o processo de fusão com a Dow está em processo e a companhia "está fazendo progressos em iniciativas-chave, como a melhor na estrutura de custos e reestruturação organizacional".

Condições climáticas influenciam alta nos preços das hortaliças no atacado. CONAB. 26/01/2016.

As fortes chuvas e as altas temperaturas registradas nos últimos meses foram fatores determinantes para queda de qualidade na oferta de hortaliças nas principais Centrais de Abastecimento (Ceasas) do país. Com isso, os preços comercializados estão pressionados, registrando aumento geral nas cotações dos produtos ofertados no final de

2015. O cenário tende a se manter durante o 1º trimestre deste ano, uma vez que há expectativa de maior frequência de chuvas para o período. É o que revela o 1º Boletim Prohort de Comercialização de Hortigranjeiros nas Ceasas em 2016, divulgado nesta terça-feira (26) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O estudo analisa os preços de comercialização no atacado em dezembro do ano passado.

A batata registrou altas em todos os mercados pesquisados, sendo mais expressivos no Rio de Janeiro e em Campinas. A elevação se deve, principalmente, à redução da oferta devido à saída da produção do entorno de Brasília e de São Paulo, aliada ao atraso da entrada da safra produzida no sul do país e em Minas Gerais, além dos custos com insumos e transporte, que são atrelados ao dólar.

O tomate também apresentou alta nos preços, influenciados pela moeda norte-americana e pela escolha dos produtores em plantar cebola no último ano, que apresentava-se mais vantajoso para o agricultor. O comportamento dos preços deverá ser mantido, como já pode ser verificado nos primeiros 15 dias deste ano no mercado atacadista em São Paulo.

As importações da cebola voltaram a crescer e ocuparam destaque na comercialização, levando ao aumento dos preços. Se comparado com 2014, houve um aumento de aproximadamente 80% da importação. Espera-se ainda uma quebra de cerca de 50% da safra caso se confirme a baixa produtividade na região sul, provocada pelo excesso de chuvas.

A cenoura e a alface seguiram o comportamento das demais hortaliças, registrando alta na maioria dos entrepostos. Para os próximos meses, a situação dos preços dependerá do nível de chuvas nas principais áreas de produção, que impacta na oferta e qualidade dos produtos.

Frutas – De maneira geral, as frutas continuam com alta nos preços nas centrais brasileiras devido à queda da oferta em vários entrepostos atacadistas, aliada com a alta demanda das frutas no final do ano. A alta do dólar também provoca pressão nos preços a partir dos custos de produção, ao mesmo tempo que impulsiona cada vez mais as exportações. Em alguns casos, as questões climáticas também influenciaram na redução da oferta do produto, como ocorreu com a banana e a maçã. O excesso de chuvas nas principais regiões produtoras prejudicou a produtividade e acarretou a diminuição da área cultivada das frutas.

A laranja até chegou a apresentar maior quantidade de oferta do produto. As constantes chuvas nos meses de agosto e setembro, beneficiaram os laranjais e aumentaram a produtividade, mas não acompanhou a elevação da demanda, impactando na subida dos preços. Já o mamão e a melancia apresentaram alta devido, principalmente, às questões relativas ao custo de produção e ao aumento nas exportações.

O levantamento é feito nos mercados atacadistas, por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), executado pela Conab, e considera a maioria dos entrepostos localizados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Goiás e no Ceará.

A concentração de renda é maior do que se imaginava. Marcos de Aguiar Villas-Bôas. Carta Capital, 26/01/2016.

Estudos supervisionados por Piketty, Saez e Medeiros colocam o Brasil no mapa da desigualdade

Desigualdade profunda: demolição da favela do Metrô-Mangueira, no Rio de Janeiro, em maio de 2015, para dar lugar a obras das Olimpíadas

O best-seller de Thomas Piketty, que ganhou enorme notoriedade em 2014, não pode incluir o Brasil nas suas análises, uma vez que os dados necessários não estavam disponíveis.

Isso veio mudando de lá para cá. A Receita Federal passou a divulgar mais dados sobre as declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), o que tem permitido a realização de trabalhos muito importantes para compreender a evolução histórica da desigualdade e as suas relações com as decisões do Estado, como aquelas sobre tributação.

Dois recentes trabalhos sobre desigualdade brasileira merecem divulgação. Um deles foi realizado por Marc Morgan Milá na Paris School of Economics, sob supervisão do próprio Piketty. O outro foi realizado por Pedro Souza, pesquisador do Ipea que estudou nos Estados Unidos com Emmanuel Saez, um dos principais parceiros de Piketty e um dos maiores especialistas do mundo em desigualdade e progressividade do imposto de renda. No Brasil, Pedro contou com a orientação de Marcelo Medeiros, provavelmente o maior expoente do País nessa área.

Ambos os trabalhos demonstram que a análise da desigualdade a partir de declarações tributárias leva à conclusão de uma concentração de renda muito maior do que nos estudos a partir de pesquisas domiciliares, como a Pnad.

Eles revelaram que o Brasil é, senão o mais, um dos países mais desiguais do mundo. A grande concentração de renda observada hoje foi mantida durante o último século, apesar de observarmos algumas variações associadas a decisões políticas e a acontecimentos históricos, assim como havia concluído Piketty em relação a outros países.

O trabalho de Milá em Paris analisou um período de 1933 a 2013 e concluiu que o 1% mais rico do país detém hoje 27% de toda a renda (em PDF), tendo havido uma concentração média de 25% da renda nas mãos desse 1% desde o meio da década de 70. Isso significa que, nos últimos 40 anos apenas 1/100 das pessoas dispõe de 1/4 de toda a renda.

Essa concentração de renda é associada diretamente à pouca tributação dos mais ricos, pois foram encontradas diferenças gritantes entre a concentração de rendas tributadas e a concentração de renda total, como já indicavam Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair.

Outra constatação da pesquisa de Milá foi de que há uma paradoxo no Brasil entre concentração de renda e investimentos. Durante o período pesquisado, quando havia maior concentração da renda no topo, observava-se uma queda dos investimentos, demonstrando que o aumento deles pode estar associado a uma melhor distribuição de renda, pois foi, inclusive, constatado que, em relação a outros países, os ricos brasileiros investem muito menos.

O trabalho de Pedro analisou um período de 1928 a 2012 e concluiu que a queda de desigualdade acontecida nos últimos anos no Brasil se deu apenas na base (em PDF), ou seja, houve uma positiva melhora da vida dos mais pobres, porém não se concretizou uma queda da desigualdade geral devido à contínua concentração da renda nas mãos dos mais ricos.

Uma justificativa para isso é que se buscou no Brasil uma maior distribuição de renda por meio dos gastos do Estado, mas o regressivo sistema tributário brasileiro não realizou o seu papel de desconcentrar a renda na parte de cima da pirâmide.

Pedro e Medeiros concluem que a concentração da renda tem muita influência na desigualdade quando ela é alta. Como, no Brasil, os 10% mais ricos concentram entre metade e 2/3 de toda a renda do país desde 1974, os outros 90% terminam tendo uma influência menor na movimentação da desigualdade.

Num momento como este em que o governo começa a se dar conta de que precisa realizar reformas estruturais e no qual as questões tributárias estão muito em voga, esses estudos surgem como importantíssimas fontes de informações para as tomadas de decisão a respeito da reestruturação de instituições e criação de políticas públicas.

Está cada vez mais claro que a tributação progressiva é capaz de desconcentrar a renda no topo e que, portanto, ela é o início do processo de redução da desigualdade, que se conclui num gasto estatal capaz de diluir na base a renda retirada no topo. Tributação e gastos são, portanto, fundamentais e complementares para uma economia mais dinâmica.

Quanto mais concentração de renda, mais fraca fica a economia, com menos investimentos e consumo, e mais fraca fica a democracia, com menos gente possuindo excessivo poder financeiro, o que possibilita uma maior interferência dessa pequena parcela da população nas decisões políticas do país.

Por conta disso, é natural que essa pequena parcela e aqueles que querem protegê-la por alguma razão esperneiem em decorrência de trabalhos como os aqui analisados e tentem lhes atribuir, inadequadamente, todo o tipo de falha, assim como aconteceu com o best-seller de Thomas Piketty.

Cabe ao Estado decidir que rumos quer escolher para o Brasil: o de continuar um país subdesenvolvido no qual poucos milhares controlam muitos milhões ou de se tornar um país com grandeza, desenvolvido, no qual os graus de desigualdade permitem o desenvolvimento de um maior número de pessoas, aliado a mais consumo e investimentos

---

Clima deverá ter impacto restrito sobre preço de soja. Mariana Caetano – Valor Econômico. 26/01/2016.

Os temores com os problemas climáticos que atingem importantes regiões produtoras de soja do Brasil não devem influenciar de maneira decisiva os preços da oleaginosa na

bolsa de Chicago, avaliam analistas. A percepção é que possíveis perdas de produtividade no país já estão relativamente precificadas, e que qualquer avanço das cotações será pequeno ou terá vida curta.

"Será preciso uma quebra bem mais forte do que se comenta para um 'rally' [escalada] de preços mais expressivo. Qualquer alta será como um voo de galinha", diz Stefan Tomkiw, analista do Société Générale, em Nova York.

Tomkiw lembra que o mercado continua a acreditar em uma safra de soja abundante no Brasil, mas os números já estão menos inflados. A maioria das projeções para a atual safra 2015/16 oscila entre 98 milhões e 100 milhões de toneladas - poucos meses atrás, havia apostas acima de 105 milhões de toneladas. De todo modo, ainda seria um novo recorde, acima das 96,2 milhões de toneladas colhidas na safra passada.

De acordo com Tomkiw, o mercado acredita que "será até saudável" se houver algum nível de perdas na produção brasileira, uma vez que a oferta mundial de soja está satisfatória e é preciso "enxugar o excesso". Para ele, um atraso na colheita do país preocupa mais que um recuo na produtividade, porque tende a mexer com o cronograma das tradings.

Maior produtor de soja do Brasil, Mato Grosso foi afetado pela seca desde setembro, que empurrou o plantio e, consequentemente, a colheita. Ocorre que nesta fase inicial de retirada da soja do campo, as chuvas voltaram e cresce o risco de que os trabalhos fiquem lentos.

Com relatos de produtividade até 70% abaixo da média esperada no Estado, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) já reduziu em 1,25 milhão de toneladas sua previsão para a atual safra de soja, em relação ao estimado inicialmente, para 27,8 milhões de toneladas. Mais ao sul do país, em Mato Grosso do Sul e no Paraná, o excesso de chuvas também aumentou o temor com o escoamento da safra e a qualidade do produto colhido.

Essas incertezas com o clima no Brasil e com o vigor da demanda chinesa deram suporte aos preços da soja nas últimas semanas. Desde meados de novembro, quando começaram a se acirrar as tensões com a seca em Mato Grosso, os contratos de segunda posição de entrega (normalmente os de maior liquidez) subiram 2,78% na bolsa de Chicago, conforme o Valor Data.

"Isso é atípico, uma reação totalmente fora do ciclo sazonal que normalmente observamos nesse período de safra", afirma Renato Rasmussen, analista do Rabobank. Segundo ele, o preço da soja está mais alto do que deveria, levando em conta os fundamentos: em US$ 8,80 por bushel, quando o "justo" seria algo entre US$ 8,60 e US$ 8,70.

No mercado brasileiro, as cotações continuam impulsionadas pelo câmbio. A saca de soja em Rondonópolis está em torno de R$ 70, alta de 35% sobre igual período de 2015. A alta do dólar também torna mais competitiva a compra do produto brasileiro, em detrimento do americano. "Em algumas regiões, a saca está até R$ 1 a R$ 2 mais cara que a paridade de exportação, um prêmio que indica a erosão dos estoques domésticos e a competição dos produtores de proteínas com a China", afirma.

Rasmussen ressalta que o consumo de farelo de soja na China segue elevado, o que sinaliza que a demanda por ração continua crescendo e embalando as importações da commodity. Neste mês, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) reforçou a previsão que os chineses importem 80,5 milhões de toneladas de soja em 2015/16, quase 3% acima das 78,3 milhões de 2014/15.

Ramussen prevê que a soja varie de US$ 8,80 a US$ 9,10 por bushel em Chicago neste trimestre. Mas se os efeitos do clima no Brasil forem amenos, há potencial de alguns descontos. "Mas não muito abaixo dos US$ 8,50 ou US$ 8,40 por bushel", avalia Tomkiw, do Société Générale.

Brasil doará mil toneladas de arroz para a Faixa de Gaza. CONAB. 27/01/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou, nesta quarta-feira (27) pela manhã, um novo leilão de troca de arroz para envio de mil toneladas do produto à Faixa de Gaza. Nesse tipo de operação, a Conab oferece uma quantidade maior de arroz in natura ao adquirente do leilão. Em contrapartida, este fornece o arroz beneficiado e ensacado e se compromete a colocá-lo no navio, localizado no Porto de Rio Grande (RS).

O adquirente também se responsabiliza pelas despesas com a mão de obra, taxas de alfândega, entre outras. Esta modalidade permite mais agilidade na operação, uma vez que o arroz destinado à ajuda humanitária já chega pronto para doação. O prazo para entrega do produto no porto de Rio Grande é até dia 15 de março.

A ação é coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o envio do arroz beneficiado para a Palestina será de responsabilidade do Programa Mundial de Alimentos (WFP/PMA). A realização da Conab é autorizada pela Lei 12.429, de 20 de agosto de 2011, a qual permite que o governo federal doe estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional, desde que o abastecimento interno não seja afetado.

Demanda por seguro rural deve cair, dizem produtores. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 27/01/2016.

Apesar de o governo ter conseguido ampliar para R$ 741 milhões o orçamento para o programa de subsídios ao seguro rural este ano, agricultores de todo país têm dúvidas se realmente haverá apetite para esses recursos depois que o Ministério da Agricultura decidiu que a partir de 2016 vai subvencionar uma fatia menor do prêmio ao seguro do que disponibilizava em anos anteriores. Essa regra mudou em novembro último, mas nenhuma apólice foi contratada ainda sob o novo modelo.

Se até agora a Agricultura custeava entre 40% e 70% do custo estimado das apólices contratadas, deste ano até 2018 esse percentual irá cair para 30% a 45%, dependendo da modalidade de produtos. A Aprosoja Brasil, entidade que representa sojicultores do país, diz que vários produtores não terão interesse em contratar com esses percentuais.

Em tese, a ministra da Agricultura Kátia Abreu entende que com percentuais menores de apoio governamental, mais produtores terão acesso a seguro de clima para proteger suas lavouras e esse benefício deixará de ser concentrado em poucos agricultores. Com isso, o risco é diluído e o preço do prêmio (custo) pode diminuir.

Para José Mário Schreiner, presidente da Comissão de Política Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), porém, o produtor ainda não tem garantia se haverá esse movimento no mercado de seguros no Brasil. "De forma geral, esses percentuais mais baixos não foram bem aceitos pelas federações de agricultura, porque na prática não existe certeza se o mercado de fato vai abaixar o prêmio", disse Schreiner ao Valor, lembrando que o ideal seria que o orçamento para subvenção ao seguro agrícola alcançasse R$ 1,1 bilhão.

De acordo com ele, o governo também precisa reavaliar o nível de cobertura mínimo que vai exigir nas operações de seguro. O ideal, afirma, é que seja estipulado um piso de 65% para a cobertura de seguro para a produtividade agrícola. Atualmente, é exigido um mínimo de 50%.

Já Pedro Loyola, economista da Federação de Agricultura e Pecuária do Paraná (Faep), calcula que apenas no caso do trigo, cultura que geralmente mais sofre com intempéries climáticas e portanto demanda mais proteção por seguro, o prêmio líquido (custo final) que o agricultor precisará pagar deve dobrar de 3,9% para 7,8%. Isso porque o percentual disponibilizado pelo governo para subvencionar o cereal caiu de 70% para 40%.

"No caso do prêmio médio de seguro para a soja, a 7,5%, com a nova subvenção de 40%, mesmo assim o produtor consegue facilmente pagar. Mas quando você vai para o milho safrinha, trigo e feijão, lavouras com risco climático maior, a subvenção teria que ser em torno de 70%, pela nossa análise técnica", acrescenta.

O grande problema apontado tanto pelas seguradoras quanto pelo setor do agronegócio é que mesmo num cenário de mais verbas governamentais para apoiar o seguro de safra, ainda permanece a apreensão com o dilema recente da falta de planejamento do governo na alocação de recursos para o seguro rural.

Em 2014 por exemplo, o governo não empenhou sequer R$ 300 milhões que havia prometido naquele ano. E no ano passado, quando o orçamento foi de R$ 668 milhões, a ministra optou por desfalcar esse montante em R$ 295 milhões justamente para pagar as dívidas relativas a 2014.

Em 2016 o horizonte parece mais promissor: o orçamento para o seguro foi ampliado no Congresso para R$ 741 milhões, e a ministra Kátia Abreu fala em chegar a um montante total de R$ 1 bilhão até o fim do ano. Para obter tal marca, Kátia conta com recursos que devem vir da venda de estoques de milho e café, já anunciada.

Apesar dos receios entre os produtores, o ministro interino da Agricultura, André Nassar, no entanto, estima que o contingente de apólices contratadas pode saltar de 120 mil para 200 mil neste ano. "No geral, não vamos ter problema de demanda. Pensamos nas novas regras olhando a capacidade de pagamento do produtor", disse Nassar.

Wady Cury, presidente da Comissão de Seguro Rural da Fenseg, entidade que representa as seguradoras no país, reconhece que em alguns casos a diminuição dos percentuais de subvenção vão onerar os produtores, principalmente os que plantam culturas de maior risco.

Mas Cury não acredita que a demanda irá arrefecer em 2016. "Acredito que essa nova regra não vai afetar a demanda global. O ministério optou por uma política tentando ampliar a base de segurados, e as seguradoras estão bem motivadas de que esse mercado cresça nos próximos anos."

Avançam vistorias em áreas atingidas por lama. Site do MDA, 28/01/2016.

Até o final de fevereiro, será conhecido todo o impacto que a chamada 'Tragédia de Mariana' causou nas áreas rurais, nas proximidades dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A tragédia, provocada pelo rompimento de barragem da mineradora Samarco, em 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana (MG), destruiu povoações e lavouras com os rejeitos resultantes da mineração despejados na calha de rios da região.

Uma força-tarefa, composta por servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Incra, está em campo vistoriando e mapeando o impacto que os rejeitos das barragens causaram para a população rural, principalmente assentados, agricultores familiares, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais. As ações começaram em dezembro de 2015 e, atualmente, cerca de 70% das áreas com possibilidade de terem sido atingidas já foram vistoriadas e mapeadas.

Acompanhamento

Nesta semana, houve, em Brasília (DF), uma reunião para discutir e organizar as ações do Ministério e do Instituto em Minas Gerais e Espírito Santo. Durante o encontro, que contou com a participação do ministro do MDA, Patrus Ananias; do chefe de Gabinete do MDA, Antônio Claret; dos assessores do MDA, Lucas Ramalho e Claudio di Pietra; da delegada do MDA/MG, Adriana Aranha; do delegado do MDA/ES, Josean de Castro; do superintendente do Incra/MG, Gilson de Souza; e do coordenador de Infraestrutura do Incra Sede, Douglas Souza, foram repassadas diversas informações sobre reuniões e atividades realizadas nas últimas semanas.

Entre as reuniões sobre o tema estão as ocorridas na Casa Civil da Presidência da República, onde estão sendo tratadas propostas para reduzir os danos ambientais, sociais e econômicos ao território e às pessoas envolvidas. Nessas discussões está sendo detalhado um acordo, entre os governos federal e estaduais envolvidos e a mineradora Samarco, capitaneado pela Advocacia Geral da União (AGU), no qual o MDA tem participação importante para assegurar o atendimento dos agricultores familiares.

As ações da força-tarefa nas vistorias e mapeamento do impacto dos rejeitos das barragens vão subsidiar o acordo entre o Poder Público e a mineradora, no que se refere ao ressarcimento dos prejuízos causados no meio rural da região atingida.

Minas Gerais

A superintendência regional do Incra em Minas Gerais informou à presidência do instituto e ao gabinete do MDA que, até agora, foram identificados quatro assentamentos atingidos pelos rejeitos, todos no município de Tumiritinga, onde ocorreram danos a pelo menos 174 famílias. Também estão sendo monitorados possíveis impactos em outros 18 assentamentos. Os trabalhos de campo no município ainda estão sendo feitos e as informações verificadas.

O Incra/MG informou que a mineradora está prestando atendimento a essas famílias, com o pagamento de um salário-mínimo e mais 20 % do salário por dependente, e repassando uma cesta básica no valor de R$ 338 por mês a cada uma das 174 famílias. Essa ajuda está acertada pelos próximos seis meses, pois até lá o acordo de indenização deverá ser fechado.

Técnicos da autarquia, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG) e prefeituras dos municípios atingidos estão avaliando os assentamentos impactados pela tragédia para definir medidas compensatórias. O Incra/MG participa também da mesa de diálogo e negociação permanente, que reúne representantes do poder público, sociedade civil e mineradora para discutir ações compensatórias.

Espírito Santo

No estado, a superintendência regional do Incra informou que uma equipe técnica composta por servidores das áreas de engenharia Agronômica e Florestal vistoriou e mapeou danos nos assentamentos Sezínio Fernandes de Jesus e Chapadão do Rio

Quartel, ambos localizados no município de Linhares, e que abrigam ao todo 115 famílias de agricultores familiares.

Nas vistorias, que ocorreram no período de 9 a 11 de dezembro de 2015, os técnicos priorizaram os pontos mais baixos do terreno e mais próximos da calha do Rio Doce para visitação. Estes pontos foram escolhidos a partir de imagens aéreas. Além das vistorias *in loco*, foram realizadas ainda entrevistas com famílias de ambos os assentamentos. A equipe concluiu que, até a data da vistoria, apenas uma família, assentada em Sezínio Fernandes de Jesus foi diretamente afetada pelos rejeitos de mineração lançados no Rio Doce, que preventivamente suspendeu a irrigação a um bananal.

Com apoio da prefeitura de Linhares, o Incra/ES está acompanhando o acesso à água das famílias no assentamento, que usam outras fontes hídricas não afetadas pelos resíduos para consumo e abastecimento.

Força-tarefa

Portaria conjunta assinada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e pela presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, determinou a criação de força-tarefa para identificar os agricultores familiares e outras populações rurais afetados pelo rompimento de barragens em Mariana. O documento foi publicado em 26 de novembro de 2015, no Diário Oficial da União.

A força-tarefa é formada por servidores do MDA e do Incra, que devem trabalhar de forma articulada com outros órgãos federais, estaduais, municipais e sociedade civil. A portaria prevê ações como a identificação de áreas para reassentamentos das famílias afetadas. Ainda de acordo com o documento, aqueles que comunicarem e tiverem comprovados os danos sofridos, poderão alongar as operações de crédito de custeio e investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agrícultura Familiar (Pronaf).

A portaria autorizou também o uso de máquinas e equipamentos doados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) por parte da Defesa Civil. Também serão realizados mutirões de documentação, por meio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR/MDA). A ideia é fornecer documentos para aqueles que não têm e ou que perderam tudo na tragédia.

Investigações fazem JBS perder R$ 25 bi em valor de mercado. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 28/01/2016.

A denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o empresário Joesley Batista, presidente do conselho de administração da JBS e da J&F Investimentos - holding que controla a JBS -, de crime contra o sistema financeiro aprofundou o movimento de queda das ações da empresa de carnes, que já perdeu R$ 25 bilhões em valor de mercado desde setembro de 2015.

O recuo das ações da JBS está relacionado, principalmente, a investigações que afetam direta ou indiretamente a companhia, de acordo com analistas. Em relatório no início de janeiro, o Citi aplicou um desconto de 15% sobre o "valuation" da JBS diante do riscos de investigação federal.

Antes dos impactos do anúncio da denúncia contra Joesley na terça-feira - as ações recuaram 20,9% nesta semana -, os papéis da JBS já vinham sendo afetados por outras três frentes: a CPI do BNDES, a investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os aportes feitos pelo banco estatal na empresa e citações sobre a J&F na Operação Lava-Jato.

O movimento dos investidores, mais receosos com as ações da JBS, contrasta com o céu de brigadeiro vivido pela companhia até o terceiro trimestre de 2015. Em 11 de setembro, os papéis da JBS atingiram a maior cotação da história na bolsa paulista, fechando a R$ 17,20.

À época, a companhia era uma 'ilha' em meio ao cenário adverso da economia brasileira, animando acionistas com o impacto favorável da alta do dólar sobre suas operações no exterior e com a maior participação da Seara no mercado de alimentos processados no Brasil. Nesse contexto e embalada por ganhos com hedge cambial, a JBS teve um lucro de R$ 3,441 bilhões no terceiro trimestre - desempenho recorde.

Mas, desde 11 de setembro, as ações da JBS vêm amargando quedas. Os papéis da empresa recuaram, desde então, 51,1%, encerrando o pregão de ontem a R$ 8,41. Nesse mesmo intervalo, o Ibovespa caiu 17,2%. Outras ações do setor de proteína animal também caíram no período, mas menos. A BRF recuou 32,7%, enquanto a Marfrig caiu

15,5%. A Petrobras, que já havia caído 33% em 2015 e agora vem sendo sofrendo com a retração dos preços do petróleo, teve queda de 40,3%.

"O mais relevante para essa queda foi a CPI do BNDES, e o divisor de águas para as ações é quando a CPI do BNDES acabar", afirmou um analista de um banco internacional. A investigação feita pelo TCU é encarada com naturalidade pelo analista. Segundo ele, o investigado no caso é o BNDES e, mesmo se a JBS recebesse uma multa do TCU, a companhia teria condições de pagar. Mas a denúncia contra Joesley gera uma crise de confiança. "Um fundo estrangeiro quer saber quem é o controlador, e o dono da JBS está sendo investigado", acrescentou.

Na avaliação de Klaus Spielkmanp, chefe de vendas de renda fixa da corretora Bulltick LLT, o medo dos investidores após a denúncia contra Joesley é justificável. "Vi um analista dizendo que é um empréstimo mal feito, mas pequeno. Realmente, não é nada. Mas pode ser um passaporte de entrada para desenvolver mais investigação", afirmou ele, citando o empréstimo triangular de R$ 80 milhões entre Banco Original e Banco Rural, pelo qual Joesley Batista foi acusado pelo MPF. O Original é controlado pela J&F Investimentos.

O diretor de relações com investidores da JBS, Jerry O'Callaghan, ponderou que o Brasil entrou em "rota negativa" a partir de setembro, mês em que a Standard & Poor's retirou o grau de investimento do país, e observou que ações de outras empresas do setor também tiveram quedas expressivas desde então. Ele disse esperar que eventuais denúncias sem fundamento sejam brevemente esclarecidas. "Não há nenhum conteúdo ou fato que aponte para algum tipo de falta de governança da JBS". Nesse cenário, porém, o investidor estrangeiro prefere se retrair, disse.

Satélites ajudam fazendeiros a monitorar rebanhos. Rachel Pannett – Valor Econômico. 28/01/2016.

The Wall Street Journal

Murray Grey tem um problema com os métodos tradicionais de criação de gado.

Todo ano, num calor intenso, Grey montava um cavalo para conduzir cerca de cinco mil cabeças de gado por uma faixa do deserto australiano quase do tamanho da cidade de Campinas. Acampar sob as estrelas seria romântico, não fosse o zumbido dos mosquitos

e a ameaça de répteis venenosos. O gado frequentemente perdia peso no percurso de volta para os pastos, o que reduzia os lucros de Grey em milhares de dólares.

Recentemente, o vaqueiro de 30 anos vem tentando algo diferente. Ele trocou a sela pelo sofá, e seu chicote por um telefone celular. "O tempo que leva para fazer qualquer coisa a cavalo é um luxo nos dias de hoje", diz Grey.

A imagem do vaqueiro de chicote na mão e mascando tabaco, que atores como o americano John Wayne tornaram famosa, está sob o ataque de um inimigo muito moderno: a tecnologia. Grey e outros criadores de gado no interior da Austrália, o chamado Outback, fazem parte de um experimento que usa dados coletados por satélites da Agência Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos Estados Unidos, a Nasa, para gerenciar os rebanhos.

As fazendas na Austrália são tão grandes e tão remotas que os fazendeiros raramente visitam as partes mais afastadas de suas propriedades. Eles veem apenas cerca de 2% de suas terras com frequência. O benefício de usar satélites e outros dados coletados remotamente é que os criadores podem monitorar o gado no pasto.

A Undoolya Station, a fazenda de gado mais antiga do Território do Norte, que, com seu rebanho de cinco mil cabeças, chegou a ter 20 empregados, hoje é tocada por apenas duas pessoas: Ben Hayes, de 43 anos, e a esposa dele, Nicole, de 42. Helicópteros há tempos já substituíram os cavalos na tarefa da arrebanhar o gado e, agora, até eles podem acabar sendo aposentados após uma experiência bem-sucedida com a mais recente tecnologia disponível para o setor de agronegócios.

O projeto no interior australiano é o primeiro do mundo a contar apenas com a tecnologia para monitorar gado de corte em áreas remotas, de acordo com uma agência do governo que está realizando a experiência em cinco fazendas. Os satélites coletam imagens diárias de cada área de 76 metros quadrados das fazendas. No solo, estações automáticas pesam os animais cada vez que eles vão ao bebedouro.

Os dados são analisados por um programa de computador e enviados para os fazendeiros. Eles podem, então, verificar se o pasto é nutritivo o suficiente ou quando, exatamente, cada animal atinge o peso ideal para o mercado.

Hayes não acha que os pioneiros que criaram o rancho estão se revirando em seus túmulos devido à mudança tecnológica. Segundo ele, em uma entrevista muitos anos

atrás, seu avô elogiou conveniências modernas como o ar condicionado, a eletricidade e a geladeira.

Mas nem todo mundo está satisfeito. Em férias recentes à Nova Zelândia, Grey checou seu gado usando o celular enquanto cuidava das crianças, o que levou sua esposa a reclamar: "Não dá para deixar o trabalho em casa?", disse ela. Grey, acanhadamente, também admite ter usado o laptop para saber como andava o rebanho durante sua lua-de-mel na Irlanda, em 2013.

O uso da tecnologia no deserto também tem seus problemas. As temperaturas de mais de 40 graus Celsius podem afetar os painéis solares que geram energia para as balanças de pesagem e também os sensores eletrônicos colocados nas orelhas dos animais.

Tempestades de areia também são frequentes na região. E bandos de cacatuas - um papagaio nativo - frequentemente mastigam os fios elétricos que conectam o equipamento.

Mas convencer muitos fazendeiros dos benefícios da tecnologia talvez seja o trabalho mais difícil, diz Sally Leigo, que lidera o time de pesquisadores da iniciativa do governo australiano para encorajar o uso de dados coletados remotamente.

No começo, alguns não acreditavam que o gado acostumado a ficar em grandes trechos de terra sem contato humano pudesse usar as balanças de pesagem, que requerem que os animais atravessem um portão estreito para acessar os bebedouros, diz ela.

Grey diz que há gente que "sequer vai tocar" na tecnologia. "Mas nós podemos avaliar como ela faz diferença, e ela está rendendo mais quilos de carne."

A Austrália só fica atrás do Brasil entre os maiores exportadores de carne bovina do mundo. Legisladores e fazendeiros acreditam que o país poderia se tornar um importante fornecedor para a Ásia, onde as pessoas estão cada vez mais acrescentando proteína às suas dietas.

Entretanto, o ambiente frágil do deserto australiano tem sido um obstáculo aos esforços para aumentar a produtividade dos rebanhos e das lavouras da região. Uma boa parte do norte da Austrália é vulnerável à falta de água. Uma seca que afetou a área entre 2001 e 2009 forçou muitos fazendeiros a abandonar suas terras para sempre e contribuiu para o aumento das dívidas agrárias. Especialistas dizem que a tecnologia pode ajudar a

conquistar o terreno estéril da região, que em algumas partes se parece mais com Marte do que com a Terra.

"Detestaria dizer que é o fim do estereótipo do tropeiro", diz Simon Talbot, presidente da Federação Nacional dos Fazendeiros da Austrália. "Mas, com certeza, as pessoas precisam ter uma nova mentalidade sobre como operar no vasto panorama australiano."

A fazenda de Grey, de cerca de 200 mil hectares, fica a duas horas e meia da cidade mais próxima, incluindo mais de 80 quilômetros de estrada de terra. Produtos frescos chegam uma vez por semana de caminhão.

Como vão ser os vaqueiros do futuro se as fazendas puderem ser administradas com o clique de um mouse?

Há tarefas que os computadores não podem fazer, disse Grey em uma manhã recente, ao sair para remover esterco de seus caminhões.

Insegurança Jurídica preocupa Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA. CNA. 28/01/2016.

Brasília (28/01/2016) – A constatação é da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que se reuniu nesta quarta-feira, (27/01), na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA), em Belém, para discutir o problema das invasões de terras que afetam as propriedades rurais brasileiras. Os integrantes da Comissão apresentaram um panorama atualizado sobre as disputas de terras e também falaram sobre a necessidade de cobrar segurança jurídica do Estado.

O presidente da FAEPA, Carlos Xavier, levou à Comissão suas principais reivindicações sobre os conflitos por posse de terra no Estado. De acordo com a Federação, o cenário atual necessita de atenção, pois mais de 600 ações possessórias tramitam nas varas agrárias do Estado do Pará, além do pedido de Intervenção Federal que está no Supremo Tribunal Federal. “Isso preocupa, porque essas reintegrações já deveriam ter acontecido. Nós conversamos com autoridades e constatamos que existem condições técnicas, mas falta vontade política de realizá-las”, revela o presidente.

Direito à propriedade - A relação com a sociedade e os desafios que o produtor rural enfrenta diariamente foram os pontos destacados pelo professor doutor em filosofia da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e consultor de análise política, Denis Rosenfield. Ele destacou a relação da agropecuária e o direito à propriedade. Além disso, falou sobre a importância da instituição da propriedade privada para a liberdade e para o desenvolvimento econômico do Brasil. “O direito à propriedade é central, não há uma sociedade que tenha abolido esse direito que tenha tido sucesso. Os que eliminaram só tiveram como resultado miséria e falência”, disse.

Rosenfield chamou atenção para o protagonismo das entidades empresariais que souberam apostar no seu potencial administrativo público. Segundo o palestrante, é preciso haver um protagonismo público bem definido para alimentar a sociedade. Ele criticou o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) que são financiadas por empresas privadas e entidades ligadas à União Europeia e que defendem interesses setoriais de outros países aqui no Brasil.

Já o presidente da Comissão, Paulo Ricardo de Souza Dias, afirmou que a reunião foi muito produtiva ao tratar de temas que afetam diretamente os produtores rurais brasileiros, principalmente no que diz respeito ao direito de propriedade. “A CNA, junto com as Federações Estaduais, está em constante alerta na preservação dos direitos de propriedade e da segurança jurídica no campo”, disse.

Ainda no evento, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), Rui Prado, falou sobre a importância da reunião para esclarecer sobre os assuntos relacionados à questão fundiária. Rui detalhou também as ações das associações de Mato Grosso, como a Aprosoja, Acrimat e Ampa. “A FAMATO defende o direito à propriedade privada e às garantias dadas por lei aos proprietários rurais. É importante discutirmos os caminhos que devemos tomar para garantir a segurança jurídica no campo”, explicou.

Terminais portuários - Além de tratar dos assuntos fundiários, a reunião abordou ainda temas ligados aos terminais portuários. Segundo Luiz Antonio Fayet, consultor de infraestrutura e logística da CNA, a agropecuária no Brasil é o único segmento da economia gerador de riquezas para o país e competitivo em termos internacionais. “O setor somente não traz mais benefícios para a nossa sociedade, em razão das deficiências logísticas e de infraestrutura,” disse.

Na oportunidade, Edeon Vaz Ferreira, diretor executivo do Movimento Pró Logística de Mato Grosso, falou sobre mercados no mundo e a evolução do Brasil de forma

competitiva e o escoamento da produção industrial e do agropecuária brasileira. Em sua exposição, Edeon destacou a importância da aliança entre Pará e Mato Grosso. “A alternativa de escoamento pelo Arco Norte tem se mostrado uma interessante saída, daí a necessidade de um esforço conjugado para o desenvolvimento econômico e social das regiões”.

Participaram do encontro técnicos da CNA, o presidente da Comissão, Paulo Ricardo de Souza Dias, que coordenou a reunião, acompanhado da assessora jurídica, Alda Carvalho, bem como os Presidentes das Federações dos Estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Sul e Mato Grosso que apresentaram levantamentos das situações de conflitos em seus estados. Também estiveram presentes, os diretores do Sistema FAEPA, o superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/Pará), Walter Cardoso, o presidente da Academia Paraense de Jornalismo, Walbert Monteiro, o superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Josenir Nascimento, o representante da Secretaria de Portos da Presidência da República, Jorge Ruiz e o deputado federal Éder Mauro, além de outros convidados.

Leilão de venda de feijão comercializa 807 toneladas do produto. CONAB. 28/01/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou, nesta quinta-feira (28), o primeiro leilão de venda de feijão deste ano. Foram comercializadas 807 toneladas do produto em cores e ensacado. O valor total da operação foi de aproximadamente R$ 1 milhão e dá continuidade à gestão dos estoques públicos do produto, realizada pela Companhia. Em 2015, os leilões da leguminosa ocorreram entre os meses de março e novembro. Foram ofertadas mais de 54,1 mil toneladas e negociadas 39,3 mil t. Juntos, estes leilões somaram R$ 20,77 milhões.

Doação – Parte deste feijão armazenado e não comercializado nos leilões vem sendo doada pelo governo federal às prefeituras, para atender comunidades carentes. A medida é prevista pelo Decreto nº 8.481, publicado em 8 de julho de 2015. Até o início de 2016 já foram doadas 9,41 mil t do produto a 947 prefeituras. Esta doação beneficiou, até o momento, cerca de 5,5 milhões de pessoas assistidas pelas instituições indicadas pelas prefeituras, entre asilos, albergues, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco

de alimentos e unidades hospitalares. A retirada e o transporte do produto das unidades armazenadoras da Conab são de responsabilidade dos municípios, que podem fazer isso diretamente ou por meio de terceiros autorizados.

Os municípios que quiserem receber feijão dos estoques do governo federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em benefício de comunidades carentes, devem preencher o Pedido de Doação de Alimentos (PDA) que está na página eletrônica da Conab (www.conab.gov.br) e entregar o documento na superintendência regional do estado correspondente.

Safra – De acordo com a Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras da Conab (Geasa), houve um aumento de produtividade para o feijão 1ª safra, em relação à safra passada. Na safra 14/15, este índice ficou em 1.074 kg/ha, passando para 1.132 kg/ha na safra 15/16 (dez). Já o levantamento mais recente, ocorrido em janeiro de 2016, indicou 1.157 kg/ha de produtividade. Enquanto a produção total em 2015 alcançou 3,11 milhões de toneladas, sua previsão para este ano é de 3,33 milhões de t.

Aumenta número de casos de trabalho escravo na Bahia. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 28/01/2016

Hoje, 28 de janeiro, é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Em todo o País foram aproximadamente 1000 trabalhadores resgatados da escravidão contemporânea, em 2015, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que realiza em âmbito nacional a Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo "De olho aberto para não virar escravo".
Os estados que lideraram o ranking dos 106 casos de trabalho escravo identificados em 2015 pela CPT foram: Minas Gerais (17), Maranhão (10), Rio de Janeiro (10), Tocantins (10) e Pará (9). A Bahia ocupa a sétima posição, junto com Ceará, Amazonas e Roraima, cada um com quatro casos.

Apesar dos poucos casos identificados no Estado, a Bahia está na contramão dos dados nacionais que sofreram uma redução em quase todos os itens analisados na pesquisa realizada pela CPT (Casos identificados, Pessoas envolvidas, Casos Fiscalizados, Pessoas resgatadas). Na Bahia, de um único caso identificado em 2014 os números saltaram para 4 casos em 2015, um aumento de 300%. O número de pessoas envolvidas

foi de 11 para 372, um aumento de 3281%. Aumentou também o número de pessoas resgatadas, de 11 em 2014 para 12 em 2015.

As principais atividades que se beneficiaram da prática do trabalho escravo nacionalmente, em 2015, foram: a construção civil (243 resgatados), a pecuária (133) e o extrativismo vegetal (114, sendo 52 no PI e 37 no CE). Na prática do trabalho escravo em geral, as atividades econômicas ligadas ao campo predominaram sobre as atividades urbanas, por pouco. O peso importante da escravidão em atividades não rurais se verifica na participação elevada da grande região Sudeste no total dos resgates: 39%.

SAIBA MAIS: Trabalho Escravo, 2015: Recuo dos números, crescimento das ameaças

A DETRAE (Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo), do Ministério do Trabalho, traçou o perfil atual das vítimas. São jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade, e que tenham migrado internamente no Brasil. 621 são homens. A maioria entre 15 e 39 anos (489), com ganho de até 1,5 salário mínimo (304); 376 deles são analfabetos ou com até o 5º ano do Ensino Fundamental; 58 são estrangeiros. Doze trabalhadores encontrados tinham idade inferior a 16 anos. 24 tinham entre 16 e 18 anos.

Foram 6826 trabalhadores alcançados em 2015 pelas 125 operações executadas pelo Grupo Móvel nacional e pelos auditores especializados das Superintendências regionais, em 229 estabelecimentos fiscalizados. Contudo, apenas 1 em cada 7 foi considerado em condições análogas às de escravo. Os fiscais justificam que trabalho escravo é muito mais que determinada infração isolada: é a soma de tamanhas violações à dignidade ou à liberdade da pessoa, literalmente reduzida a mero objeto, que elas acabam colocando em grave risco sua integridade ou mesmo sua vida.

Entre os anos de 2014 e 2011, a média nacional de resgates de trabalhadores/as de situação análoga a escravidão foi de 2260. Só em 2014, foram 1555. A queda deste número em 2015 (1000) é paradoxal. Ela ocorre no momento em que parte dos congressistas estão querendo aprovar a revisão para baixo da definição legal do trabalho escravo. Os interessados nesta revisão alegam que o conceito atual enunciado no artigo 149 do Código Penal abre a porta a exageros, arbitrariedade e insegurança jurídica. A intenção destes parlamentares é a evidente redução de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Em vigor desde 2003, o conceito jurídico brasileiro de trabalho escravo contemporâneo é elogiado internacionalmente.

Atuação da CPT

A Comissão Pastoral da Terra se preocupa há anos com a permanência do trabalho escravo no Brasil. A primeira denúncia conhecida sobre conceito moderno de trabalho escravo é de 1972, realizada por Dom Pedro Casaldaliga, de acordo com o critério divida impagável.

Desde 1997 a CPT realiza a campanha "De olho aberto para não virar escravo". A atuação da CPT se dá, principalmente, na prevenção, dando informações às populações em situação de risco. Apoiada em material didático especialmente realizado (material de sensibilização voltado para os trabalhadores sujeitos a contratação; material de orientação para monitores da Campanha, material de divulgação para opinião pública), a Campanha tem desdobramentos diferenciados conforme a região envolvida. Desde encontros de sensibilização e primeiras orientações, encontros de capacitação nas regiões de incidência de trabalho escravo até acompanhamento de operações de resgate e das pendências que delas decorrem (ações criminais e trabalhistas, orientação às vítimas, proteção a testemunhas e/ou vítimas).

Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo

Além de levar informações e de denunciar casos de trabalho escravo, outra ação realizada é a construção, em conjunto com as comunidades, de possíveis alternativas para que sejam evitadas situações que coloquem os camponeses em situação de trabalho escravo.

Alckmin: é dever da União fiscalizar cooperativa suspeita de fraude. Fernando Taquari Valor Econômico. 28/01/2016.

SÃO PAULO - O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), atribuiu nesta quinta-feira ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a tarefa de fiscalizar cooperativas de agricultura familiar envolvidas em denúncias de fraude no fornecimento de merenda escolar na rede estadual de ensino.

Segundo o tucano, a Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf), citada no suposto esquema de corrupção e que participou de licitação pelo governo estadual, foi aprovada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

“Foi estabelecida uma legislação federal. Quem diz se pode ou não pode, se a cooperativa está habilitada ou não, se é agricultura familiar, quem tem a tarefa de certificar e fiscalizar é o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cabe (ao ministério) verificar a procedência e se é uma cooperativa ou não”, afirmou Alckmin, em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes.

A denúncia veio à tona com a Operação Alba Branca, da Polícia Civil e do Ministério Público de São Paulo, que apura um esquema de fraude no fornecimento da merenda escolar em troca de propina a políticos do PSDB no interior do Estado. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Fernando Capez, é um dos nomes acusados de envolvimento com o esquema. O parlamentar nega.

Nesta quinta-feira, reportagem do jornal “Folha de S.Paulo” revelou que um investigado no esquema disse que a Secretaria da Educação cancelou contrato com a Coaf para supostamente pressioná-la a pagar propina.

“A polícia já está investigando para condenar os culpados, sejam eles quem for e inocentar pessoas honradas independente do partido político", disse o governador, que ainda defendeu a investigação do caso iniciada pelo governo federal.

“O que nós observamos é uma quadrilha que começou atuando em outros estados e chegou em São Paulo. E nós apoiamos a investigação que é feita pelo governo federal, achei uma decisão acertada. Porque a legislação que determinou a compra é federal e há suspeitas de envolvimento de servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário”, disse.

I Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos será em maio. Site do MDS, 29/01/2016.

Representantes de instituições privadas e públicas que atuam contra o desperdício de alimentos, e reforçam o ciclo local de produção e consumo, participaram de reunião de organização do evento

Brasília – Implantados no Brasil há pouco mais de uma década, os Bancos de Alimentos são importantes estruturas de combate ao desperdício de alimentos. “Os bancos são locais, regionais, e muitas vezes têm dificuldades comuns. A criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos vai permitir a melhora na gestão e reforçar a redução na perda de alimentos”, afirma o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Arnoldo de Campos.

A representante da ONG Bancos de Alimentos de São Paulo, Camila Kneip, conta como funciona o trabalho da instituição. “Nós arrecadamos, de segunda a sábado, alimentos aptos para consumo, que seriam jogados fora. E os distribuímos para instituições que atendem pessoas em risco social e alimentar. Dessa forma, diminuímos o desperdício, ajudamos o meio ambiente e também garantimos a segurança alimentar e nutricional das pessoas.”

Entre os desafios existentes hoje para os Bancos de Alimentos está a dificuldade em garantir uma logística eficaz para garantir a coleta dos alimentos e sua redistribuição, de forma a eliminar perdas e desperdícios de alimentos neste processo. Também buscam estabelecimento de parcerias e mapeamento para integrar as instituições que realizam esse tipo de atividade.

O secretário nacional do MDS destacou a importância das unidades para fortalecer o ciclo local de produção e consumo de alimentos. “Os Bancos são, em sua maioria, parceiros estratégicos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estamos investindo e apoiando uma política pública com o objetivo de promover a cooperação e colaboração, unindo esforços”, explica. “Eles têm um papel muito importante na distribuição dos alimentos. São milhares de instituições socioassistenciais que trabalham com a população mais vulnerável, que está conectada a essa rede.”

Campos, representantes de organizações que atuam como Bancos de Alimentos e representantes da Embrapa, da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) estiveram reunidos na quinta-feira (28) para debater o planejamento do I Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, que será realizado em maio. O evento tem como objetivo promover o intercâmbio de informações e ampliar o debate sobre os trabalhos desenvolvidos por cada instituição.

Alckmin isenta gestão de fraude na merenda escolar. Fernando Taquari – Valor Econômico. 29/01/2016.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), isentou ontem sua gestão de responsabilidade pela fraude no fornecimento da merenda escolar na rede estadual de ensino e atribuiu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a tarefa de fiscalizar cooperativas de agricultura familiar.

O esquema de corrupção envolvia o pagamento de propina a servidores públicos, deputados e intermediários para que licitações destinadas à compra de merendas fossem fraudadas em benefício da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf), que segundo Alckmin, teve sua atuação aprovada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

"Foi estabelecida uma legislação federal. Quem diz se pode ou não pode, se a cooperativa está habilitada ou não, se é agricultura familiar, quem tem a tarefa de certificar e fiscalizar é o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cabe [ao ministério] verificar a procedência e se é uma cooperativa ou não", afirmou Alckmin, na cerimônia de posse do desembargador José Renato Nalini na Secretaria Estadual de Educação.

A denúncia de fraude veio à tona com a Operação Alba Branca, da Polícia Civil e do Ministério Público de São Paulo. Em delação premiada, Cássio Chebabi, ex-presidente da Coaf, revelou ontem que a Secretaria de Educação cancelou um contrato com a entidade para pressioná-la a pagar propina. O caso teria ocorrido em 2013, depois que a Coaf venceu uma chamada pública para fornecer suco de laranja.

Pouco tempo após o início da operação, o governo decidiu suspender o contrato. Nesse momento Marcel Ferreira, apontado pela força-tarefa como um dos operadores do esquema, disse a Chebabi que poderia destravar o contrato. Para isso cobrou um percentual a fim de fechar o acordo. Segundo o ex-presidente da Coaf, Ferreira se apresentava como um homem ligado ao presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Fernando Capez (PSDB). O deputado tucano, porém, nega qualquer relação com a denúncia.

"A polícia já está investigando para condenar os culpados, sejam eles quem for e inocentar pessoas honradas, independentemente do partido político", disse o governador, que ainda defendeu a investigação do caso iniciada pelo governo federal.

"O que nós observamos é uma quadrilha que começou atuando em outros estados e chegou em São Paulo. E nós apoiamos a investigação que é feita pelo governo federal. Achei uma decisão acertada. Porque a legislação que determinou a compra é federal e há suspeitas de envolvimento de servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário", disse.

Já Nalini afirmou que ainda não está a par do caso e que sabe apenas o que foi divulgado pela imprensa. Mesmo assim, fez questão de defender as investigações.

Com tendência de alta, etanol deverá perder mais mercado para a gasolina. Fabiana Batista – Valor Econômico. 29/01/2016.

Os consumidores que abastecem com etanol por razões econômicas e ainda resistem a migrar para a gasolina, podem, em breve, mudar de ideia. Há alguns meses menos competitivo que a gasolina em São Paulo, maior centro consumidor de combustíveis do país, o etanol hidratado, que é usado diretamente no tanque dos veículos, deve ficar ainda mais caro nas próximas semanas.

As cotações na indústria ainda não foram, em sua totalidade, repassadas ao consumidor final, explica o diretor da trading Bioagência, Tarcilo Rodrigues. Historicamente, diz ele, a margem entre o preço de venda da usina e o de venda ao consumidor é de 31%. Mas, atualmente, esse percentual está na casa dos 25%.

Em números absolutos, significa que o preço médio de venda do etanol hidratado nos postos de São Paulo já deveriam estar, considerando essa margem de 31%, em R$ 2,75 por litro, uma vez que o preço na usina está R$ 2,10. Mas na semana entre 17 e 23 de janeiro, o preço médio no Estado foi de R$ 2,62 por litro nos postos, conforme a Agência Nacional de Petróleo (ANP). "O que pode estar acontecendo é que os postos de combustíveis de São Paulo estão evitando repassar o aumento do etanol em sua totalidade para não perderem mercado", avalia Rodrigues.

Os atuais preços médios do hidratado (R$ 2,62/litro) ao consumidor paulista equivalem a 74% do preço da gasolina, segundo dados da ANP. Conforme parâmetro mais aceito pelo mercado, o etanol perde competitividade para o concorrente fóssil quando essa relação supera 70%. Se toda a alta na usina chegar ao consumidor final, o preço médio vai a R$ 2,75 por litro, levando essa paridade a 78%.

Com isso, ainda em patamar elevado frente à oferta disponível, a demanda por hidratado deve cair em fevereiro para níveis de 1 bilhão de litros, frente aos 1,2 bilhão ainda esperados para janeiro, segundo a Bioagência. Essa redução já vem ocorrendo. Isso porque, desde setembro até a semana passada, os preços do biocombustível subiram muito - na usina se valorizou 55% e nos postos, 37%. Nesse mesmo intervalo, o preço médio da gasolina C ao consumidor paulista subiu 15%.

Dessa forma, depois do recorde mensal de consumo de hidratado de 1,7 bilhão de litros, atingido em outubro, as vendas começaram a recuar em novembro, indo a 1,4 bilhão de litros, conforme a ANP.

Nesta semana, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar divulgou dados acumulados da safra 2015/16 até a 1ª quinzena de janeiro. A produção de etanol total se manteve 5% mais alta que a de 2014/15.

Ministério da Agricultura já repassou R$ 2,9 bi do Funcafé para bancos. Valor Econômico. 29/01/2016.

SÃO PAULO - O Ministério da Agricultura informou hoje que repassou, desde julho de 2015, R$ 2,9 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para as instituições financeiras que empresas os recursos do fundo.

R$ 1,1 bilhão para estocagem, R$ 523 milhões para aquisição do café, R$ 122 milhões para capital de giro para indústrias de café solúvel, R$ 151 milhões para torrefação de café e R$ 184 milhões para as cooperativas de produção.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa
